



CONCUT

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL:
DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO
PARA GARANTIR E AMPLIAR DIREITOS.

Texto Base para o
11° CONCUT
2012





Liberdade e Autonomia Sindical:
Democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos



LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL:
DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO
PARA GARANTIR E AMPLIAR DIREITOS.

**Texto Base para o
11° CONCUT
2012**





11° Congresso Nacional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122 Caderno texto base da Direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para o 11° CONCURTO - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores : liberdade e autonomia sindical, democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos / Central Única dos Trabalhadores. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2012.
88 p.

1. Central Única dos Trabalhadores. 2. Trabalhadores.
3. Sindicatos - Autonomia. 4. Brasil - Aspectos econômicos. 5.
Liberdade de associação. 6. Desenvolvimento sustentável. 7. De-
mocracia. 8. Direito do trabalho. 9. Movimentos sociais.

CDU 331.105.44(81)
CDD 331.880981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)





Liberdade e Autonomia Sindical:
Democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos



Direção Executiva Nacional CUT

2009 ~ 2012

Presidente: Artur Henrique da Silva Santos
Secretário Geral: Quintino Marques Severo
Secretário de Administração e Finanças: Vagner Freitas de Moraes
Secretária de Combate ao Racismo: Maria Júlia Reis Nogueira
Secretária de Comunicação: Rosane Bertotti
Secretário de Formação: José Celestino Lourenço (Tino)
Secretária da Juventude: Rosana Sousa de Deus
Secretária de Meio Ambiente: Carmen Helena Ferreira Foro
Secretária da Mulher Trabalhadora: Rosane da Silva
Secretário de Organização e Política Sindical: Jacy Afonso de Melo
Secretário de Políticas Sociais: Expedito Solaney Pereira de Magalhães
Secretário de Relações Internacionais: João Antonio Felício
Secretário de Relações do Trabalho: Manoel Messias Nascimento Melo
Secretária da Saúde do Trabalhador: Junéia Martins Batista

Diretores(as) Executivos(as):

- . Antônio Lisboa Amâncio do Vale
- . Aparecido Donizeti da Silva
- . Dary Beck Filho
- . Elisângela dos Santos Araújo
- . Jasseir Alves Fernandes
- . Julio Turra Filho
- . Pedro Armengol de Souza
- . Rogério Batista Pantoja
- . Shakespeare Martins de Jesus
- . Valeir Ertle

Conselho Fiscal:

- . Waldir Maurício da Costa Filho
- . Joice Belmira da Silva
- . Pedro de Almeida dos Anjos

Suplentes:

- . Marlene Terezinha Ruza
- . Rubens Graciano
- . Sergio Irineu Bolzan





Índice

Apresentação	8
1. Conjuntura Internacional e Nacional	9
2. Balanço Político-organizativo	16
I. A plataforma da CUT como instrumento da disputa por um desenvolvimento sustentável sob a ótica da classe trabalhadora	16
II. Com a CUT nas ruas, direito não se reduz, se amplia	19
III. Liberdade e Autonomia Sindical: retomamos a aposta	23
IV. As mobilizações sociais	24
3. Estratégia da CUT	26
Eixo 1: Impulsionar a luta por desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho e unidade de ação com outros atores sociais para disputa de hegemonia	27
I. Construir alternativa ao neoliberalismo no Brasil e no mundo, com protagonismo da classe trabalhadora	27
II. A consolidação de um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento	28
Por uma outra política econômica	29
Ampliar a participação	30
Potencializar e disputar a concepção de desenvolvimento sustentável	31
O desenvolvimento territorial e a disputa de projetos	32
Democratizar as relações de trabalho e combater a precarização	33
Ampliação do setor público para fortalecer nosso projeto de desenvolvimento e recuperar direitos	34
III. Botar o bloco na rua: movimentos populares, campanhas nacionais, internacionais e redes sociais	34
Eixo 2: Atualizar o projeto político-organizativo da cut para os próximos 10 anos, ampliando as potencialidades para organizar a maioria da classe trabalhadora	37
I. Sindicato livre é sindicato forte: a campanha por liberdade sindical como celebração dos 30 anos da CUT	37
Propostas	38
II. O sindicato deve ser uma organização democrática e se organizar pela base	38
Propostas	39
III. Diretrizes para conformação do Estatuto Classista	39





Propostas	40
IV. As Federações, Confederações e Ramos CUTistas	40
Propostas	40
V. As Estaduais da CUT	41
VI. CUT Nacional: Direção Nacional e Executiva Nacional - papel político da Direção Nacional	41
Propostas	41
VII. Modelo de financiamento e aprimorar a gestão administrativa e financeira	42
Propostas	42
VIII. Paridade	43
IX. Igualdade racial	43
X. Os Rurais da CUT	43
XI. Trabalhadoras/es domésticas/os	43
XII. Juventude CUTista	44
XIII. Redes Sindicais frente às multinacionais	45
Propostas	45
XIV. Novos sujeitos da classe trabalhadora	46
Propostas de Resoluções	47
1) Paridade	47
Proposta da ArtSind - Articulação Sindical	47
Proposta da CSD – CUT Socialista e Democrática, AE - Articulação de Esquerda-Sindical e EPS - Esquerda Popular Socialista-Sindical	47
Proposta de CUT Independente e de Luta	49
2) Convenção CUTista	51
Proposta da ArtSind – Articulação Sindical	51
Proposta da CSD – CUT Socialista e Democrática	53
Contribuições ao Debate	54
Contribuição da CSD – CUT Socialista e Democrática corrente interna à CUT	54
Contribuição do Setorial Sindical da Articulação de Esquerda	60
Contribuição da CUT Independente e de Luta	65
Contribuição da Esquerda Popular Socialista Sindical	72
Contribuição da Esquerda Marxista	79
Glossário de Siglas e Abreviaturas	84





Apresentação

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres”.*

Rosa Luxemburgo

O 11° CONCUR tem como mote LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL: Democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos. Esse Congresso tem uma tarefa ímpar: refletir e elaborar propostas sobre o país que queremos para as próximas décadas, a partir da nossa concepção de desenvolvimento tendo como centro a valorização do trabalho, a ampliação do papel redistributivo e democrático do Estado e com uma política econômica ousada, que articulada às demais políticas públicas, oriente o país no rumo do desenvolvimento sustentável e caminhe a passos largos para a sociedade socialista que almejamos.

Neste Congresso, deverá continuar o debate sobre a atualização do nosso projeto organizativo, reafirmando a luta por liberdade e autonomia sindical, para que a celebração de nossos 30 anos seja um momento de coroação da nossa ousada concepção sindical e do nosso protagonismo nas lutas.

Este documento foi debatido na reunião da Direção Nacional, nos dias 21 e 22 de março de 2012, que delegou à Coordenação Nacional do CONCUR a tarefa de fazer os ajustes necessários, portanto, segue o TEXTO BASE que subsidiará os debates, e será apreciado nos Congressos Estaduais, dos Ramos e nas assembleias de base.

A Coordenação do 11° CONCUR recomenda que o tema da Estratégia, organizado em 2 eixos, seja prioritário nos debates, e que avance com a formulação de propostas com caráter de **Resolução**, proporcionando aos/às delegados/as dos congressos estaduais, bem como do congresso nacional, o aprofundamento da reflexão e do debate, criando as bases para que o 11° CONCUR aprove um Plano para a gestão 2012-2015 com prioridades estratégicas.

Bom trabalho a todos/as!

SOMOS FORTES! SOMOS CUT!

Coordenação do 11° CONCUR

Quintino Severo - Coordenador Geral

Rosane Bertotti

Julio Turra

Manoel Messias Nascimento Melo

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Rosane da Silva

Carmen Foro

Aparecido Donizeti da Silva





1. Conjuntura Internacional e Nacional

Aprofunda-se a crise do capitalismo no mundo e ampliam-se os desafios da classe trabalhadora*

1. A situação mundial segue marcada por uma crise sem precedentes do modo de produção capitalista, que se agrava com o desdobramento do fracasso de seu modelo neoliberal. A crise, que teve seu estopim em 2008, nos Estados Unidos (EUA), hoje é apresentada pela mídia como “crise da dívida” de países de União Europeia. Porém, seus impactos são e continuarão a ser mundiais, reforçando a exploração e opressão sobre os/as trabalhadores/as e povos.
2. Os planos de austeridade ditados pelas velhas receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, incluíram cortes nos serviços públicos, aumento de impostos e programas de salvamento dos bancos, com injeção de trilhões de euros, resultando em mais recessão e aumento do desemprego.
3. A independência de classe dos/as trabalhadores/as e a resistência dos povos se expressam em inúmeras manifestações populares pela democratização nos países árabes, nas extensas mobilizações da juventude, bem como na retomada dos movimentos grevistas dos/as trabalhadores/as na Grécia, Espanha, Portugal, Itália e, recentemente, 100 milhões de trabalhadores/as na Índia, entre outros países, tendo como pano de fundo o questionamento às políticas econômicas adotadas sob a orientação do FMI, do Banco Mundial e do Banco Central Europeu. Cresce a responsabilidade da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) em defender que os/as trabalhadores/as não podem pagar pela crise nem abrir mão de direitos e, muito menos, permitir a adoção de políticas que diminuam ou enfraqueçam o papel do Estado no desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho.
4. A redução da capacidade de dominação do neoliberalismo está refletida no desgaste de sua hegemonia e legitimidade, na maior fragilidade de direção do imperialismo e na falta de coesão política para apresentar um programa que responda às situações impostas pela crise mundial.
5. Na Europa, está em curso a destruição do que sobrou do modelo social Europeu, o Estado de bem estar social (Welfare State). Ao mesmo tempo, crescem as ameaças contra as liberdades democráticas e a soberania dos países mais fracos economicamente. Hungria e Grécia são dois exemplos disso.
6. A crise está afetando, em maior ou menor medida, todos os países, inclusive os chamados BRICS (bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A depender do impacto que tenha sobre a China, que possui vínculos profundos com os Estados Unidos e que responde por parte importante do dinamismo da economia mundial, a crise pode atingir um patamar ainda mais grave.
7. Além dos efeitos econômico-sociais, a crise é uma das causas da crescente instabilidade política e conflitos militares. A guerra em larga escala passou a ser uma variável





considerada em todas as análises, mesmo por aqueles/as que ironizavam como “superados” os vínculos entre imperialismo e conflitos militares. O imperialismo intervém militarmente, sendo a guerra realizada sempre como uma “saída” para situações da crise do sistema. Também vinculam-se à crise mundial e às guerras, o aumento da migração, da xenofobia e do racismo.

8. A economia da zona do euro continua apresentando resultados alarmantes. O desemprego atingiu em dezembro 10,4% (a maior taxa desde julho de 1998), sendo que na Espanha este percentual já ultrapassou 20%. Os bancos continuam com dificuldade de liquidez. Como forma de dotar os Estados Nacionais de capacidade no enfrentamento à crise de endividamento e não perder condições de competitividade no mercado mundial adotou-se, no âmbito da política monetária, a decisão de injetar trilhões de euros, o que impacta as chamadas “economias emergentes”, com a valorização das moedas locais, como no caso do Real no Brasil.
9. A economia norte-americana não dá sinais de recuperação importantes, mesmo com a redução da taxa de desemprego e a manutenção de políticas monetária e fiscal (ampliação dos gastos públicos e baixa taxa de juros) voltadas a garantir um maior dinamismo e reaquecimento da economia. Tem crescido a adoção de medidas de proteção da indústria do país contra a concorrência estrangeira (principalmente da China) e facilitada a obtenção de financiamentos por parte do governo americano. Por outro lado, o tom conservador observado no debate eleitoral nos Estados Unidos em torno das políticas a serem implementadas, novamente coloca a economia do país em um cenário de incerteza sobre seu desempenho sobre os próximos anos.
10. Na China, cujo Produto Interno Bruto (PIB) vinha crescendo a taxas superiores a 9,0%, tendo o setor da indústria como o principal responsável, anuncia-se a possibilidade de redução do PIB em 2012 para 7,5%, mesmo com a inflação sob controle (conforme discurso do governo do país). Tal expectativa pode colocar em risco a renda e o emprego naquele país, já que o salário mínimo vem apresentando uma forte alta nos últimos dois anos (em média 22%) e a taxa de desemprego permanece baixa (4,1% em 2011). Dada a recessão mundial, é improvável que o crescimento dos “BRICS”, e da China em especial, seja suficiente para sustentar e auxiliar a economia mundial a sair da crise.
11. No Japão, a economia do país continua com dificuldades de recuperação. Os desastres naturais recentes impuseram um aumento do gasto fiscal do país e manutenção da taxa de juros próxima a zero, visando reaquecer a economia, até agora sem sucesso. Os dados da dívida japonesa começam a inspirar algum temor sobre a questão fiscal no país, porque embora pequena em relação ao PIB, somente entre o ano de 2010 e 2011 cresceu 40%.
12. Mesmo diante deste cenário negativo, as iniciativas tomadas como solução para a crise atual do capitalismo apontam exatamente na mesma direção das políticas que levaram o mundo à bancarrota.
13. Percebe-se que as empresas multinacionais, ao contrário dos Estados Nacionais, vêm registrando, ano após ano, aumento de lucros, e com grande liberdade para se deslocarem para mercados (países) onde a produção gera mais lucro e mais exploração da mão de obra, sempre na ótica da competitividade. O processo de especulação financeira e imobiliária segue em ascensão, com taxas de lucros e de valorização, respectivamente,





extraordinárias, recebendo ainda mais estímulos com a enxurrada de dólares e euros no mercado para salvar bancos e empresas.

- 14.** A única saída, na perspectiva do FMI, do Banco Mundial e do Banco Central Europeu, é a receita ortodoxa baseada na redução do gasto social público e do custo com a força de trabalho. Medidas como a redução nominal dos salários de servidores/as públicos/as e do salário mínimo, como aprovado pelo parlamento grego; o aumento da idade para aposentadoria, a redução do tamanho do Estado, ou seja, demissão de servidores/as públicos/as e cortes nos investimentos sociais, enfim, desmonte do Estado de bem estar social.
- 15.** A democracia – principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçada pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório de seus povos são descartados diante da imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Não há mais intermediários. Agora, a gestão dos governos nacionais é direta dos operadores do mercado financeiro. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do “salvamento” do Euro.
- 16.** O agravamento da crise estrutural do capitalismo não significa sua incapacidade de se reorganizar e superar sua crise, mas muito pelo contrário, inclusive de forma mais cruel, com o avanço da tecnocracia autoritária que intervém em estados democráticos nacionais como ocorreu na Grécia e na Itália. Para a classe trabalhadora, a superação da crise passa necessariamente pela derrocada do capitalismo e isso não pode ser realizado em um único país ou continente, já que esse modo de produção se impôs internacionalmente. Assim, é fundamental considerar nesta conjuntura atual, as correlações de forças e as mobilizações e ações dos/as trabalhadores/as, o que realça a responsabilidade e papel estratégico da CSI-CSA, no âmbito global e das Américas.
- 17.** O cenário latino-americano e caribenho é relativamente distinto do cenário internacional. Nas regiões mais afetadas pelos Estados Unidos há maiores dificuldades não apenas econômico-sociais, mas também políticas e militares, sejam sob a forma de guerra civil (Colômbia), sejam sob a forma de crime organizado em larga escala (México, Guatemala, El Salvador, Porto Rico, entre outros).
- 18.** Em outros países da América Latina e Caribe, há governos que estão implementando políticas de desenvolvimento centradas no fortalecimento do papel do Estado, na valorização dos mercados internos e na integração regional, combinadas a política de ampliação da qualidade de vida e da democracia. O caráter progressista de alguns governos latino-americanos deve ser avaliado pela sua capacidade de promover a soberania nacional, a democracia, a elevação da renda do trabalho e geração de empregos, a ruptura com as políticas ditadas pelos centros de poder e instituições a seu serviço (FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio - OMC) em seu conjunto, e de se posicionar criticamente à ordem mundial que levou a mais recente crise econômico-financeira ao redor do globo e no centro do capitalismo desenvolvido.
- 19.** No caso do Brasil, a estratégia macroeconômica desenvolvida nesses 3 mandatos democrático-populares no governo federal articulou o desenvolvimento social ancorado no crescimento econômico, na geração de emprego e renda, na valorização do salário mínimo, no aumento do investimento social, no incentivo às políticas universais e no avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza, como por exemplo, o Bolsa Família.





- 20.** Na última década (principalmente a partir de 2004) a economia brasileira apresentou consistente crescimento econômico (com uma taxa média anual de 4%), fortemente impulsionado pelo fortalecimento do mercado interno via ampliação do crédito, política de valorização do salário mínimo e melhoria do mercado de trabalho e, por consequência, da distribuição da renda. O crescimento médio anual do consumo das famílias foi de 4,4%. O compromisso estratégico de retomada do emprego nacional, ao lado dos esforços de melhor repartição da renda nacional constituíram as principais ferramentas para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade de renda. A geração de empregos resultantes da nova opção da economia nacional foi capaz de absorver os/as trabalhadores/as ingressantes e parte dos/as que estavam desempregados/as. Houve queda absoluta e relativa da pobreza no Brasil, apesar de permanecermos com elevada concentração de renda.
- 21.** O crescimento ampliou as fontes de financiamento da política social, abrindo espaços para o aumento do investimento social federal, que duplicou, em termos reais, entre 2002 e 2009; em proporção do PIB, passou de 13% para 16%; o gasto per capita subiu 60%.
- 22.** Os indicadores de emprego e renda têm sido significativos em relação à formalização do trabalho e a distribuição de renda. No período de 2003/2010 foram gerados 10,2 milhões de postos formais de trabalho e, em 2011, foram gerados mais de 1,3 milhão de postos de trabalho também formais (RAIS/CAGED-MTE).
- 23.** Sem a política de valorização do salário mínimo (implementada em 2005 e que alcançou aumento real de mais de 60% até 2012) e do consequente aumento nos valores dos benefícios da Seguridade Social brasileira vinculados a ele, 70% dos idosos estariam abaixo da linha de pobreza, sendo que, graças ao aumento no valor dos benefícios, hoje este número é 10%. Estas articulações entre a política de valorização do salário mínimo e os benefícios da Seguridade Social tiveram lugar central no desenvolvimento social recente, onde a CUT desempenhou um papel protagonista, tanto na elaboração da política de valorização do salário mínimo como na mobilização e negociação para sua implementação.
- 24.** Entretanto, a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro, é flagrante em relação às mulheres e aos jovens. A taxa de desocupação das mulheres é maior do que a taxa de desocupação dos homens (11,1% e 6,3%, respectivamente), e o rendimento da mulher é sempre menor do que o homem, em torno de 30%. A situação dos/as jovens com até 24 anos também não é diferente: são os/as que possuem a maior taxa de desemprego, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Em 2011, enquanto a taxa geral de desemprego variou entre 5% e 7%, os/as jovens de 15 a 17 anos tiveram uma taxa de desemprego variando entre 30% e 16%, enquanto os/as de 18 a 24 anos tiveram entre 14% e 10%.
- 25.** Em relação à distribuição da renda, dados do IPEA mostram que 12,8 milhões de pessoas passaram a receber mais que meio salário mínimo mensal (saindo da situação de pobreza absoluta), sendo que a taxa de pessoas nesta situação, que era de 43,4% em 1995, recuou para 28,8% em 2008. Outro dado relevante é que 13,1 milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza extrema, condição de quem recebe até um quarto de salário mínimo por mês. Com isso, a taxa de pessoas nesta situação também diminuiu de 20,9% em 1995 para 10,5% em 2008.





- 26.** Foram vários e importantes os avanços nas políticas de apoio à agricultura familiar, com o PRONAF, com as políticas de desenvolvimento rural sustentável e os Territórios da Cidadania. Porém, um importante fator limitador do desenvolvimento que não foi enfrentado é a questão da terra. Não é mais possível o país conviver com uma situação de elevada concentração de terras e incentivo ao agronegócio com recursos públicos. Segundo dados do Atlas fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) somente 3% do total das propriedades rurais do país têm mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras produtivas. Estas terras se concentram nas mãos de 300 grandes produtores em detrimento de 4,8 milhões de famílias que não têm onde plantar sequer para sobreviver. Continuam os debates sobre os índices de produtividade e o combate à violência no campo, porém não foi dada prioridade à realização da reforma agrária ou à aprovação um Código Florestal condizentes com a proposta CUTista de desenvolvimento para os/as trabalhadores/as do campo e povos da floresta.
- 27.** Apesar de inegáveis avanços em muitas políticas do governo federal, aumentou o escandaloso percentual de recursos públicos a serviço dos juros da dívida (cerca de 47% do orçamento), bem como medidas que estão na contramão do projeto defendido pela CUT, como cortes no orçamento, que afetam criticamente o financiamento das políticas públicas, a priorização dos investimentos dos Bancos Públicos para o agronegócio e para grandes empresas sem contrapartidas sociais, além da escalada de privatizações dos aeroportos, das parcerias público-privadas e outras medidas sem interlocução, especialmente, com os trabalhadores/as das bases e da CUT, a mais representativa Central Sindical brasileira.
- 28.** Outro aspecto relevante na agenda do desenvolvimento e do trabalho se refere às políticas no âmbito da educação profissional. Ao mesmo tempo em que o Governo sinaliza vontade política no tocante à ampliação do acesso por meio de importantes investimentos nas Redes públicas de educação profissional, tanto Federal quanto nos Estados, destina volumosos recursos para a iniciativa privada, particularmente para o Sistema S através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), configurando uma significativa contradição entre a concepção de valorização da educação profissional como política pública e a definição de estratégias que atendam aos interesses daqueles/as que a exploram como mercadoria.
- 29.** A luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pelo Piso, com amplas greves e mobilizações em todo o país, é uma evidente contraposição à mercantilização da educação. Um resultado importante no período foi a promulgação da Lei do Piso pelo Governo Lula. Porém, em muitos estados e municípios, a Lei é descumprida e questionada juridicamente, mesmo tendo sido referendada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- 30.** Em relação às perspectivas de crescimento econômico brasileiro, sob o ponto de vista da dinâmica econômica mundial, deverá seguir a tendência de queda, por um lado pelos efeitos da crise no Brasil que ocorrerão via setor externo da economia, em especial no comércio mundial; por outro em função de políticas contracionistas que ao que tudo indica poderão ser adotadas a depender da análise dos impactos da crise na economia brasileira como um todo.
- 31.** Portanto, um dos desafios mais importantes no próximo período é garantir o desenvolvimento socioeconômico sustentado. Avalia-se que para se manter (ou mesmo ampliar) as conquistas sociais e do mercado de trabalho obtidos desde o ciclo de crescimento





econômico iniciado em 2004 será necessário no mínimo um crescimento na ordem de 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

- 32.** O resultado do crescimento do PIB no primeiro ano do governo Dilma ficou em 2,7% - abaixo da expectativa do Governo que apontava para algo próximo a 4% no início de 2011, e abaixo da média mundial de 3,8% - demonstra o equívoco na condução da política econômica baseada em juros altos e na restrição do crédito como formas de controle da inflação e do consumo, como parte da manutenção do tripé meta de inflação - câmbio flexível - superávit primário.
- 33.** A política fiscal contracionista exigida nesta lógica, restringe os instrumentos e possibilidades do Estado aumentar os investimentos e ampliar as políticas sociais. Exemplo disso é o contingenciamento de R\$ 55,5 bilhões feitos no orçamento de 2012, afetando principalmente os ministérios da Saúde, Cidades e Defesa. O discurso governamental é de fortalecimento do mercado interno, entretanto, as medidas adotadas são contraditórias.
- 34.** O modelo de política econômica brasileiro, neste contexto de crise internacional, tem feito com que volume considerável de especuladores do mercado financeiro ingressem no país, aproveitando-se dos altos juros brasileiros e, como consequência, valorizando a taxa de câmbio, prejudicando a indústria de transformação. O controle e a centralização do câmbio seria uma solução plausível para este problema conjuntural (além da redução dos juros), e o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) parece ser um movimento, ainda que tímido do governo, a fim de evitar esta valorização momentânea excessiva do Real. Além disso, as decisões sobre a condução da política monetária (principalmente a definição da Taxa SELIC) são tomadas de forma restrita entre os membros do Conselho de Política Monetária (COPOM), sendo por isso necessária sua democratização, para que as decisões ali tomadas reflitam em toda sociedade e não somente o que espera o mercado financeiro, que influencia fortemente estas decisões.
- 35.** O cenário de aprofundamento da crise econômica com impactos significativos sobre o emprego e as condições de vida dos/as trabalhadores/as, principalmente nos países centrais do capitalismo, exigirá do Brasil a implementação de políticas que garantam o crescimento/desenvolvimento centrado no mercado interno e uma estratégia de investimento de médio e longo prazos que possibilitem o desenvolvimento sustentável, rumo a uma maior diversificação produtiva, com ambos atuando para minorar ainda mais os efeitos deste período de instabilidade econômica mundial.
- 36.** Atualmente são poucos os países que possuem condições para obter sucesso neste tipo de estratégia (crescimento via mercado interno), e o Brasil certamente é um deles. Isso ocorre porque tanto o consumo como a renda do mercado interno brasileiro tem margem para crescer, porque ainda existe um contingente populacional considerável fora do mercado consumidor, ao contrário do verificado nos países centrais.
- 37.** Neste sentido, uma condição fundamental para que este objetivo seja alcançado é elevar a participação dos rendimentos do trabalho (em % do PIB) em contraposição aos lucros. Na década de 1980, esse percentual ultrapassou 55%, chegando a cair para próximo de 40% na década de 1990. Apesar do crescimento verificado nos últimos anos, esta distribuição está em 44% do PIB, e os recentes aumentos se devem muito mais ao aumento da massa de rendimentos (aumento do total de trabalhadores/as assalariados/as) do que o crescimento dos salários individuais (que cresceu em ritmo mais lento).





- 38.** Por outro lado, o que temos visto é o crescimento substancial dos lucros. Segundo análise da consultoria “Economática” sobre os lucros das 335 maiores empresas com capital aberto no Brasil (ou seja, em Bolsa de Valores), de janeiro a setembro de 2010 e 2011, com exceção do setor de eletrônicos e de papel e celulose, todos os setores mostram dados extremamente positivos. No geral, o crescimento dos lucros destas empresas foi de 9,8% de 2010 para 2011, sendo que somente estas 335 empresas de capital aberto conseguiram um lucro líquido de R\$ 151,1 bilhões (de janeiro a setembro), maior do que todo o investimento feito no PAC.
- 39.** Portanto, um dos grandes desafios colocados no próximo período em relação à agenda do desenvolvimento diz respeito ao embate entre lucros e salários. Mesmo com o aumento da renda do trabalho, os lucros têm crescido em velocidade ainda maior, já que mesmo com o aumento do emprego, sua proporção na economia nacional permanece ainda distante do verificado na década de 1980. Além da continuidade do aumento do emprego assalariado, existe a necessidade de crescimento da renda individual do trabalho, já que a política econômica e a precarização das relações de trabalho, em especial, a alta rotatividade e terceirização, impedem avanços mais visíveis neste aspecto.

**Assinam este texto todos os membros da Executiva Nacional da CUT, exceto os/as dirigentes Rosane da Silva, Rosana Sousa de Deus e Dary Beck Filho.*





2. Balanço Político-organizativo

1. A gestão da CUT 2009-2012 encerra-se com um importante legado para a luta de classes no Brasil. O acúmulo da CUT nesse período pode ser organizado em três dimensões: 1) aprofundamento da plataforma da CUT para o desenvolvimento sustentável; 2) manutenção e conquista de novos direitos para a classe trabalhadora; 3) retomada da concepção sindical CUTista para o centro do debate nacional.
2. Desde 2006, período em que o Brasil ainda vivia os reflexos da crise política que poderia ter causado, a depender apenas dos reacionários, a derrubada do governo Lula e o consequente retrocesso que se seguiria, incluindo o recrudescimento da perseguição aos movimentos sociais e a retomada do processo de desmonte dos direitos e políticas sociais, os pilares de nossa ação foram a ousadia e a luta.
3. Portanto, a resistência aos ataques múltiplos vindos da mídia e da oposição, em que a CUT teve papel preponderante desde 2005, foi mantida até os momentos agudos que marcaram a campanha eleitoral de 2006. Antes, porém, a Central já havia sido a organizadora e principal protagonista das Marchas Nacionais do Salário Mínimo, que se tornou um acordo nacional pela valorização do salário mínimo ao final de 2007. A ação sindical resultou num dos mais importantes instrumentos de melhoria da renda da população e da ascensão de milhões de pessoas ao mercado de consumo, vividas nos últimos anos. A valorização do salário mínimo é estratégica e, conforme definido desde 9º Congresso Nacional da CUT, faz parte da nossa luta por um modelo de desenvolvimento que priorize a distribuição de renda e a valorização do trabalho.

I. A plataforma da CUT como instrumento da disputa por um desenvolvimento sustentável sob a ótica da classe trabalhadora

4. A eclosão da crise econômica financeira confirmou o acerto da estratégia da CUT ao defender um modelo de desenvolvimento em que o Estado seja o indutor e regulador das atividades econômicas.
5. Esse foi o mote do 10º CONCUR, em 2009: “desenvolvimento com trabalho, renda e direitos”; transformado em objetivo estratégico e em ações de mobilização, pressão e negociação nos diversos espaços e âmbitos de atuação CUTista. Daí resultaram 2 eixos de atuação, que definiram as ações para a gestão 2009 – 2012, em consonância com esses objetivos estratégicos: 1. Disputar hegemonia na sociedade por meio do projeto CUTista de desenvolvimento, 2. Fortalecimento do projeto sindical CUTista no Brasil e no mundo.
6. Em 2009, com a crise internacional, novamente a pressão sobre o direito dos/as trabalhadores/as foi intensa. Nesse momento, não só por parte da mídia tradicional, do empresariado e da oposição, mas com a participação também de outras centrais sindicais, que chegaram a propor corte de salários para evitar o que anunciavam como milhões de demissões iminentes.





7. Porém, o governo, mesmo sob fortes críticas que beiravam a ridicularização da escolha por mais investimentos públicos e mais incentivos à atividade econômica, interveio no crédito ao consumidor, reduziu impostos temporariamente e afastou a opção por cortes e submissão total aos interesses do mercado financeiro defendidos pelos conservadores.
8. A CUT, por sua vez, organizou fortes mobilizações sob o lema “Os trabalhadores não vão pagar pela crise” e orquestrou pressão sobre o sistema financeiro com o lema “Querem lucrar com a crise”. Ao mesmo tempo, como atividade subsidiária ao combate à crise, a Central dialogou com entidades empresariais a elaboração de regimes fiscais temporários que garantissem empregos e incentivos a setores mais vulneráveis àquele momento.
9. Houve impactos, sim, sobre o Brasil, mas muito menores que o previsto e temido e, logo no ano seguinte, enquanto países centrais patinavam na crise, retomamos o crescimento. A CUT sem dúvida teve papel preponderante na superação da crise, organizando mobilizações e pressão no Legislativo e Executivo, em todos os âmbitos, pois entendemos que o enfrentamento à crise passa pela aprovação da pauta de interesse da classe trabalhadora, que propõe a redução da jornada, o fim do fator previdenciário e a valorização das aposentadorias etc.
10. O sindicalismo combativo CUTista tem se comportado nesse novo período político como articulador e divulgador da experiência brasileira junto ao movimento sindical internacional, particularmente nas Américas, e tem contribuído para fortalecer e atualizar uma visão internacionalista das lutas da classe trabalhadora. A CUT tem desempenhado um papel muito importante no processo internacional: de um lado, pela solidariedade com todas as lutas internacionais da classe trabalhadora que se expressou por meio de greves gerais na Grécia, Itália, Portugal, Espanha etc., e de outro, junto a CSA e CSI, participando diretamente em suas direções e conselhos, com afirmação de sua Plataforma de Desenvolvimento Sustentável com distribuição de renda e fortalecimento da democracia, cujos pontos centrais têm sido defendidos pela CSI e CSA em fóruns globais e regionais. Destacam-se a taxação das transações financeiras internacionais, a regulamentação do sistema financeiro, a não flexibilização das legislações trabalhistas etc.
11. Nossa atuação internacional, soberana, solidária e democraticamente integradora entre os povos, proporcionou troca de experiências e parcerias significativas, em especial na América Latina e na África, com destaque para um intenso trabalho junto aos migrantes. Uma agenda que também foi impulsionada através da atuação na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), no debate da Plataforma Laboral, da integração produtiva, na Comissão de Mulheres e na Coordenação da Comissão de Juventude, onde avançamos em campanhas e na solidariedade internacional na luta por educação pública de qualidade e por trabalho decente para a juventude da região.
12. Ao mesmo tempo, a CUT mantém relações bilaterais com centrais sindicais que não são filiadas à CSA-CSI, como a CTC Cuba, o PIT-CNT- Uruguay, a COB boliviana, a CGTP do Peru e outras, e avança na ajuda à reconstrução do movimento sindical do Haiti, que luta em condições terríveis pelos direitos dos/as trabalhadores/as e também pela soberania do país com a retirada das tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) que ocupam o território desde 2004.





- 13.** Fundamental tem sido o fortalecimento do movimento sindical e sua pressão pública para que os governos progressistas que ascenderam em países latino-americanos assumam plataformas sociolaborais progressistas. Aspectos como a regulação pública do trabalho, a liberdade sindical plena e a desmercantilização dos direitos sociais e das políticas públicas estruturam tais plataformas.
- 14.** Nesse contexto, aprofundamos nossa reflexão e proposições sobre qual país queremos para as próximas décadas, por meio da Jornada pelo Desenvolvimento, que culminou na elaboração da Plataforma da CUT para as eleições 2010. Consolidamos uma concepção de desenvolvimento tendo como centro o trabalho, a ampliação do papel redistributivo do Estado e lutamos por uma política econômica ousada que, articulada às demais políticas públicas, oriente o país a alcançar elevadas taxas de crescimento com sustentabilidade ambiental; amplie o papel redistributivo do Estado; eleve a qualidade da educação; reduza a pobreza; a desigualdade de renda; as disparidades regionais e implemente um forte sistema de proteção social.
- 15.** Construimos uma agenda que debateu com a sociedade o projeto de nação para os próximos 10 anos e buscamos influenciar, por meio de mobilização, para que o país caminhe nesse rumo. Uma agenda da valorização do trabalho, através da geração de mais e melhores empregos, na ótica do trabalho decente, que procura criar uma nova dinâmica de ampliação de direitos do trabalho. Com a Plataforma, elaborada no âmbito da Jornada pelo Desenvolvimento, atuamos combinando mobilização e negociação de nossas propostas em todo o país. Em especial, porque nesse período, consolidou-se uma disputa político-ideológica em torno do modelo de desenvolvimento para o país. Disputa que perpassou toda a década de 90, permeou os 8 anos do Governo Lula e aprofundará nos anos vindouros, talvez com maior dramaticidade em função do contexto de crise em que o mundo se encontra.
- 16.** Em 2010, a disputa de projetos se deslocou para o campo eleitoral. A CUT organizou o movimento sindical em torno da candidatura Dilma Rousseff, tendo como base a Plataforma da CUT. A radicalização da principal candidatura da oposição, representada por José Serra, desfez qualquer dúvida que pudesse haver em relação à opção da CUT. Com um dos mais reacionários discursos observados no espaço de 16 anos, as forças conservadoras colocaram na alça de mira conquistas populares e direitos humanos fundamentais, com a ajuda de parcela significativa dos meios de comunicação. O “CUT nas Ruas”, momento ímpar na nossa Jornada de Lutas, articulou mobilização e pressão percorrendo todas as regiões do país, divulgando nossas propostas e comprometendo candidatos. Nesse front, por sinal, despontou de vez uma nova ferramenta de combate, a internet, através dos blogs progressistas, twitter e redes sociais.
- 17.** Nossa ação determinante durante o Governo Lula, por meio de mobilizações e pressão para a criação de uma nova dinâmica macroeconômica e novo reposicionamento público do Estado, buscou no novo governo ser portadora de um projeto com novos avanços de desenvolvimento, distribuição de renda, soberania nacional, sustentabilidade e democracia. A ampliação e o fortalecimento da educação pública, a política de longo prazo de valorização do salário mínimo, a promoção da agricultura familiar ao patamar de política de desenvolvimento, o amplo programa de moradia popular, o acesso a serviços básicos como a energia elétrica e ampliação do emprego formal, da renda do trabalho e do poder sindical nas negociações coletivas são alguns exemplos.





18. Construimos e disputamos no movimento sindical e na sociedade propostas sobre reforma política, tributária, política industrial e para a sustentabilidade, com o acompanhamento da preparação e negociação da Conferência Rio + 20.
19. Ao definir a agenda do trabalho decente, que para a CUT significa a defesa e ampliação de direitos trabalhistas e sociais, como uma ação prioritária na estratégia por um modelo de desenvolvimento com valorização do trabalho, a CUT mobilizou sua base social em todos os estados e ramos para incidir no processo da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Conseguimos efetuar uma ação articulada nacionalmente com todos os setores e instâncias da CUT, consolidando uma visão que integrou reivindicações específicas com a agenda do trabalho decente. Fomos a principal organização política no conjunto das conferências estaduais (2011), acumulando capacidade para aprovar, na etapa nacional (que ocorrerá em 2012), políticas que busquem a democratização das relações de trabalho e o fortalecimento da sua regulação pública.
20. Guiada pela busca por um novo modelo de desenvolvimento, a CUT sabe da absoluta necessidade de pesados investimentos não só em educação, mas em pesquisa e inovação tecnológicas, mirando um futuro de maior independência produtiva e com mais valor agregado ao comércio brasileiro com outras nações. Enxergando na descoberta de petróleo na camada do pré-sal – outro resultado direto da opção nacional em investir na atividade estatal –, a CUT e suas filiadas do setor de energia tomaram a frente no processo de elaboração e suporte de propostas de uso social da riqueza que essa fonte trará. Dessa luta surgiu a aprovação do fundo social do pré-sal, que prevê destinação de uma parcela dos recursos – ainda a ser definida, em luta que será travada no Congresso – em políticas públicas de educação, saúde, segurança, pesquisa e ciência e tecnologia. Ao longo do tempo, também com o objetivo de propor e ajudar a implementar um novo modelo de desenvolvimento.
21. O desafio de aprofundar a dimensão político-democrática desse projeto, agregando a inclusão econômica e social – base social fundamental junto com o fortalecimento da classe trabalhadora – à “inclusão” democrática ainda é imenso. A luta por um processo amplo e participativo de reformas democráticas na sociedade e no Estado – na supremacia da sociedade sobre os mercados, nos direitos do trabalho, na eliminação da pobreza, na rápida redução da desigualdade social, na emancipação das mulheres e dos jovens e na conquista da igualdade racial, na relação com o meio-ambiente, na democratização da comunicação, na reforma política e na democracia participativa, componente fundamental de nossa estratégia nesse último período, que por meio dos seminários da Jornada pelo Desenvolvimento possibilitou a consolidação de propostas e ações de mobilização e negociação, deve continuar sendo um dos pilares de nossa estratégia para o próximo período.

II. Com a CUT nas ruas, direito não se reduz, se amplia

22. Movida pelo mesmo espírito, a CUT encarou o desafio de participar dos debates do Fórum Nacional da Previdência, convocado em 2007 pelo governo e visto pelos conservadores como uma oportunidade de retirar direitos, e lá comprovou não só a viabilidade fi-





nanceira do sistema, mas reafirmou sua importância histórica para o desenvolvimento do Brasil, como elemento de promoção de justiça social. Não houve supressão de direitos.

- 23.** Lutamos junto com os movimentos sociais ligados à saúde pela regulamentação da Emenda Constitucional 29. O texto aprovado no Congresso Nacional ainda não atende a estas necessidades, pois não inclui a destinação de ao menos 10% da Receita Corrente Bruta da União para o orçamento da saúde, mantendo o baixo financiamento público. Por isso, continuamos a pressionar e junto com os movimentos sociais, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e conselho nacional de saúde, estamos em campanha pelo projeto de iniciativa popular recolhendo assinaturas para garantir 10% da receita corrente bruta para financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 24.** Para lutar contra a crise, a CUT defendeu uma permanente luta pela manutenção e ampliação de políticas públicas e a elevação de padrões em setores como o da educação, em que se destaca, especialmente, o Piso Nacional do Magistério, bandeira da CUT e de suas entidades do setor já tornada realidade, mas ainda objeto de luta por sua completa implementação em estados e municípios. Como instrumento da luta pela ampliação e consolidação de políticas públicas, a Central e suas entidades também se envolveram a fundo nas conferências nacionais, que englobaram diversos temas e expandiram sua atuação em diversos conselhos e espaços institucionais que tratam destas políticas.
- 25.** Conseguimos implantar um Acordo sobre as condições de trabalho na cana de açúcar, na construção civil, setores onde a precarização é galopante e as práticas antissindiais cotidianas.
- 26.** Intervimos de forma consistente nos debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), participando ativamente tanto no processo de coordenação da Conferência Nacional de Educação como na condução do detalhamento das 20 metas propostas que apontam na perspectiva de fortalecimento da educação como política pública e direito de todos/as.
- 27.** Nesta mesma direção a CUT tem exercido um importante papel no desenvolvimento da agenda relativa aos debates sobre as políticas e programas no âmbito da educação profissional, defendendo e propondo estratégias que garantam a ampliação da oferta nas Redes Públicas, bem como contribuindo na definição de diretrizes para a educação profissional cujo objetivo é a garantia da maior articulação entre as dimensões da educação básica e da educação técnica e tecnológica, em consonância com os desafios do Brasil no campo do desenvolvimento técnico e científico.
- 28.** O reconhecimento da importância da saúde nas estratégias político-organizativas da Central e da sua longa trajetória de lutas em defesa das condições de trabalho, do direito de organização dos trabalhadores e dos direitos sociais consolidados no âmbito da saúde, do trabalho e da previdência social, áreas que regulam as políticas públicas no campo da relação saúde-trabalho foi a criação da Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador. A Campanha pela Humanização das Perícias Médicas do INSS; o resgate da luta pelo banimento do amianto; o combate à discriminação e ao preconceito às pessoas com HIV-AIDS no mundo do trabalho; a defesa no Nexo Técnico Epidemiológico para o reconhecimento das doenças causadas pelo trabalho; o revigoramento das lutas em defesa da universalidade da seguridade social como premissa de modelos de desenvolvimento justos, foram alguns dos temas trabalhados por meio de audiências públicas, seminários reuniões, além da participação em fóruns e instâncias governamentais e do reforço do Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador como fórum de construção cole-





tiva da política de saúde do trabalhador da Central. Permanece o desafio de consolidar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, tendo como perspectiva estratégica instituir uma lógica de vigilância em saúde, de intervenção precoce nas situações de risco a partir dos locais de trabalho capaz de movimentar, articular e responsabilizar os diversos atores envolvidos com os processos saúde-doença dos/as trabalhadores/as.

- 29.** Após a aprovação da Convenção Internacional 189 da OIT, que confere às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos que os demais trabalhadores, a CUT emplacou uma campanha pela sua implementação no Brasil. O objetivo da campanha “12 para 12” é fazer com que a Convenção seja implementada por 12 países até o final do ano, a começar pelo Brasil. Para a mobilização, foi lançado um abaixo-assinado que visa arrecadar mais de um milhão de assinaturas.
- 30.** A CUT foi protagonista da construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude, fruto do debate convocado pelo Governo Federal, com participação de representação de trabalhadores, empresários, do Conselho Nacional de Juventude e de vários ministérios. É a primeira agenda desse tipo em todo o mundo e tornou-se uma referência para a Organização Nacional do Trabalho (OIT) e para as organizações de juventude em nosso país. A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ) traz orientações importantes que, uma vez executadas, podem provocar mudanças substanciais sobre o mercado de trabalho, impactando positivamente o padrão de inserção ocupacional juvenil.
- 31.** Não são raras as denúncias sobre a superexploração de trabalhadores/as, crianças e jovens, caracterizando a existência do trabalho escravo e infantil no campo e nas cidades. Mesmo com todas as medidas para a formalização das relações de trabalho, parcela significativa da População Economicamente Ativa (PEA), se encontra sob diferentes modalidades de trabalho informal, constituindo um importante contingente de trabalhadores/as excluídos/as da representação, dos direitos e garantias conquistados pela organização sindical.
- 32.** Tais aspectos nortearam grande parte da agenda da nossa Central nos últimos períodos e devem continuar nos motivando em um processo de debates e formulações profícuas que contribuam na consolidação de políticas e estratégias na perspectiva da maior estruturação do mercado de trabalho da formalização das relações trabalhistas sob os auspícios da garantia e ampliação de direitos.
- 33.** Para tanto, faz-se necessário continuarmos tencionando o debate em torno do papel do Ministério do Trabalho (MTE), neste processo. Não podemos admitir que uma instância de Governo estratégica no desenvolvimento de políticas e programas para o enfrentamento desses grandes desafios que o mercado de trabalho brasileiro apresenta, exerça um papel tão limitado e parcial como temos observado e criticado.
- 34.** Foi a partir desta compreensão sobre a importância do papel do MTE, que a CUT vem intervindo no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); no Conselho Curador do FGTS, no Conselho Nacional de Relações de Trabalho, no sentido de que possamos avançar no processo de formulações e implantação de políticas e programas que, por um lado contribuam decisivamente na consolidação de um ambiente favorável à geração de empregos e a formalização das relações de trabalho e, com maior articulação entre as políticas econômicas e aquelas que devem constituir as bases de um efetivo Sistema Público de Emprego. E, visando qualificar a participação dos representantes da CUT





nestes conselhos e em outros espaços institucionais, tendo como meta a implantação das propostas expressas na Plataforma da CUT, nesta gestão, organizamos o Encontro Nacional dos Representantes da CUT nos Conselhos Nacionais.

- 35.** Na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), demos uma importante contribuição na formulação do segundo plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao/à adolescente trabalhador/a. Em todo o mundo, a cada minuto uma criança em regime de trabalho infantil sofre um acidente de trabalho, doença ou trauma psicológico, de acordo com o relatório “Crianças em trabalhos perigosos: o que sabemos o que precisamos fazer”, da OIT. O Brasil ratificou a Convenção 182 da OIT com a Lei 6.481, que lista as atividades consideradas as Piores Formas de Trabalho Infantil, e que são proibidas para pessoas com menos de 18 anos. As cinco principais atividades - sendo três delas atividades ilícitas (trabalho análogo ao de escravo, tráfico de drogas e exploração sexual) - que empregam mão de obra infantil no Brasil são agricultura familiar e prestação de serviços, como trabalho doméstico, tanto no meio urbano quanto no rural, e comércio informal. A CUT tem pautado o debate e participado das campanhas pela erradicação do Trabalho infantil.
- 36.** Hoje, ocupamos no Brasil e no mundo, um lugar de destaque na elaboração de políticas de combate ao racismo, graças ao envolvimento e o empenho de centenas de militantes espalhados por todo o Brasil. No entanto, mesmo não podemos afirmar que o grau de entendimento da importância do combate ao racismo, seja totalmente linear no interior do movimento sindical. Tendemos a refletir e até mesmo em determinadas circunstâncias, reproduzir, os males existentes na sociedade, e isto naturalmente, também ocorre em relação ao racismo e a outros tipos de preconceitos enraizados na população brasileira. Por isso, participamos ativamente na coordenação do Encontro da Sociedade Civil ibero-americana, em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, culminando com diversas propostas de ação de combate ao racismo na Carta de Salvador.
- 37.** Constituímos o Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. Desenvolvemos um grande confronto com os deputados representantes dos empresários na Câmara dos Deputados. Se por um lado, temos sido derrotados em nossa proposta de regularização da terceirização, por outro, avança a pressão empresarial para ampliar a precarização do trabalho com alterações constitucionais – por exemplo, permitir que as empresas deleguem a terceiros até as suas atividades principais. Até o momento, nossa ação foi determinante para barrar a votação do projeto e realizar um grande debate na sociedade.
- 38.** Atuamos vigorosamente para ratificar a Convenção 158 da OIT, na pressão sobre o legislativo e na pauta das marchas nacionais. No âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, desenvolvemos esforços para que fosse aprovado parecer favorável, o que não ocorreu. O tema se encontra em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e nossa mobilização será para pressionar o congresso nacional pela sua ratificação. Também, foi ponto de disputa nas Conferências Estaduais de Trabalho Decente, remetida para a Conferência Nacional, em 2012, em que nos mobilizaremos novamente para pressionar pela aprovação.
- 39.** A 13ª Plenária Nacional da CUT posicionou-se contra a privatização dos aeroportos brasileiros encaminhada pelo governo federal. Diversas ações de mobilização e pressão foram realizadas, contudo, não conseguimos alavancar uma campanha nacional que





criasse as condições para barrar os leilões de concessão/privatização dos 3 aeroportos, ocorridos em fevereiro de 2012. No leilão, junto com o Sindicato Nacional dos Aeroportuários e outras entidades, realizamos uma manifestação de protesto diante da Bolsa de Valores de São Paulo e reafirmamos nossa posição a essa entrega do patrimônio público e a nossa disposição de continuar lutando, não só pela anulação dos leilões já realizados, mas também para barrar novas entregas de aeroportos, hoje controlados pela Infraero (estatal) para a iniciativa privada, nacional e estrangeira. Mesmo assim, conseguimos negociar pontos essenciais para os/as trabalhadores/as nesse processo como a estabilidade no emprego por 5 anos, a não terceirização etc.

40. Participamos do processo de constituição da Comissão da Verdade buscando dar voz e vida aos/às perseguidos/as e desaparecidos/as políticos/as, sendo os/as sindicalistas as principais vítimas. Foram contra nós as primeiras medidas ditatoriais: intervenções nos sindicatos, prisão de lideranças, assassinatos, perseguições, exílios políticos, arrocho salarial, fim do direito de greve e perda de direitos, como a estabilidade. E foram contra nós, trabalhadores/as, suas últimas ameaças, quando os helicópteros sobrevoavam Vila Euclides com soldados apontando metralhadoras contra os operários. A Central Única dos Trabalhadores reafirma sua posição na defesa da imediata instalação da Comissão Nacional da Verdade, na perspectiva da apuração dos crimes da ditadura, para indicar os crimes cometidos, seus autores, cúmplices e beneficiários; para que se diga às famílias de suas vítimas o que aconteceu com seus filhos; para que se faça a reparação por esses crimes e para que se punam os culpados.

III. Liberdade e Autonomia Sindical: retomamos a aposta

41. Buscamos reafirmar e revigorar nosso projeto político-organizativo, tendo como foco a liberdade de organização e a democracia, princípios fundantes da CUT, sempre alicerçados pela formação sindical. Desde o 10º CONCURTO, com avanços importantes na 13ª Plenária Nacional, retomamos o debate sobre a necessária atualização do nosso projeto político-organizativo. Diante dos desafios postos pela reorganização do movimento sindical nacional, num cenário de disputas com as centrais sindicais e, com o aumento da pulverização das entidades sindicais no Brasil, entendemos que o debate sobre a atualização do projeto político – organizativo deverá continuar na agenda da CUT, visando fortalecer a Central e consolidar uma proposta de atualização do Estatuto.
42. Em todos esses momentos, a partir de 2003, numa opção às vezes controversa no seio do próprio movimento sindical, a CUT uniu-se às demais centrais em ações estratégicas, como a luta pela política de valorização do salário mínimo e a disputa eleitoral de 2010. Controversa porque precisou acomodar, de forma pontual, concepções diferentes; unidade que exigiu coragem e responsabilidade da CUT. O preço, no entanto, produziu efeitos de longo prazo e isolou, no plano mais geral, movimentações à direita por parte das demais centrais. Mas as diferenças sempre existiram e, em diversos momentos, como no segundo turno das eleições de 2006, separou as ações das centrais.
43. A CUT tomou a decisão de afirmar seu perfil de central sindical independente, nascida da luta dos/as trabalhadores/as pela liberdade e autonomia sindical, contra a estrutura sindical corporativista e, convencida da impossibilidade de conciliar interesses tão dís-





pares em assuntos tão fundamentais, optou por uma atuação diferenciada das demais centrais. A afirmação do perfil e conteúdo próprio da CUT, que deve continuar a ser implementada, não quer dizer que não façamos unidade na ação com as demais centrais sempre e quando questões concretas e objetivas de defesa dos interesses da classe trabalhadora estiverem em questão. Exemplos como renegar o compromisso conjunto de aprovar a contribuição da negociação coletiva como substituta do imposto sindical, e a mudança de posição em relação ao projeto de regulamentação da terceirização, junto com o oportunismo de querer incluir na regulamentação da Convenção 151 da OIT o pelego imposto sindical, foram os elementos mais visíveis desse processo, com a formação de um bloco aprofundando posições opostas às da CUT, em defesa da unicidade e do imposto sindical além de ataques a bases da CUT.

44. Nesse processo de reafirmação de sua identidade combativa e classista, a CUT continuou a fortalecer a relação com os movimentos sociais, em especial com organizações do movimento popular – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Nacional dos Estudantes (UNE) etc – no bojo da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), o que possibilitou posicionamentos e ações comuns, mostrando que, em nenhuma hipótese, a CUT ficou isolada.
45. Um dos maiores desafios da CUT, traduzido inclusive em campanha nacional de comunicação e mobilização – a Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia, cujo primeiro passo é o Plebiscito pelo Fim do Imposto Sindical, é a transformação da estrutura sindical brasileira. O ápice dessa conquista, caso confirmada, será a ratificação da Convenção 87 da OIT, que edificará a liberdade e autonomia sindicais. A ela devemos somar uma lei de práticas antissindicais e a consolidação da organização por local de trabalho.
46. Para a CUT, um novo modelo de desenvolvimento que tenha como prioridade a inclusão social, a distribuição de renda e o aumento da participação do trabalho no PIB brasileiro exigem sindicatos livres, fortes, representativos e a serviço da classe trabalhadora. Precisamos aprofundar o tencionamento e o debate na sociedade brasileira e, mesmo no âmbito do movimento sindical, sobre a compreensão que sem liberdade de organização sindical, não consolidaremos uma sociedade efetivamente democrática.
47. Por esta razão, sempre enfrentamos e continuaremos a enfrentar o debate sobre a democracia, partindo da premissa de que esta constitui-se em um valor estratégico para a classe trabalhadora galgar cada vez mais espaços de participação e intervenção nos processos de definição dos rumos do país. Para nós a democracia não é apenas um método de gestão. É acima de tudo, condição para o exercício do pensar e agir de forma livre e soberana.

IV. As mobilizações sociais

48. De forma ativa e determinante, participamos das marchas das mulheres e da marcha das margaridas, buscando igualdade de oportunidades; influenciemos, com nossas proposições e mobilização, os movimentos juvenis de todo o país; na luta contra a discriminação racial; na luta pela universalização da seguridade social, na luta pela livre circulação dos trabalhadores, em defesa dos direitos dos migrantes de todos os países e regiões, questão também importante na agenda e ações da CCSCS.





- 49.** Nossa atuação na Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) foi fundamental para a conformação de propostas concretas e ousadas. Participamos do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), composto pela maioria dessas entidades, e com a CUT à frente, desempenhamos um papel fundamental para a continuidade e encaminhamento dos desdobramentos resultantes desse debate, organizando e direcionando com representatividade, a luta pela construção de um novo marco regulatório para a comunicação no Brasil.
- 50.** A CUT protagonizou alianças políticas com movimentos sociais populares do nosso país a ponto de construir grandes manifestações nacionais de massas. Em 2010, mais de 2 mil mulheres marcharam durante dez dias na mobilização brasileira da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Elas percorreram mais de 100 quilômetros para defender a autonomia econômica das mulheres, o acesso a bens comuns e serviços públicos, a paz e a desmilitarização e o fim da violência contra elas.
- 51.** Um dos principais legados da unificação das lutas juvenis nos anos recentes também contou com a participação central da CUT na sua formulação e execução. Apostamos na construção do Festival Latino-Americano das Juventudes – que está em sua terceira edição em 2012. Na primeira edição, coordenamos a unidade dos principais movimentos de juventude do país em torno da Plataforma das Juventudes para as Eleições 2010. No segundo Festival, a agenda latino-americana da juventude desembocou na prioridade para intervenção na Conferência Rio+20. Jovens urbanos e rurais, trabalhadores e estudantes, brasileiros e latino-americanos vêm consolidando nesse espaço o encontro anual das lutas juvenis.
- 52.** Ao lado dos movimentos sociais em defesa da educação, tanto sindicais quanto estudantis, reforçamos a campanha por 10% do PIB para a educação. No interior da União Nacional dos Estudantes, é a CUT a principal referência sindical quando se trata de defesa do PNE e da proposta de elevação dos recursos do orçamento da União para a educação. Isso é resultado da aposta da CUT em construir aliança com a principal organização juvenil do país: a UNE. Temos mostrado que a aliança entre trabalhadores/as e estudantes se constrói com a formulação de agendas comuns.
- 53.** Principal mobilização de massas protagonizada pela CUT, ocorrida nos últimos três anos, a IV Marcha das Margaridas, em 2011 cujo lema desenvolvimento sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade mobilizaram mais de 100 mil mulheres que ocuparam Brasília para cobrar reivindicações das trabalhadoras rurais de todo o país, recebidas pela presidenta Dilma, que se comprometeu com o atendimento da plataforma, apresentando um caderno com respostas sobre todos os itens reivindicados.
- 54.** Por isso, a estratégia da CUT, lastreada por seus princípios históricos, tem sido implementada articulando ousadia e luta. Ousadia de concepção e proposições e protagonismo nas lutas. Nossa marca é a reafirmação de nossos princípios, de nossa unidade em torno de bandeiras prioritárias: SOMOS FORTES! SOMOS CUT! E fazemos a diferença. E por isso deve, cada vez mais, legitimar-se como liderança de um novo protagonismo da classe trabalhadora.





3. Estratégia da CUT

1. Desde o 10° CONCUT (2009) afirmamos que “a crise atual permite que questionemos com mais intensidade os pilares da dominação capitalista. Sua superação deve resultar da construção de um modelo alternativo, democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista. É nesse sentido que se localiza o projeto de Estado e de desenvolvimento defendidos por nós, que são antagônicos aos atuais, hegemônicos pelo capital”.
2. Na 13ª Plenária Nacional, apontamos que “a estratégia aprovada pelo 10° CONCUT garantiu ao sindicalismo CUTista a permanência da sua ofensividade, mesmo no período de crise econômica mundial que ainda atinge o Brasil. A defesa dos empregos e dos salários, ao lado da pressão para a permanência do financiamento das políticas sociais, marcou a ação sindical da CUT no enfrentamento da conjuntura de crise que se agrava.”
3. Por isso, o 11° CONCUT reafirma que a estratégia sindical da CUT continuará a ser lastreada pelos princípios que nos forjaram: a liberdade e autonomia sindical buscando elevar a consciência da classe trabalhadora e ampliar a capacidade de luta da sociedade organizada. E é preciso que nós, trabalhadoras e trabalhadores, avancemos na construção de estratégias que caminhem na perspectiva da sociedade socialista que almejamos.
4. A nossa estratégia baseia-se na combinação de 2 eixos centrais:
 - **EIXO 1: Impulsionar a luta por desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho e unidade de ação com outros atores sociais para disputa de hegemonia.**
 - **EIXO 2: Atualizar o projeto político-organizativo da CUT para os próximos 10 anos, ampliando as potencialidades para organizar a maioria da classe trabalhadora.**





EIXO 1:

IMPULSIONAR A LUTA POR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM SOBERANIA POPULAR, IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E UNIDADE DE AÇÃO COM OUTROS ATORES SOCIAIS PARA DISPUTA DE HEGEMONIA*.

I. Construir alternativa ao neoliberalismo no Brasil e no mundo, com protagonismo da classe trabalhadora

1. A transição do neoliberalismo para um modelo de desenvolvimento que prioriza o avanço de políticas de emprego, no campo e na cidade, com robustas políticas sociais, especialmente de transferência de renda iniciou um novo ciclo de desenvolvimento nacional que permitiu a ampliação generalizada do consumo popular e acesso a bens e serviços a uma parcela significativa da população que estava excluída.
2. Agora, devemos avançar para uma nova condição histórica, que é definida pela necessidade de construirmos, em conjunto com parceiros históricos e estratégicos, um programa que abarque o conjunto das transformações em curso no Estado e na sociedade, imprimindo-lhe um sentido radicalmente democrático. A CUT tem papel fundamental nessa disputa por um novo Estado no Brasil, sua democratização, sua visão de desenvolvimento, legitimando-se como liderança social de um novo protagonismo popular.
3. O sindicalismo combativo CUTista deve contribuir para a conformação de uma nova dinâmica no país, unificando numa mesma plataforma as lutas por igualdade em suas dimensões econômica, social e política, consolidando um sindicalismo anticorporativo e libertário. A Plataforma da CUT 2012, a ser consolidada em conjunto com os Ramos e Estaduais da CUT, deve promover a articulação entre essas dimensões e a indicação de propostas concretas e viáveis para avançar nessa direção. Por isso, a formação sindical de nossos quadros deve ser potencializada.
4. A CUT tem, também, o potencial de fortalecer o sindicalismo internacionalista. Frente ao importante, mas ainda insuficiente processo de integração latino-americano, no qual o Brasil assume papel central, o movimento sindical brasileiro deve, cada vez mais, unificar-se às organizações sindicais combativas dos demais países latino-americanos. E, por meio da CSA, incidir para que essa integração não se limite aos aspectos estruturais e econômicos, mas que possa promover uma real integração dos povos, com redução das assimetrias, não só de infraestrutura, mas de condições de trabalho e de vida, convertendo-se, assim, num real processo de desenvolvimento regional.
5. Se a unificação européia se fez a partir dos valores do liberalismo econômico, trazendo para o seu interior contradições que são hoje cada vez mais visíveis, a unificação política





da América Latina pode ser concretizada, apoiando-se nos fortes processos democráticos de emancipação em curso no continente, em bases políticas mais republicanas e democráticas.

II. A consolidação de um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento

6. Após oito anos do governo Lula, ainda é evidenciado no Estado brasileiro o peso e influência que tem o capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Nos anos Lula, os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. Apesar da nossa reivindicação pela mudança da política econômica, se mantém a lógica neoliberal dos juros altos, superávit primário e câmbio valorizado, dificultando a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional conforme a CUT defende.
7. Associa-se a isto, políticas de incentivo à Parceria Público Privado (PPP), a concessão dos aeroportos, além do avanço da terceirização e privatização da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), através de OSCIPs, OSs, Cooperativas e Fundações, implementadas especialmente pelos estados, são opções políticas que também não direcionam para o projeto de desenvolvimento que a CUT reivindica.
8. Queremos uma alternativa construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova os direitos à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social contra a mercantilização e o autoritarismo do capital. A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam a construção de um Estado democrático e igualitário, passo essencial para a sociedade socialista que defendemos.
9. Compreender que estamos no limiar de um novo período político mais favorável aos/às trabalhadores/as e forças populares implica em novos desafios e tarefas. E significa reafirmar posições históricas de luta por um novo paradigma para as relações de trabalho no Brasil, por meio de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), sob a ótica do trabalho decente, conforme propugnado pela OIT e pela liberdade e autonomia sindical, por meio da ratificação da Convenção 87 da OIT, pois proteger e incluir os/as trabalhadores/as é uma das tarefas imprescindíveis para um Brasil justo e democrático, e é responsabilidade do Estado como regulador e empregador.
10. Tal compreensão implica não apenas em novas formulações no campo econômico, que apontem para muito além do estabelecimento de metas de crescimento, mas também novas abordagens sobre o papel do Estado, soberania, democracia e cidadania. O centro da nossa estratégia é organizar a classe trabalhadora para *“construção de um modelo alternativo, democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista”*.
11. É absolutamente estratégico que se constitua bases plenamente democráticas para um projeto de desenvolvimento sustentável. No processo de construção da Plataforma, desenvolvemos a ideia de que *“para desencadear a construção desse novo paradigma de desenvolvimento com sustentabilidade política, econômica, ambiental e social é necessário um Estado que desempenhe o papel de indutor desse novo modelo e promotor da*





cidadania, segundo os princípios democráticos, assentado na ampliação e garantias de direitos – especialmente os do trabalho. É necessária a constituição de esferas públicas, cada vez mais estruturadas por processos de democracia direta e participativa.”

12. Reafirmamos nossa concepção de Estado, que está vinculada a um projeto alternativo de sociedade. Reafirmamos também nossa defesa de reorganização do Estado brasileiro segundo princípios democráticos, assentada na garantia e na ampliação de direitos – especialmente os do trabalho -, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado, e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa.
13. Isto implica a compreensão de que lutamos por um Estado forte, com capacidade de investimentos em políticas públicas voltadas para o atendimento dos interesses e demandas da maioria da população nos campos da educação, da saúde e da proteção social; fomentando a geração de trabalho decente e ampliando o poder de compra por meio do estímulo à produção, junto com a ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.
14. Por isso, é desafio implementar um modelo de crescimento sustentado que combine desenvolvimento econômico e social, que de forma sustentável, contribua para a expansão das formas de economia solidária, capazes de construir alternativas à propriedade privada dos meios de produção; definir um programa estratégico para a produção agrária brasileira e consolidar um projeto integrado e sistêmico dos direitos dos/as trabalhadores/as, ou seja, um Estado construído a partir dos valores da liberdade e democracia. Para tanto, se faz necessário avançar na construção de outro paradigma econômico, superando o paradigma de mercado.

Por uma outra política econômica

15. O Banco Central não pode restringir suas decisões em função estritamente da estabilidade inflacionária. A gestão da moeda e dos juros afeta o conjunto das atividades econômicas e do desenvolvimento social. É fundamental que a mais importante instituição do sistema financeiro nacional incorpore em suas ações a preocupação com o crescimento e o emprego. Para isso é imprescindível a democratização do Conselho Monetário Nacional (CMN). A ampliação do CMN pode ser um ato de democratização e em favor do desenvolvimento, abrindo espaço para um nível maior de transparência e de controle público do núcleo do sistema financeiro nacional.
16. A CUT propõe e desenvolve ações para viabilizar uma **CONFERÊNCIA NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO**. Queremos ir além da crítica da política econômica. A CUT quer outra economia política, baseada na soberania e participação popular nas decisões estratégicas de rumos do Governo. Em outras palavras, um Estado democratizado. Queremos debater o papel do sistema financeiro nacional, do Banco Central do Brasil, do Conselho Monetário Nacional, dos bancos públicos e dos fundos de pensão, inserir nossas propostas de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e de contrapartidas sociais nos empréstimos públicos e nos fundos sociais.





17. Defendemos medidas que fortaleçam nosso parque industrial nacional, protejam o mercado interno, agreguem valor aos produtos que produzimos proporcionando uma efetiva integração produtiva na América Latina, em especial no Mercosul. É preciso atuar para a criação de banco de desenvolvimento da região assim como pesados investimentos em ciência e tecnologia. É preciso planejamento de longo prazo; somos contra medidas pontuais de desoneração sob o argumento da competitividade. Precisamos desmistificar a lógica do custo do trabalho, tão propalados pelas empresas.
18. E principalmente, é hora do Brasil enfrentar a péssima estrutura tributária que favorece uma minoria de privilegiados em detrimento de toda a sociedade. Por isso, reafirmamos as propostas definidas no seminário sobre o tema e referendadas na 13ª Plenária Nacional, que tem como foco o aperfeiçoamento da progressividade da estrutura tributária, tanto no que se refere aos tributos diretos (aplicados sobre a renda) quanto aos indiretos (aplicados sobre os preços).

Ampliar a participação

19. A CUT, ao defender uma reforma política alternativa à democracia parlamentar e corporativa e, ao questionar a hegemonia da economia privada ou mista, defende uma nova relação entre transformação política e econômica. Em nossa plataforma para uma reforma política democrática, constam principalmente a conquista do financiamento público de campanha e o voto em lista fechada, com paridade na representação de mulheres e a ampliação da participação popular nas decisões do país por meio de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais ou de largo alcance para a vida do povo brasileiro. As conferências nacionais temáticas precisam contribuir ainda mais para a produção das agendas das políticas públicas, de suas prioridades, de sua aplicação, alcançando inclusive poder decisório. Em particular, a definição do orçamento público da união – de suas fontes de receitas, de suas prioridades de gastos, de seus planos – deve ganhar uma dinâmica crescente de publicização, gerando uma cultura crescente de participação e deliberação nacional.
20. Por isso, devemos priorizar e ampliar a participação da CUT nos diversos espaços institucionais – conselhos, fóruns, Comissões, GTs, etc., no âmbito nacional, estadual e municipal, além da atuação CUTista nas conferências de políticas públicas e nos fóruns internacionais é parte dessa tarefa que busca ampliar o controle social sobre o Estado, com a institucionalização das Conferências Nacionais e ampliação da capacidade de formulação e deliberação dos diversos conselhos sobre as políticas de Estado.
21. A presença massiva das mulheres no mercado de trabalho explicita a tensão gerada pela utilização do tempo das mulheres como um recurso elástico e inesgotável. Políticas afirmativas dos direitos das mulheres, nas dimensões privadas e públicas, devem ser incorporadas à construção deste Estado solidário, rompendo as cadeias opressivas do patriarcalismo. Isso significa, necessariamente, a defesa da autodeterminação e autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas, garantindo o direito ao aborto. Para tanto, este forte estímulo à participação das mulheres na política, precisa ser acompanhado de ações afirmativas, transformadas em políticas públicas, que permitam a responsabilidade do conjunto da sociedade com a reprodução e criação de seus descendentes, deixando de sobrecarregar apenas mães e/ou pais/cuidadores.





- 22.** O Brasil deve viver pelos próximos anos uma situação demograficamente conhecida como janela de oportunidade, na qual o padrão de envelhecimento da população ainda não é dominante, mas o crescimento demográfico já diminuiu bastante, fazendo com que a grande maioria das pessoas esteja em idade produtiva e possam contribuir ativamente para a construção deste gigantesco esforço histórico. O Estado orientado por essa perspectiva deve ampliar a proteção social sobre a imensa massa juvenil, reduzindo a entrada de jovens no mercado de trabalho antes de concluir sua formação acadêmica ou técnico-científica. A emancipação de jovens é a sua não dependência do trabalho para fins de sobrevivência. O Estado deve assumir, assim, a proteção da juventude diante da demanda pela exploração do trabalho juvenil.
- 23.** A luta pela institucionalização da igualdade, de fato, dos direitos dos negros e negras, pessoas com deficiência e da garantia do exercício pleno da cidadania visando promover novas relações sociais é essencial. Superar o racismo, reparar distorções históricas, como por exemplo, construindo o debate da política de inclusão por meio de cotas e promover a igualdade entre negros/as e não negros/as resulta da ampla compreensão de que as dimensões classistas e antirracistas são elementos centrais e combinados na luta política que travamos na sociedade.
- 24.** A população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) sofre diariamente não apenas a segregação, mas também seu extermínio em decorrência de crimes de ódio. Os/as LGBTs são excluídos/as do convívio social, do convívio familiar, das vivências escolares/acadêmicas, do mercado de trabalho e da priorização das políticas públicas. São necessárias políticas públicas contra a homofobia e a violência homofóbica (que hoje atinge níveis alarmantes no país) a aprovação da igualdade jurídica entre cidadãos homossexuais e heterossexuais, a criminalização da homofobia e o enfrentamento a posturas religiosas que coloquem em risco o princípio laico e republicano do Estado Brasileiro.

Potencializar e disputar a concepção de desenvolvimento sustentável

- 25.** Por outro lado, também necessitamos atuar mais vigorosamente no debate da concepção de desenvolvimento sustentável, em especial nesse ano, na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Articulando o movimento sindical internacional, em especial, da América Latina, e os movimentos sociais, buscaremos combater a ideia de uma economia verde que mercantiliza a natureza, produzindo saídas à crise ambiental pela via do mercado e garantir uma estratégia de longo prazo capaz de oferecer novas respostas aos desafios econômicos, sociais, ambientais, energéticos e políticos do mundo moderno, por meio de acordos que possibilitem ações para um novo padrão de produção e consumo sustentáveis.
- 26.** Reafirmando nossa resolução da 13ª Plenária, atuaremos em duas frentes: pressionando o governo para acelerar a discussão com as organizações sociais, em especial, o movimento sindical, e mobilizar nossas entidades alçando ao centro de nossa estratégia o trabalho decente e o desenvolvimento sustentável. Impulsionando questões relativas à democratização do conhecimento, ao direito ao trabalho decente, ao resgate do papel





do Estado e do financiamento público, à distribuição de renda e riqueza, mudanças no paradigma energético.

O desenvolvimento territorial e a disputa de projetos

27. Lutar por um modelo de desenvolvimento para o Brasil, com sustentabilidade, é conceber um projeto de nação. Afirmamos em nossa plataforma que é imprescindível a incorporação de estratégias regionais, tanto no campo, quanto na cidade, pois é no âmbito regional/local que os cidadãos e as cidadãs, trabalhadores e trabalhadoras moram e que as políticas públicas devem ser mais vigorosas e concretas. E com as dimensões do Brasil, é fundamental para um novo paradigma de desenvolvimento, que se pretende sustentável e incluyente socialmente, considerar o espaço local a partir da noção de territorialidade, como premissa para a conformação de um novo projeto de nação, que valorize a sua diversidade cultural e fortaleça as identidades política e social presentes em cada uma das regiões do país.
28. A CUT e seus sindicatos, particularmente as Estaduais da CUT, têm papel importante na disputa e consolidação dos espaços territoriais porque são espaços deliberativos de políticas públicas. Eles configuram uma reorientação na atuação do poder executivo no fomento a construção de agendas locais de desenvolvimento com forte intervenção da sociedade civil. Atualmente, o sindicalismo classista necessita dimensionar a questão local - os territórios - em suas proposições na disputa dos rumos do desenvolvimento. É importante que os movimentos populares, sobretudo o movimento sindical, se atentem para a importância desses espaços, tendo em vista a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Em alguns estados, a CUT através de suas Estaduais e sindicatos filiados já vem desenvolvendo experiências importantes de intervenção no processo de debates, elaboração e execução de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e nos Territórios de Cidadania. Tais experiências sistematizadas e melhor acompanhadas podem contribuir para maior articulação com o processo de construção e consolidação da Plataforma de Desenvolvimento e de disputar as concepções, prioridades e propostas da nossa Central.
29. Soma-se aí a luta pela terra, que deve ser aprofundada para um desenvolvimento sustentável. Reduzir a concentração fundiária, regularizar a propriedade da terra, ampliar a produção de alimentos, a renda da agricultura familiar são algumas das tarefas da CUT no próximo período. Assim como a luta em torno da aprovação do Código Florestal, de acordo com nossa posição.
30. Nesse campo, situam-se as políticas de energia e saneamento. É preciso aprofundar o debate sobre o modelo energético brasileiro; seus impactos na sustentabilidade ambiental e as alternativas, em especial, na Amazônia. Além do combate à privatização da água, é preciso também aprofundar o debate sobre o Saneamento Básico e sua relação com a melhoria da qualidade de vida da população, destacando o papel do FGTS.





Democratizar as relações de trabalho e combater a precarização

- 31.** Outra tarefa imprescindível é avançar na democratização das relações de trabalho a partir do local de trabalho. No Brasil, essas relações têm sido historicamente baseadas na total ausência de democracia, predominando o autoritarismo, o assédio e o desrespeito. Nossa luta é para garantir o valor social do trabalho na promoção de condições de vida dignas dentro e fora dos locais de trabalho, uma das condições para o exercício do Trabalho Decente. Para que isso ocorra é pressuposto o fortalecimento do papel do Estado como regulador das políticas públicas com vistas a garantir os direitos fundamentais, a proteção social, a geração de emprego de qualidade. Por isso, é tarefa fundamental disputar nossas propostas na Conferência Nacional do Trabalho Decente envolvendo o conjunto da sociedade neste processo.
- 32.** É preciso intensificar as ações em defesa da regulação pública do trabalho e no combate à investida patronal de regulação da precarização e da retirada de direitos. A terceirização é um dos exemplos de precarização, pois potencializa a discriminação nos locais de trabalho, e é uma das principais causas dos acidentes de trabalho, muitos deles, fatais. Propomos atuar, por meio do fortalecimento das ações do GT de Combate à Terceirização da CUT e da articulação com outros atores sociais, como o Fórum de Combate à Terceirização, cuja ação emergente e prioritária é enfrentar o PL 4330/04, em debate no Congresso Nacional, que generaliza a terceirização para todos os setores e segmentos da economia.
- 33.** Outra ação estratégica no próximo período é a mobilização, pressão e negociação das condições e relações de trabalho, da mobilidade e da sustentabilidade das cidades em relação aos empreendimentos da Copa do Mundo, a ser realizada em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016. Para garantir a infraestrutura necessária, o País precisa fazer grandes investimentos, em especial em transportes, turismo, ampliação de aeroportos. No caso dos jogos olímpicos, somam-se a estas demandas, arenas para a prática de esportes individuais e coletivos, além de alojamentos, que devem ser construídos visando a sua utilização pós jogos. Todos os investimentos previstos terão como financiador principal, a União, ou seja, Estados e municípios a partir de empréstimos do BNDES e do Fundo de Investimentos do FGTS.
- 34.** A CUT defende que para qualquer investimento público deve-se exigir critérios, metas, contrapartidas sociais e transparência. Acreditamos que investir no esporte pode ser um dos maiores legados para a sociedade, e vai para além de investimentos apenas em infraestrutura. Contudo, além da garantia do acesso ao esporte, é necessário que as políticas desenvolvidas contenham a manutenção e ampliação de direitos dos/as trabalhadores/a: negociação coletiva, organização sindical e exercício do trabalho sem riscos à saúde e com proteção, além da sustentabilidade ambiental. Tudo isso deve fazer parte das premissas para empréstimos e investimentos públicos, sejam eles de qualquer natureza.





Ampliação do setor público para fortalecer nosso projeto de desenvolvimento e recuperar direitos

35. É imperativo uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado, ou seja, com as suas instituições públicas garantidoras de direitos sociais e promotoras de políticas públicas buscando superar as dimensões corporativas e mercantis que ainda estruturam os direitos sociais. É preciso defender o fortalecimento do serviço público e seu caráter social como princípio fundamental de transformação do país, lutando por sua expansão e valorização e combatendo toda iniciativa de precarização, terceirização, privatização.
36. A educação e a saúde fortalecidas em suas dimensões pública, universal, democrática e de qualidade constituem elementos estratégicos de um projeto de desenvolvimento que assegure maior justiça social e o exercício da cidadania. Buscamos, respectivamente, a erradicação do analfabetismo e a universalidade do acesso e a permanência ao ensino em todos os níveis, e a integralidade das ações em saúde (promoção, proteção e assistência). Nosso objetivo é consolidar a primazia estatal do SUS. Fortalecer a luta em defesa da universalidade das políticas de proteção social, consolidando e ampliando as conquistas asseguradas na Constituição Federal de 1988, é uma tarefa estratégica da CUT na disputa por um caminho pós-neoliberal.
37. Essas políticas, aliadas a outras, deverão compor as prioridades da agenda das instâncias e sindicatos CUTistas. Desenvolver uma ampla campanha nacional pela educação (de massa, não corporativa, com marketing e toda estrutura necessária), destacando o papel da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na articulação com professores para implementação da campanha que deve incidir, preferencialmente, em todas as escolas do país. E uma campanha pela Seguridade Social, com a ratificação da Convenção 102 da OIT, acompanhada pela articulação de uma campanha mundial por sua ratificação.
38. A luta pela ampliação das políticas públicas e sociais deve tornar o eixo principal de nossa Jornada de Lutas e do nosso projeto de desenvolvimento, constituindo uma grande campanha, intitulada “Caravana da CUT”, que, definidos os temas centrais (educação, saúde, reforma agrária etc) deverá ser trabalhada durante todo o ano por todos os nossos sindicatos na base, junto à classe trabalhadora.
39. Nesse caminho, também é fundamental priorizar a luta pela democratização e republicanação do Judiciário, pois permite a passagem de políticas de governo ou conquistas de movimentos sociais para a dimensão de Estado, através de sua constitucionalização, funcionando assim como uma alavanca de universalização e perenização de direitos.

III. Botar o bloco na rua: movimentos populares, campanhas nacionais, internacionais e redes sociais

40. Outro ponto estratégico é alterar a privatização do processo de formação da opinião pública, feita através do controle oligopolizado dos meios de comunicação de massa. Estes setores do capital, alentados e desenvolvidos pelo regime militar, criaram uma





relação programática orgânica com os partidos neoliberais durante os governos FHC. Posicionados estrategicamente na democracia brasileira, cumprem um papel decisivo na reprodução da visão de mundo liberal e dos interesses corporativos capitalistas, procurando impugnar qualquer regulação democrática dos meios de comunicação que, por sua natureza, deveriam ser públicos (ou submetidos diretamente ao controle democrático e plural do Estado ou por ele regulado segundo estes critérios).

- 41.** A CUT trouxe para o primeiro plano da luta sindical a defesa de uma comunicação pública e democrática. Nossa Central tem o potencial de dirigir a mais ampla luta pela formação das condições estruturais de uma opinião pública democrática no Brasil. Defendemos a formação de meio de expressão e comunicação públicos e de uma vasta rede formada por cooperativas, circuitos virtuais, imprensa opinativa e independente, rádios livres e televisões alternativas, que dê pleno direito de voz e audiência aos sujeitos sociais que compõem o nosso bloco. Devemos aprofundar a mobilização para defender a formação de uma comunicação pública e aproveitar do potencial da internet e da cultura livre como fortes instrumentos de afirmação da democracia e da construção de uma esfera pública.
- 42.** É necessário e urgente que o Estado institua um novo marco regulatório das comunicações, construído democraticamente com a sociedade civil, por meio da representação de seus diversos atores em condições de igualdade. O novo marco deve reconhecer e afirmar o caráter público de toda a comunicação social e basear todos os processos regulatórios no interesse público. A CUT e entidades do movimento social que lutam pela democratização da Comunicação no Brasil tiveram papel fundamental no processo da Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), tanto para que se realizasse, quanto na elaboração de propostas voltadas para a garantia do direito à comunicação e à liberdade de expressão.
- 43.** As propostas da Confecom foram transformadas numa plataforma com 20 diretrizes prioritárias, que contemplam participação e controle social, infraestrutura, universalização, pluralidade, fortalecimento das rádios e TVs comunitárias, entre outros, e serão a nossa plataforma de ação. Estas diretrizes deverão ser consolidadas na bandeira da liberdade de expressão com a realização de uma ampla campanha nacional, liderada pelo FNDC, para que todos e todas tenham voz. A CUT deverá ser protagonista nesse debate em todos os estados, se apropriando cada vez mais do tema e encabeçando também regionalmente as ações do FNDC, hoje coordenado nacionalmente pela CUT. O saldo deste processo deverá apontar tanto para a mudança política quanto para um processo organizativo que fortaleça o FNDC e a atuação da CUT nesta área.
- 44.** Outra tarefa estratégica a ser aprovada no 11° CONCUR, é a disputa de políticas públicas para o campo. É preciso potencializar a ousadia que nos marca para o enfrentamento com o agronegócio.
- 45.** Para garantir a necessária internacionalização das lutas é essencial fortalecer a CSI para que se torne a grande Central Internacional, articuladora das lutas e campanhas internacionais, contra o neoliberalismo, por um novo modelo de sociedade justa e igualitária. É fundamental continuar a fortalecer a CSA e sua luta nas Américas pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Também é fundamental que busquemos reforçar nossas relações internacionais com centrais sindicais que historicamente têm dado enorme contribuição para a construção da nossa central sindical e desenvolver





- uma política de cooperação cada vez mais vigorosa, priorizando a articulação com os países da América Latina, Caribe e África, a cooperação sul-sul por meio do intercâmbio de experiências com diversas centrais sindicais, visando sistematizar e disponibilizar experiências organizativas e políticas aos/às companheiros/as desses continentes.
- 46.** É preciso potencializar a intervenção nos fóruns internacionais de maior relevância para o debate das questões sindicais: CSI e CSA. Fortalecer nossa relação com a CPLP (*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*) e SIGTUR (*Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights*) assim como potencializar a atuação na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) para impulsionar o processo de integração do MERCOSUL. Ampliar, em conjunto com a CSA e CSI a intervenção nos Fóruns globais e regionais como o G20, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE).
- 47.** Em relação à OIT, a CUT deverá continuar fortalecendo-a como organismo tripartite em que os trabalhadores têm direito à voz e voto e se caracteriza como espaço de ação política dos trabalhadores.
- 48.** Também é importante avançar na atuação em relação ao trabalho migrante, colocando essa temática como elemento central de nossa estratégia, referenciada pela resolução da 13ª Plenária Nacional da CUT.
- 49.** A CUT deve continuar a construir o Fórum Social Mundial e defenderá que o mesmo passe a adotar lutas e campanhas globais comuns, possibilitando-lhe avançar rumo a ações concretas. A expressão dessa visão estratégica da CUT é a construção do Fórum Social Mundial Palestina Livre.
- 50.** É preciso disputar a visão da política de Cooperação do governo brasileiro a partir da nossa visão de classe. Também é necessário fortalecer as alianças com organizações sindicais de outros países e organizações nacionais que defendem os interesses da classe trabalhadora. Por isso, devemos nos colocar o desafio de construir uma ferramenta que proporcione a adequada gestão e agilidade dessas parcerias, em especial nas relações Sul-Sul, preferencialmente no âmbito dos países da América Latina e África.
- 51.** Assim, a CUT constituirá um Instituto de Cooperação, com a responsabilidade de executar os planos de cooperação e solidariedade definidos pela Secretaria de Relações Internacionais (SRI) e aprovados pela Executiva Nacional, contendo ações planejadas de acordo com a estratégia geral da CUT, projetos que podem ser de caráter financeiro, técnico ou técnico-financeiro.
- 52.** Nossa relação com os movimentos sociais é estratégica para o fortalecimento de nossas lutas. Nos anos 1990, quando organizamos grandes mobilizações de resistência às políticas neoliberais, o Fórum Nacional de Lutas teve um papel significativo, que culminou com a Marcha dos Cem Mil em 1999. Desde então, a CUT passou a construir com o conjunto dos movimentos populares a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que se caracteriza por uma ampla aliança social e política e com grande capacidade de mobilização popular. É tarefa da CUT avançar na agenda estratégica, comum e com itens prioritários, envolvendo a sociedade e fortalecendo a relação com nossos parceiros históricos.

**Assinam este texto todos os membros da Executiva Nacional da CUT, exceto o dirigente Julio Turra.*





EIXO 2:

ATUALIZAR O PROJETO POLÍTICO-ORGANIZATIVO DA CUT PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS, AMPLIANDO AS POTENCIALIDADES PARA ORGANIZAR A MAIORIA DA CLASSE TRABALHADORA

A estratégia definida no 10º CON CUT (2009) definiu pela atualização e o fortalecimento do projeto sindical CUTista a partir da ampliação da base de representação da CUT para a disputa de hegemonia

1. A CUT que queremos para a próxima década é uma CUT fortalecida em toda a sua organização vertical e horizontal. Por isso, é fundamental atualizar e enraizar o nosso projeto político-organizativo para conquistarmos a democratização das relações de trabalho e, diante do cenário da reorganização do movimento sindical no Brasil, precisamos estar fortalecidos para enfrentarmos as disputas acirradas, com as centrais sindicais: Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CGTB, e também a Conlutas e a Intersindical, entidades que se contrapõem a nossa concepção e prática sindical.
2. A CUT nasceu crítica à estrutura oficial, organizando sua palavra de ordem original em defesa da liberdade e autonomia sindical. Desde a sua fundação, defende um sindicato organizado pela base, democrático, autônomo em relação ao Estado, com trabalhadores livres para definirem suas formas de organização sindical e de autossustentação financeira, desde o local de trabalho até os níveis nacionais. Assim, nos anos 1990 chegamos a uma proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho – SDRT – que tem como princípios a liberdade e autonomia sindical, o direito à Organização por Local de Trabalho (OLT) e à contratação coletiva.
3. Por isso, nossa estratégia, referenciada nas resoluções da 13ª Plenária, deve ser orientada pelos seguintes princípios e propostas:

I. Sindicato livre é sindicato forte: a campanha por liberdade sindical como celebração dos 30 anos da CUT

4. A principal luta da CUT continua sendo a defesa da liberdade e da autonomia sindical. Sempre afirmamos que não há sociedade democrática sem que os trabalhadores/as possam livremente escolher sua forma de organização de acordo com seus interesses de classe, ideologia, concepção e prática sindical, sem interferência do Estado. Por isso, a CUT realiza a **Campanha Nacional pela Liberdade de Organização, com a ratificação da Convenção 87 da OIT**, com ações em 2012 e até os 30 anos em 2013. É tarefa de todo/a CUTista, todos os sindicatos se engajarem na Campanha, iniciada no mês de março de 2012, com o Plebiscito Nacional pelo Fim do Imposto Sindical.





5. Vivemos atualmente uma situação contraditória, fruto da Constituição Federal que no primeiro item do artigo 8º diz que é livre a associação sindical, ou seja, temos liberdade. Porém, logo em seguida, o segundo item diz que é vedada a constituição de mais de um sindicato por categoria ou base territorial, no mínimo um município, ou seja, temos UNICIDADE sindical.
6. A UNICIDADE sindical vem fazendo com que tenhamos a fundação de mais de 2 sindicatos por dia no Brasil, a grande maioria deles sem representatividade e com a única exclusiva função de dividir os atuais sindicatos existentes e cobrar o imposto sindical. Os desmembramentos de bases sindicais ou a criação de sindicatos de categoria dentro da mesma categoria vêm sendo feitos sem nenhuma consulta à maioria dos/as trabalhadores/as, os/as reais e únicos/as interessados/as.
7. Quando defendemos a LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL não estamos defendendo a pulverização das entidades sindicais; ao contrário, defendemos a UNIDADE dos/as trabalhadores/as em entidades sindicais cada vez mais fortes e mais representativas. Mas, essa unidade tem que ser fruto da decisão dos/as próprios/as trabalhadores/as e não imposta pela Lei, que como estamos vendo, tem servido apenas para dividir ainda mais os/as trabalhadores/as.

Propostas:

8. Em virtude da instituição da Portaria 186, é tarefa central da CUT, em todos os âmbitos, e de todas as entidades manter ação de acompanhamento e incentivo à sindicalização; mapear e buscar contato para filiação à CUT de sindicatos que não sejam filiados à Central nenhuma, apresentando o projeto de organização e a plataforma de ação CUTista; identificar setores ainda não organizados e propor a fundação de sindicatos, bem como organizar oposições sindicais em bases de centrais sindicais que não representam os interesses dos/as trabalhadores/as.
9. No regime de liberdade sindical, devemos atuar com o conceito de REPRESENTATIVIDADE. Podendo existir mais de um sindicato numa determinada categoria ou base territorial, a participação dos mesmos nas mesas de negociação deve levar em conta a sua representatividade (os de maior representatividade com maior peso). A DEMISSÃO DE DIRIGENTES sindicais que vem sendo feita pelos/as empregadores/as fere a liberdade e autonomia sindical. O artigo 522 da CLT, que limita o número de dirigentes sindicais com estabilidade sindical deve ser revogado. A liberação de dirigentes sindicais para o exercício do mandato, que é fundamental para a democracia e a liberdade sindical, deve ser deliberada pelos/as trabalhadores/as e garantida na legislação e nas negociações coletivas.

II. O sindicato deve ser uma organização democrática e se organizar pela base

10. A principal tarefa da nossa estratégia sindical no próximo período é fazer com que os nossos sindicatos de base coloquem como prioridade da sua ação sindical A ORGA-





NIZAÇÃO SINDICAL DOS/AS TRABALHADORES/AS A PARTIR DOS LOCAIS DE TRABALHO ou ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE BASE (OSB) com estabelecimento de metas, avaliação dos diferentes modelos existentes etc.

Propostas:

11. Conforme deliberado na 13ª Plenária Nacional (2011), em todas as situações de disputa, a premissa é a construção da unidade. Em caso de impasse na formação de uma chapa deverá ser convocada uma Convenção, que servirá de base para a construção da chapa CUTista, portanto o 11º CONCURT debaterá as propostas de resolução sobre este tema (p. 51 a 53), a fim de aprovar critérios de apoio as chapas CUTistas.
12. A CUT desenvolverá uma campanha nacional pela aprovação de legislação que garanta a OLT no sistema de organização sindical brasileiro, assim como pela implantação das OLTs. Devem ser utilizados e ampliados os dispositivos jurídicos já existentes e as convenções da OIT que propiciam a constituição dessa ferramenta organizativa.
13. A CUT entende que a negociação coletiva é um espaço de negociação dos conflitos e passa necessariamente pelo fortalecimento da organização política e sindical dos/as trabalhadores/as. Sua sustentação depende de três questões centrais: organização por local de trabalho; organização sindical por ramo de atividade e o reconhecimento das centrais tendo a representatividade destas, como diretriz. A CUT lutará pela regulamentação da negociação coletiva e do contrato coletivo de trabalho, nacionalmente articulado, com garantia do direito de greve.
14. Os sindicatos deverão incluir nos seus estatutos a criação da comissão sindical de empresa/de base, ou comissão sindical por local de trabalho, ou ainda, representantes sindicais eleitos/as pelos/as associados/as do sindicato naquela empresa ou local de trabalho e moradia (no caso da agricultura familiar), com eleições coordenadas e organizadas pelo sindicato, com o objetivo de fortalecer o processo de negociação permanente a partir do local de trabalho, acompanhar os assuntos de interesse dos/as trabalhadores/as no cotidiano, fiscalizar o cumprimento do acordo ou convenção coletiva de trabalho por parte da empresa etc.
15. A CUT orienta que as Confederações, em cada um dos ramos de atividade, priorizem o acompanhamento desse processo, estabelecendo metas e prazos para que tenhamos na 14ª Plenária Nacional (2014) uma avaliação geral.

III. Diretrizes para conformação do Estatuto Classista

16. O atual estatuto da CUT aprovado no Congresso de 1988 é fruto de um longo processo de construção democrática. Constituiu-se num marco na estruturação e definição do modelo organizativo da nossa Central Sindical e reflete um momento histórico específico.
17. No 11º CONCURT (2012) queremos dar continuidade ao debate iniciado na 13ª Plenária, construir e aprovar propostas para a atualização do projeto organizativo da CUT, com as





necessárias alterações estatutárias. Este processo deverá articular um amplo processo de debate nas bases, estimulando os/as trabalhadores/as, a se reunirem e a refletirem, para buscarem respostas e, principalmente, elaborarem propostas que tenham como objetivo instrumentalizar a CUT para enfrentar os desafios dos próximos 10 anos.

Propostas:

18. Os sindicatos devem estabelecer mandatos de até 4 anos para as direções. Assim, os atuais sindicatos filiados deverão adequar seus Estatutos até o 12º CONCUR. Os sindicatos que se filiaram à CUT a partir da 13ª Plenária (2011) devem ter, no máximo, até duas gestões para que seus Estatutos sejam adequados a essa prerrogativa.
19. As Confederações, devem no prazo até a 14ª Plenária Nacional, aprofundar o debate e produzir resoluções para a maneira mais adequada de representação dos/as terceirizados/as, considerando as demandas internas e formas de contratação e negociação (contrato diferenciado) ou não (outra forma).
20. Impulsionar a simultaneidade nas eleições da direção e representantes de base, divulgando as experiências existentes em nossa base.

IV. As Federações, Confederações e Ramos CUTistas

21. Um plano de atualização da estrutura vertical deve partir da consolidação das Federações como instância de organização territorial, unificação, representação e negociação do ramo no Estado. A Federação Estadual deve organizar e unificar a luta dos sindicatos no Estado, investir numa uniformização do modelo de organização dos seus sindicatos de base através de um processo de padronização dos estatutos norteados pelos princípios CUTistas.

Propostas:

22. No último período, a CUT investiu em algumas experiências de confederações com a participação de federações CUTistas e não CUTistas. Opção política feita num dado momento da conjuntura, estas entidades do setor químico, do vestuário e da construção civil não têm tido um avanço efetivo no papel de negociação, não se orientam pelos princípios CUTistas e têm no imposto sindical o seu principal pilar de sustentação. **A CUT se posiciona pelo fim da organização de confederações e federações com outras centrais sindicais e orienta as entidades nacionais e estaduais a reverem sua estratégia de organização e consolidação.**
23. Para avançar na atualização da estrutura vertical, a CUT decide constituir um espaço nacional dos macrossetores (Indústria, Serviços, Agricultura e Serviço Público), visando elaborar uma proposta final de organização setorial para o 12º CONCUR, efetuando





uma avaliação parcial na 14ª Plenária Nacional. Esse processo deverá, necessariamente, incluir propostas para rurais, aposentados/as, comunicação, setor público, municipais, profissionais liberais, educação, construção civil, vigilantes e correios.

24. As Federações e Confederações orgânicas devem aprofundar o debate sobre filiação à CUT de todas as suas entidades até o 11º CON CUT.

V. As Estaduais da CUT

25. Propomos desenvolver um plano nacional de enraizamento e interiorização estadual do Projeto Político-Organizativo da CUT com o objetivo de ampliar a base de representação e a negociação de políticas públicas em âmbito local, considerando a lógica dos territórios da cidadania.
26. No Plano devem constar a conformação de estruturas regionais solidárias, a dotação orçamentária e o Plano de Ação e Gestão Estadual, e também a possibilidade de conformação de regionais da CUT.
27. Compor uma direção estadual preparada para responder a essas demandas é fundamental. Por isso, deverão ser estabelecidos critérios até o 11º CON CUT para composição das direções estaduais, garantindo o compromisso com o projeto político, a representatividade, as condições de liberação e disponibilidade e os princípios CUTistas.

VI. CUT Nacional: Direção Nacional e Executiva Nacional - papel político da Direção Nacional

28. Entre as atribuições da Direção Nacional da CUT consta garantir a aplicação política das resoluções da Plenária e do Congresso Nacional, bem como aprovar políticas específicas, buscando responder às conjunturas política e econômica nacional. A partir do 10º CON CUT (2009) temos uma Direção Nacional fixa que integra representantes eleitos/as para a Direção Executiva Nacional, os/as representantes indicados/as pelas 27 Estaduais e pelos ramos da CUT Nacional; uma experiência nova que aponta a perspectiva de estreitar as relações políticas, mas merece ser avaliada e aperfeiçoada pelo sindicalismo CUTista.

Propostas:

29. Dar continuidade à ação de planejamento estratégico da CUT, aprimorar e assegurar a sua execução para potencializar a integração (nacional, estaduais e ramos), visando fortalecer o cumprimento das ações e estratégias aprovadas em nível nacional nas regiões do país.
30. Fortalecer o papel do/a Diretor/a Nacional, seja na Estadual, seja no ramo de atividade econômica, possibilitando que sua atuação contribua para articular e potencializar a ação da CUT na região.





- 31.** Implementar a Comissão Nacional de Cultura, Esportes, Artes e Lazer que terá como papel primordial inserir no cotidiano da vida sindical a prática da cultura e das artes. Também deverá ter atuação para o reconhecimento profissional e a luta por direitos trabalhistas, bem como lutar pela democratização e ampliação do mercado de trabalho para artistas.

VII. Modelo de financiamento e aprimorar a gestão administrativa e financeira:

- 32.** Defendemos o fim do imposto sindical, porém sabemos que é fundamental que o sindicato tenha condições financeiras de organizar a luta dos/as trabalhadores/as. A luta pelo fim do imposto sindical é indissociável da luta pela aprovação de uma Lei que proíba as práticas antissindicalistas e que garanta a organização dos/as trabalhadores/as a partir do local de trabalho.
- 33.** A sustentação financeira tem papel central na definição da estratégia de atualização do projeto organizativo da CUT e na luta pela mudança da estrutura sindical brasileira. As finanças, em qualquer organização sindical, devem estar a serviço da implementação do projeto político da entidade, definido por suas instâncias de decisão, através das resoluções aprovadas democraticamente em Congressos, Plenárias, Assembleias e demais instâncias deliberativas.

Propostas:

- 34.** Nesse sentido, o 11º CONICUT reafirma que a política e a estratégia de sustentação financeira das entidades CUTistas, construídas com base no princípio da liberdade e autonomia, devem se basear em dois pilares:
- Contribuição voluntária e democraticamente decidida pelos/as trabalhadores/as em assembleia;
 - Gestão participativa e eficiente, com implantação do orçamento participativo.
- 35.** É preciso racionalizar os descontos sindicais a que são submetidos/as os/as trabalhadores/as que hoje pagam, além da mensalidade ou taxa associativa, o imposto sindical, a taxa confederativa e a taxa assistencial.
- 36.** A CUT defende que a receita do sindicato seja resultado da mensalidade paga pelos/as associados/as e da contribuição da negociação coletiva definida pelos/as próprios/as trabalhadores/as em assembleia no processo da campanha salarial e descontada de associados/as e não associados/as, no teto de 1% do da remuneração anual.





VIII. Paridade

37. A resolução da 13ª Plenária deliberou por intensificar o debate sobre a paridade entre homens e mulheres nas instâncias das Direções Estaduais e Nacional, com o objetivo de garantir a atualização do mecanismo sobre a representação das mulheres nos espaços de poder, portanto, o 11º CONCURT debaterá as propostas de resoluções, (p. 47 a 51), e deliberará sobre o tema.

IX. Igualdade racial

38. É preciso avançar na sensibilização, conscientização, qualificação e envolvimento dos CUTistas no tema Igualdade Racial. Portanto, a temática deve ser incorporada às atividades formativas das Escolas Sindicais, das Estaduais da CUT e dos Ramos, bem como dos Sindicatos. Também é fundamental inserir propostas de denúncia e negociação nas campanhas nacionais e salariais, e na Jornada de Lutas – a Caravana da CUT. Nossas entidades sindicais devem buscar desenvolver projetos de utilização dos espaços públicos, visando integração com a sociedade nas datas importantes no calendário afro, valorizando artistas locais com rodas de samba e outras manifestações artísticas ligadas às tradições afro-brasileiras.

X. Os Rurais da CUT

39. A Central Única dos Trabalhadores, considerando a diversidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, orienta suas entidades a ampliarem sua base de representação junto aos/às agricultores/as familiares e assalariados/as rurais, para conquistar direitos, formular políticas públicas e enraizar o Projeto da CUT no campo. A CUT, no próximo período, terá como estratégia fortalecer as entidades do campo, debatendo seus problemas, desafios e especificidades de organização, levando em conta as disputas de projetos sindicais no campo e sua relação com a disputa de projetos na sociedade. A CUT, juntamente com as entidades sindicais CUTistas no campo, desenvolverá ações que contribuam para o fortalecimento de seu projeto político-organizativo e para a unidade da classe trabalhadora do campo e da cidade.

XI. Trabalhadoras/es domésticas/os

40. Temos atualmente no Brasil mais de 7 milhões de trabalhadoras domésticas, na imensa maioria mulheres negras, jovens e na informalidade. A CUT deve priorizar em suas estratégias de ação a organização sindical destas/es trabalhadoras/es, lutando pela formalização deste trabalho, impulsionando sua sindicalização, lutando pela regularização das entidades sindicais de trabalhadoras/es domésticas/os já existentes e pela legalização da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).





41. Em 2011 a CUT, em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço (CONTRACS) e a FENATRAD, teve uma ação decisiva na aprovação pela OIT da Convenção 189, que estabelece garantias básicas de direitos trabalhistas às/aos trabalhadoras/es domésticas/os. Trata-se agora de lutar pela ratificação desta Convenção pelo Governo brasileiro. Nosso objetivo é que o Brasil seja o primeiro país a ratificá-la, luta que deve ganhar peso com a campanha internacional “12 para 12”, cuja coordenação em nosso país é feita pela CUT. A Convenção 189 estabelece, entre outros direitos, a Negociação Coletiva desta categoria, o que requer atenção especial também a um necessário processo formativo sobre Concepção, Estrutura e Prática Sindical.

XII. Juventude CUTista

42. A juventude brasileira é essencialmente trabalhadora, portanto, nossa Central deve cada vez mais desafiar-se e criar condições para organizar esta juventude. Uma estratégia política organizativa da CUT para avançar na disputa de hegemonia na sociedade somente será vitoriosa se em suas pautas constarem a organização e a participação da juventude. Devemos buscar o objetivo de ser referência para os/as jovens empregados/as formais, informais, em busca de emprego e em formação profissional.
43. A CUT vem se consolidando como referência política para a juventude brasileira. A luta pela institucionalização de marcos legais para a juventude, como, por exemplo, a aprovação do Estatuto da Juventude, vem ganhando novas abordagens a partir da intervenção da CUT no sentido de afirmar que os direitos da juventude devem ser para toda juventude e não apenas para os/as estudantes. Mas, para além de ser protagonista na relação com os diversos movimentos juvenis e na pressão por políticas públicas, ainda é um grande desafio consolidar a organização da juventude no interior das instâncias da CUT.
44. A organização da juventude na CUT avançará na medida em que seus sindicatos filiados, Confederações e Federações criem e ofereçam condições de funcionamento para as Secretarias/Coletivos de Juventude, e que as pautas destes sejam orientadas por duas grandes diretrizes: luta por trabalho decente para a juventude que já está no mercado de trabalho; luta por políticas públicas para juventude que possibilitem o direito de conclusão do ciclo educacional antes do ingresso no mercado de trabalho.
45. Desta maneira, devemos ter uma participação protagonista nas lutas em defesa da saúde pública e de boas condições de trabalho, assim como por uma escola pública, universal, laica, gratuita, de qualidade, no campo e na cidade.
46. A Juventude rural tem obtido êxito e destaque na sua organização. A CUT deve apoiar e compartilhar estas experiências, assim como incorporar cada vez mais a discussão e a luta pelo direito da permanência da juventude no campo, com acesso à terra, assistência técnica, crédito facilitado, lazer e condições de estudar na própria região onde mora.
47. É fundamental aumentar o investimento na formação político-sindical para a Juventude, inclusive para intervenção nas negociações coletivas, como maneira de garantir os temas e a presença qualificada da juventude nestes espaços. A reversão do quadro alarmante de adoecimentos e acidentes de trabalho que atingem jovens trabalhadores deve ir ao centro das negociações coletivas e das mobilizações por políticas de estado para promoção da saúde do trabalhador.





- 48.** Devemos também incrementar as formas de comunicação e organização da Juventude, capacitando-a para o uso das novas Tecnologias da Informação. As redes sociais tem se consolidado como novo instrumento de mobilização, propaganda e consolidação de posições políticas, reivindicações e denúncias. A ação sindical voltada e organizada por jovens necessita de planejamento para o uso político das redes sociais.
- 49.** O objetivo histórico da CUT – representar e organizar a maioria da classe trabalhadora brasileira – deve orientar a estratégia de organização da juventude. Devemos desafiar os sindicatos CUTistas a encontrar e desenvolver formas de organização sindical que agreguem jovens trabalhadores/as que não estão em suas bases sindicais. Jovens trabalhadores/as que estão na informalidade, em busca de emprego e em formação profissional estão excluídos das organizações representativas da classe trabalhadora. É um desafio estratégico do sindicalismo combativo CUTista encontrar as formas de inserir essa maioria da classe em nossos sindicatos.

XIII. Redes Sindicais frente às multinacionais

- 50.** No próximo período devemos manter a atuação nas Redes Sindicais em Multinacionais, fazendo jus ao seu protagonismo no assunto em termos internacionais, estreitando os laços com nossas centrais parceiras e melhorando a organização dos sindicatos para lutar contra os malefícios da globalização. As Redes Sindicais são instrumentos para fortalecer a ação sindical local e não substitui, tampouco enfraquece, o papel do Sindicato e da OLT. Essa atuação deve se dar em conjunto com a CSA e CSI bem como na CCSCS.

Propostas:

- 51.** Potencializar o trabalho de nossas Confederações com suas Federações Internacionais de Ramo (FSIs) é parte integrante de nossa estratégia em busca de freio aos ataques por retirada de direitos e conquistas e avançar na organização e melhorias de condições de trabalho e salário. Nossa ação sindical frente às multinacionais continuará sendo a de exigir a aplicação dos direitos fundamentais estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos princípios do Global Compact das Nações Unidas, nas Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e na Declaração sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social e nos demais convênios da OIT, em especial, o núcleo de direitos que compõe a Declaração dos Direitos Fundamentais do Trabalho. Estes instrumentos internacionais são importantes para promover Trabalho Decente e enfrentar as fusões e as reestruturações produtivas oriundas do selvagem processo de concentração e centralização do capital. Estas devem atuar em conjunto com as FSIs para negociar e monitorar os Acordos Marco Globais (AMGs).





XIV. Novos sujeitos da classe trabalhadora

- 52.** Nos últimos anos, a expansão e o fortalecimento das políticas sociais articuladas à valorização do salário mínimo e a expansão do crédito, tiveram como resultado a inclusão de trabalhadores/as que passaram a fazer parte do mercado de trabalho. Estima-se que mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a ter renda, possibilitando acesso a bens e serviços, dando início a um processo de mobilidade social.
- 53.** Esses milhões de cidadãos e cidadãs não emergiram das grandes greves protagonizadas a partir do final da década de 1970, e não têm uma tradição de organização política e sindical, mas fazem parte de um processo de transformação social iniciado na década passada, e que tende a ampliar-se. São formados, majoritariamente, por mulheres, negros/as, jovens, trabalhadores/as do campo, cuja marca ainda são os baixos salários, contratos de trabalho precários e, provavelmente, não estão organizados/as em entidades sindicais. É um desafio estratégico para a CUT aprofundar a reflexão e o conhecimento sobre esses novos sujeitos para traçar estratégias de organização e representação, integrando-os ao projeto sindical que defendemos, cujos pilares são: liberdade e autonomia sindical, luta por melhores condições de vida e trabalho, rumo à transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.





PROPOSTAS DE RESOLUÇÕES

1) Paridade

Proposta da ArtSind - Articulação Sindical

Paridade

Ao afirmarmos a essencialidade da atualização de nosso projeto organizativo é importante dimensionar as potencialidades de organização das mulheres trabalhadoras. Por isso, reafirmamos a resolução da 13ª Plenária Nacional que buscou “garantir o amplo debate sobre a paridade entre homens e mulheres nas instâncias da Direção e Executiva Nacional e nas Direções e Executivas Estaduais da CUT como também cumprir o estatuto da CUT sobre as cotas de gênero de 30% nas direções nacionais e estaduais das entidades orgânicas da estrutura vertical, em atividades de formação, de representação e de delegação.”

Visando dar consecução à resolução da 13ª Plenária, o 11º CONCUT aprova a atualização do mecanismo sobre a representação das mulheres nos espaços de poder, com o objetivo de garantir a plena aplicação desse critério, como também a presença e a manutenção das mulheres CUTistas na direção da Central. Estabelece a paridade nas instâncias da Central, com implementação desse sistema em 2015 nas direções nacional e estadual da CUT.

Aprova também o aprofundamento desse debate nas demais instâncias até o 12º CONCUT. E recomenda que as suas entidades verticais e de base iniciem o processo de implementação da paridade a partir de um amplo debate com a base, considerando a realidade do setor/categoria, bem como incentive a participação sindical e política dos/as negros/as, jovens, pessoas com deficiência, LGBT, indígenas e outros sujeitos da diversidade.

Proposta da CSD – CUT Socialista e Democrática, AE - Articulação de Esquerda-Sindical e EPS - Esquerda Popular Socialista-Sindical

Liberdade + Autonomia se constrói com Igualdade

Desde a fundação da Central, a presença organizada das mulheres tem sido importante no debate sobre gênero e em temas gerais da CUT. Há momentos que marcaram nossa trajetória e fortaleceram nosso protagonismo tais como: a aprovação da resolução pela descriminalização e legalização do aborto, no 4º CONCUT (1991); a aprovação de cota mínima de gênero de 30%, para os cargos de direção da nossa Central, na 6ª Plenária da Nacional da CUT (1993); a transformação da Comissão Nacional sobre Mulher Trabalhadora em Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, no 9º CONCUT (2003); e aprovação dos aperfeiçoamentos no es-





tatuto no que se refere à política de cotas de gênero a ser implementada pelo conjunto de suas instâncias, compreendendo aqui, Estaduais da CUT, Confederações e Federações Orgânicas, na 12ª Plenária Nacional (2008).

Temos sido referência para outras organizações mistas e do movimento de mulheres. No entanto, segue como um grande desafio para o conjunto da Central assumir uma plataforma feminista capaz de transformar a realidade da classe trabalhadora e, em particular, a vida das mulheres.

Participação sindical

Dados do IBGE/Pnad de 2009 estima a população do país em 191.796.000 habitantes, des- ses mais de 50% (98.439.000) são do sexo feminino. Está aumentando a presença das mulhe- res no mercado de trabalho. Hoje as mulheres são 42,6% e os homens 57,4% das pessoas que estão em algum tipo de trabalho. Entre 1998 e 2006, verifica-se um crescimento significativo das mulheres ocupadas (37%), enquanto que entre os homens o crescimento foi de 22%. Do total de pessoas sindicalizadas as mulheres são 40% (6.560.657) e os homens 60% (9.875.437)¹.

Participar de direções sindicais é um direito político das mulheres. A CUT tem como base os princípios da democracia e da igualdade, portanto, quando reivindicamos paridade nos re- metemos a esses princípios fundadores de nossa Central. A aplicação da paridade é um passo importante para a construção de políticas para alterar as condições de participação política e sindical das mulheres e consolidar um sindicalismo com liberdade, autonomia e participação igualitária das mulheres.

Para tanto é necessário que as entidades sindicais, federações, confederações e CUT ga- rantam mecanismos que viabilizem a participação das mulheres e proporcione condições obje- tivas de realizar seu trabalho nos diferentes momentos de representação, elaboração, execução e avaliação da política sindical da CUT.

A ausência de trabalhadoras nesses espaços tem reflexos na organização sindical e na ela- boração de propostas e políticas que atingem diretamente a vida das trabalhadoras. É um de- safio para o movimento sindical incorporar uma nova concepção de trabalho, que considere o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no âmbito familiar e doméstico na definição da política sindical e, portanto, leve em consideração as desigualdades de gênero e a divisão se- xual do trabalho; a ausência de creches e escolas de período integral e demais equipamentos públicos; busque conhecer a situação das trabalhadoras e se proponha a ter uma política de inclusão das mulheres no movimento sindical.

É tarefa de todo e toda sindicalista garantir a transversalidade de gênero em todas as po- líticas, atividades e espaços da CUT, para que nossa Central assuma a cada dia mais, este espaço como um espaço dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso propomos:

Aplicar o critério de paridade de gênero, na composição da executiva e direção da CUT Na- cional e das CUT's Estaduais, inclusive alterando o estatuto.

¹Fonte: PNAD, 2009. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2012.





Aprofundar o debate da aplicação deste mecanismo nas estruturas verticais na perspectiva de aprovar no 12º CON CUT.

Bem como cumprir o estatuto da CUT sobre as cotas de gênero de 30% nas direções nacionais, interestaduais e estaduais das entidades orgânicas da estrutura vertical, em atividades de formação, de representação e delegação.

Proposta da CUT Independente e de Luta

Projeto de Resolução sobre a questão da paridade

Na luta contra a opressão da mulher trabalhadora. A paridade é uma resposta falsa para uma questão fundamental

1. A mulher sofre uma dupla opressão no capitalismo: é explorada como trabalhadora pelo capital e é submetida a um tratamento desigual em relação ao homem (inclusive nas relações de trabalho) e opressivo na vida social. Em crise, o sistema capitalista tenta sobreviver destruindo os direitos conquistados pela luta da classe trabalhadora, dentre os quais se inscrevem os direitos específicos das mulheres trabalhadoras. Contra essa ofensiva, é a nossa unidade como classe, homens e mulheres, que pode organizar a resistência e a contraofensiva rumo a uma sociedade sem explorados e exploradores, livre de toda a forma de opressão.
2. A proposta de “paridade de gênero” na composição de cargos de direção da CUT (ou de uma entidade sindical qualquer) é uma falsa resposta a uma questão fundamental: a da luta pelos direitos da mulher trabalhadora.

Falsa, pois confunde “ocupação de espaços de poder” na cúpula de uma organização como se fosse um avanço na luta pelos direitos da mulher trabalhadora, a qual só pode se dar a partir da mobilização, desde a base, de mulheres e homens trabalhadores, pois diz respeito ao interesse de defesa de toda a classe contra os que querem dividi-la para melhor explorá-la.

A organização sindical surgiu para unir toda a classe trabalhadora – independente de sexo, religião, raça ou diferenças ideológicas – para enfrentar a exploração capitalista. Fragmentar a representação sindical, ou a direção de uma organização sindical, em segmentos de sexo, raça, religião, é contrariar o seu próprio fundamento.

3. O movimento operário, desde a constituição dos primeiros sindicatos e partidos operários, sempre defendeu a emancipação da mulher como parte inseparável da emancipação do conjunto da classe trabalhadora, portanto da humanidade, de toda a forma de exploração e opressão.

Assim, em 1871, a Comuna de Paris, primeira experiência de um órgão de poder da classe trabalhadora, estabeleceu a igualdade de salários entre homens e mulheres. Quando veio a violenta repressão que esmagou a Comuna, as senhoritas e senhoras da classe dominante passeavam pelas ruas de Paris furando os olhos de mortos e agonizantes com a ponta de suas sombrinhas, como relataram crônicas da época. Elas estavam do





lado oposto das heroicas trabalhadoras que se colocaram na linha de frente das barricadas contra a guerra e a opressão burguesa, das quais é símbolo Louise Michel. .

Numa sociedade dividida em classes sociais com interesses antagônicos (burgueses e proletários, dizia Marx), a primeira coisa a considerar é o chamado corte de classe. Mulheres burguesas e mulheres proletárias não são as mesmas “mulheres”: umas pertencem à classe exploradora e outras a um dos setores mais oprimidos da classe explorada.

4. A história da Jornada Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, que está na origem das comemorações do Dia 8 de Março, mostra como a bandeira dos direitos da mulher explorada e oprimida é inseparável da luta do movimento operário. Foi a 2ª Conferência das mulheres socialistas de 1911, que decidiu criar essa Jornada, realizada pela primeira vez em 19 de março (em homenagem aos 40 anos da Comuna de Paris) e depois estabelecida em 8 de março, sempre tendo como símbolo a bandeira vermelha da luta pelo socialismo. Em 1917, foi uma passeata de mulheres trabalhadoras em 8 de março (fevereiro no calendário russo da época) por pão e paz que foi o estopim da revolução russa.

Foi o movimento operário que criou o 8 de março, assumindo como uma bandeira de toda a classe a defesa dos direitos das mulheres trabalhadores, a igualdade de salários, por condições de trabalho que protejam a especificidade feminina (como a proibição do trabalho noturno de mulheres na indústria, alcançado com muita luta em países como a França e que hoje foi revogada por pressão...”feminista”).

Só muito tempo depois, em 1975, é que os governos com assento na ONU decidiram transformar o 8 de Março em “Dia da Mulher” e que o lilás substituiu o vermelho das comemorações da Jornada Internacional de Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e tantas outras mulheres socialistas que deixaram sua marca na luta de nossa classe contra o capitalismo.

5. Que identidade de “gênero” acima da política pode existir entre uma sindicalista cutista e mulheres como a secretária do Departamento de Estado dos EUA, Hillary Clinton, a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde ou a chancelar Angela Merkel, da Alemanha?

Hoje, a mesma União Europeia que aplica planos de austeridade que destroem empregos e direitos de mulheres e homens, discute a implementação de cota de gênero nos conselhos das empresas capitalistas porque, segundo Viviane Reding, comissária de Justiça da UE, estudos mostram que “firmas com representação equitativa de mulheres em seus conselhos tiveram lucro operacional 56% maior do que as que tinham apenas homens”. Cota de mulher para aumentar o lucro dos capitalistas, o que isso tem a ver com a luta pela emancipação da mulher?

6. Uma organização sindical representa seus filiados e deve, sem dúvida, dar todo o lugar aos setores mais vulneráveis e explorados de sua base, pois a melhoria de sua situação repercute na melhoria da situação do conjunto da classe. Lugar para as mulheres e para a juventude trabalhadora, sempre foi a preocupação dos revolucionários no movimento político e sindical.

Mas, introduzir nos estatutos de uma organização sindical a obrigatoriedade do mesmo número de mulheres e homens nos postos de direção nada tem a ver com essa luta. A paridade só garante o “lugar”, ou cargo, a uma minúscula camada de dirigentes mulhe-





res, sem resolver qualquer problema real da luta das mulheres trabalhadoras pelos seus direitos sociais, trabalhistas e políticos.

Lotear a organização sindical por critérios de sexo, ao contrário de fortalecer a unidade de trabalhadores e trabalhadoras num terreno de classe, fragmenta sua organização numa “federação” de interesses, numa falsa oposição entre homens e mulheres da classe trabalhadora.

7. O 11º CONJUT reafirma o compromisso da central com a luta contra a opressão da mulher trabalhadora, e suas reivindicações, das mais elementares – como trabalho igual salário igual; direito à creche em locais de trabalho – às mais gerais e democráticas, como o direito ao aborto.

A CUT compreende que nessa luta é necessário forjar a unidade de toda a classe, com uma orientação política que dá todo o lugar às bandeiras que dizem respeito às mulheres trabalhadoras. O que forja a unidade é a orientação política e sindical, onde a questão da mulher trabalhadora deve ter um lugar central, e não a imposição de cotas de gênero, idade ou raça.

Por essas razões deve ser rejeitada a obrigatoriedade de paridade nos Estatutos da CUT, dando, ao mesmo tempo, a maior importância e prioridade às reivindicações das mulheres trabalhadoras e promovendo a sua participação crescente na vida sindical, o que não depende de qualquer regra burocrática, senão da vontade e da orientação política da central.

Jacqueline Albuquerque, Direção Nacional da CUT

2) Convenção CUTista

Proposta da ArtSind – Articulação Sindical

Convenção CUTista

É preciso construir estratégias de disputa sindical. Como entendemos que há, cada vez mais, uma recomposição do quadro sindical brasileiro após o reconhecimento das centrais; também entendemos que haverá acirramento das disputas eleitorais nos sindicatos, principalmente entre as centrais sindicais. Isso não significa a extinção das disputas com outras correntes cutistas; apenas que é necessário solucionar os conflitos e nos apresentarmos com unidade na disputa prá fora. Pois, se lutamos por um sistema democrático de Relações de Trabalho onde a organização por local de trabalho é a força motriz do processo de organização e mobilização da base é imperativo que também as disputas sejam democratizadas.

São os próprios trabalhadores/as, na base, que devem definir a composição da direção que os irá representar, de forma objetiva e transparente. As disputas internas não são saídas “demoníacas” para impasses ou divergência de opiniões; porém, em nenhuma hipótese podem extrapolar a esfera cutista. É a unidade na ação que deve prevalecer no processo de composição de chapa para eleições sindicais nos sindicatos cutistas.





Por isso, em qualquer processo eleitoral nas entidades cutistas onde houver situação de conflito que coloque em risco a hegemonia cutista, **a regra é a da unidade**. A construção da unidade deve ser baseada no diálogo entre as partes diretamente envolvidas no conflito, com a participação do Ramo e da Estadual da CUT. Despender todos os esforços para a solução dos conflitos, construindo a unidade é tarefa revolucionária do militante cutista. Esgotadas todas as possibilidades, as partes poderão adotar um mecanismo para garantir a unidade cutista e ao mesmo tempo respeitar a pluralidade e diversidade existente na Central, que é o que nos permite ser uma entidade de massas.

Esse mecanismo é a Convenção Cutista, afirmada em nossa 13ª Plenária Nacional. Se a entidade busca, cotidianamente, ampliar a participação e a organização da base, não haverá dificuldade de que esses trabalhadores/as participem do processo de construção de chapas, por meio dos debates que devem ser realizados em todos os locais de trabalho e da convenção cutista.

É a Convenção o foro privilegiado para conclusão do processo de conformação da chapa cutista. Deverá obedecer aos seguintes critérios:

1. A comissão eleitoral organizadora da Convenção Cutista será composta paritariamente pelas chapas concorrentes e por representantes da Direção Executiva da CUT Estadual e do respectivo ramo de atividade, garantindo igualdade de condições entre os concorrentes, prezando sempre pelo respeito à democracia e garantindo a lisura do processo;
2. Poderão participar da Convenção apenas as correntes políticas cutistas, sendo vedada a participação de correntes políticas “não cutistas”.
3. Duas ou mais correntes cutistas podem se aliar e montar uma chapa para disputa na Convenção;
4. Os concorrentes não poderão adotar mecanismos que impossibilitem ou dificultem o pleno exercício democrático e o andamento da Convenção sob pena de ter sua candidatura caçada pela comissão eleitoral;
5. A votação poderá ser por meio de coleta de votos em urnas ou em plenária realizada especificamente para esse fim.
6. Após a apuração de todos os votos, em urnas ou em plenário, a comissão eleitoral proclamará o resultado indicando o percentual que cada chapa obteve.
7. A partir do resultado obtido as correntes deverão, obrigatoriamente, compor uma chapa única cutista respeitando o tamanho que cada corrente demonstrou no processo de convenção;
8. A distribuição dos cargos na chapa cutista que disputará as eleições sindicais deverá respeitar o critério da proporcionalidade adotado pela CUT.
9. O processo deve ser referendado pela estadual da CUT e pelo Ramo, reconhecendo a chapa como a única chapa CUTISTA na referida disputa eleitoral.





Proposta da CSD – CUT Socialista e Democrática

Proposta de resolução sobre Convenção CUTista precedida de prévias na base

Buscamos o fortalecimento da CUT enquanto entidade, sempre visando a unidade da classe trabalhadora frente aos capitalistas possuidores dos meios de produção. Porém, precisamos garantir que as nossas disputas internas não extrapolem a esfera cutista, pois assim deixam de ser “internas” e possibilitam que forças estranhas à CUT aproveitem esta oportunidade para se aproximar de uma ou de outra corrente, penetrar em nossas entidades e enfraquecer a Central na base das categorias de representação.

Devemos desenvolver um mecanismo para garantir a unidade cutista e ao mesmo tempo respeitar a pluralidade e diversidade existente na Central, que é o que nos permite ser uma entidade de massas. Esse mecanismo é a Convenção Cutista precedida de prévias na base, quando não for possível construir acordo entre mais de uma corrente interna à CUT para formação de uma chapa comum. O objetivo é garantir a unidade cutista respeitando a pluralidade existente na Central. A Convenção necessita de um processo preliminar de consulta. A realização de uma “reunião de pessoas” seja ela na forma de congresso, plenária ou convenção tem se mostrado um meio eficiente para debater questões relacionadas às entidades de grau superior tais como as federações, confederações e a própria Central. Mas não é o mecanismo mais adequado para uma consulta à base de representação de uma entidade sindical de primeiro grau, pois o trabalhador de base que não seja militante e nem possua relações diretas com nenhuma corrente política dificilmente irá participar desta convenção, o trabalhador poderá ter ainda dificuldades de participar se estiver laborando neste dia, nas categorias onde existam turnos ininterruptos de revezamento, por exemplo, turmas inteiras ficarão impossibilitadas de participar por estarem laborando no dia da convenção, etc.

A Prévia Cutista será o mecanismo adotado sempre que não houver acordo entre as correntes políticas internas, vedada a participação de forças políticas não cutistas. Vinculará todas as correntes políticas cutistas na construção de uma chapa unitária composta a partir do resultado proporcional apurado nas prévias. Assim, a Convenção será o momento de composição e lançamento da chapa CUTista, considerando o resultado da Prévia.





CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Contribuição da CSD – CUT Socialista e Democrática corrente interna à CUT

Em meio à crise mundial do neoliberalismo, um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil

Vivemos um momento internacional de crise do neoliberalismo. Ela significa o fim de uma hegemonia longa de cerca de 30 anos. Sua origem é eminentemente financeira e concentrou-se fortemente nos países centrais. Em seguida, a crise financeira ampliou-se à dívida pública (socialização pública dos prejuízos privados) e à produção (redução e contração da atividade produtiva, da renda e do emprego). São dimensões que atingem fortemente a Europa. E não está apresentada alguma perspectiva de curto prazo para sua reversão.

A democracia burguesa – principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçada pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório dos seus povos são descartados diante da imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do euro.

Para o movimento sindical – bem como para todo o bloco histórico que compomos –, é importante destacar que o fim de uma longa hegemonia não é imediatamente substituída por outra. Entre o fim de um longo ciclo do capitalismo e o início de outro, há uma transição crítica. No século XX, duas viradas históricas foram marcadas por embates na luta de classes, tanto em escala internacional quanto no interior dos países: em 30 e no final dos anos 70. No Brasil, essas duas viradas tiveram enorme importância e, combinadas com a dinâmica interna da luta de classes, permitiram momentos excepcionais de mudança de curso no país. Em 30, assentam-se as bases iniciais do nacional-desenvolvimentismo; nos anos 80, desenvolve-se a maior construção política da classe trabalhadora já vista em nosso país, com o PT e a CUT sendo erguidos em meio à crise nacional.

Perceber, agora, que estamos no fim de uma onda longa e que existe um momento de disputa de um novo período é fundamental para agirmos nesse momento crucial de definição de oportunidades históricas. Existe um sentido centrífugo da crise: há tensões de deslocamento do centro do sistema, maior espaço para caminhos singulares e próprios abertos pela crise, criação de zonas com um grau maior de autonomia. A crise não implicou, no entanto, em deslocamentos fundamentais entre as classes nos países até agora chamados de “centrais”, mas elas se dão pelo menos em alguns espaços geopolíticos, como a América Latina.

Esse entendimento do caráter da crise é diferente de generalizações como a ideia de que ocorre uma crise do capitalismo. Generalizar a crise dessa forma permite todo tipo de conclusão. Alguns interpretam de forma defensiva - até igualam a situação dos trabalhadores gregos à dos brasileiros - e outros ficam esperando a catástrofe final do sistema.

O momento histórico é de avaliar o papel dos governos progressistas da América Latina. Devemos avaliar o alcance e os limites das políticas redistributivas em curso. Em diversas situ-





ações, estão ancoradas nos ganhos de produção primária. Parte dela está voltada para garantir um padrão de consumo de determinados produtos, hoje massificados, que colocam vários países na dependência de um alto nível de exportação.

No caso brasileiro, necessitamos retomar, em novos patamares, uma política industrial que não seja concentrada no incentivo e financiamento do investimento privado. É possível estabelecer uma atuação do Estado no setor produtivo, por exemplo, investindo na superação da histórica defasagem tecnológica. A construção de empresas públicas precisa fazer parte de um projeto de desenvolvimento no qual o setor público é soberano diante da iniciativa privada e não o seu contrário.

A eleição do terceiro mandato do bloco histórico comandado pelo PT corresponde a um novo período político marcado por dupla possibilidade: a plena superação do neoliberalismo e a construção de nova hegemonia no Brasil sob a direção dos socialistas democráticos. A nova hegemonia resultará da construção e realização do programa da revolução democrática. Chamamos de revolução democrática o conjunto do processo que considera o acúmulo das vitórias, o sentido democrático e a natureza desse bloco histórico, tendo a classe trabalhadora como eixo – e seu objetivo de constituir uma dinâmica favorável à transição socialista.

Para tal, é tarefa histórica nossa – a partir das possibilidades abertas no novo período – a construção de um Estado de solidariedade social, com igualdade de acesso aos bens culturais e sociais, com igualdade de gênero, multiétnico, com solidariedade de gerações, com reformas progressivas face à extremamente desigual distribuição de renda e da propriedade.

A CUT na construção do bloco histórico da revolução democrática

A CUT faz parte do bloco histórico da revolução democrática, ao influenciar a disputa por um novo Estado no Brasil, sua democratização, sua visão de desenvolvimento e ao legitimar-se como liderança social de um novo protagonismo popular.

Temos um alvo fundamental a atingir: superar a natureza liberal do Estado brasileiro, que mantém a correlação de forças fortemente favorável à classe dominante. A natureza liberal do Estado brasileiro é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

A governabilidade conservadora deve ser substituída pela democracia participativa, através de ampla reforma política, que favoreça a participação popular como forma de governo.

A natureza liberal do Estado brasileiro fica evidenciada no peso e influência que tem o capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. A redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano (isto é, não subordinado aos bancos privados) e voltado para a defesa da moeda, contra a especulação cambial e a agiotagem (juros), mas, também, para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais. Esse processo é fortalecido no nosso terceiro governo e é um dos seus mais importantes avanços.





Permanece, ainda, a reprodução de lógicas privatistas da gestão pública, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), as concessões de aeroportos, as terceirizações e mesmo a privatização da gestão da saúde em governos estaduais e municipais, com as OSCIPS e OS.

O sindicalismo combativo CUTista pode contribuir com o desenvolvimento da revolução democrática, à medida que tem o potencial de: a) unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade; b) pressionar o Estado a assumir a democracia participativa como forma de gestão da política econômica; c) propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado; d) dirigir as lutas pela estruturação das condições de uma opinião pública democrática; e) fortalecer o caráter internacionalista da revolução democrática. A Plataforma da CUT pode ser atualizada nessa direção.

Queremos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova os direitos à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização e do autoritarismo do capital.

A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam construção de um Estado de Solidariedade, Feminista e Multiétnico, orientado pelos valores do socialismo democrático.

Unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade

Desde a sua fundação, a CUT traz para o centro do seu programa a compreensão de que a luta econômica não encerra a luta política. Os ganhos salariais, nesse sentido, não concluem a luta sindical. De outra forma, tais ganhos contribuem para legitimar o questionamento ao imperialismo, à hegemonia capitalista e às diversas formas de opressão.

É essa concepção sindical que permite relacionar a luta econômica com a busca de igualdade social e política. O feminismo, a igualdade étnica e a livre orientação sexual não são apêndices do programa, mas partes constitutivas dele, sem os quais as transformações perdem sua dimensão democrática, porque não é igualitária. Apenas para uma organização radicalmente democrática é possível instituir a igualdade de participação entre homens e mulheres em suas instâncias de direção, com o instituto da paridade entre sexos.

A participação popular na definição da economia política

É absolutamente estratégico para a soberania popular que a democracia participativa seja a forma de gestão democrática da política econômica. O planejamento democrático, o setor público hegemonicamente fortalecimento e a soberania popular são partes centrais do que chamamos de política econômica da democracia participativa.

Na economia, as diretrizes da revolução democrática devem trabalhar com as noções centrais de planejamento democrático e economia pública. Com o planejamento democrático, procuramos vincular as metas econômicas às escolhas democráticas do povo, seja na garantia de sua soberania econômica, nas prioridades definidas do desenvolvimento, na forma como o investimento e o avanço científico-tecnológico é produzido e apropriado, através da afirmação do princípio da valorização do trabalho que organiza a vida da maioria ou através da garantia da distribuição mais equitativa possível dos bens e serviços produzidos.





Por uma nova relação entre a classe trabalhadora e o estado

Há um padrão de relação entre capitalistas e classe trabalhadora, ainda vigente no país, que é mais uma evidência da natureza liberal do Estado brasileiro.

A sobrevida das dimensões corporativas, herdadas da Era Vargas, foi instrumentalizada à serviço de maior acumulação capitalista nos anos da ditadura militar e levada a um grau de barbarismo nos anos de chumbo do neoliberalismo.

É imperativo que dimensionemos nossas potencialidades para propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado, ou seja, com as suas instituições públicas garantidoras de direitos sociais e promotoras de políticas públicas. Esta nova relação busca superar as dimensões corporativas e mercantis que ainda estruturam, em grande medida, os direitos e as instituições das políticas sociais no Brasil.

Apesar da geração de empregos e das nossas conquistas em relação à valorização salarial (Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, Piso Nacional do Magistério, conquistas históricas nas negociações coletivas), permanece o quadro de ocupações com baixos salários, alto índice de rotatividade, precarização, terceirização, impactos negativos sobre a saúde do trabalhador, forte discriminação por sexo, etnia e idade e mecanismos de redução de direitos como o Fator Previdenciário e a não regulamentação da Convenção 151 da OIT (que estabelece o direito de negociação coletiva aos trabalhadores públicos).

Nossas bandeiras, reunidas na Plataforma da CUT, precisam tornar-se campanhas nacionais. Já provamos a possibilidade de, através de uma grande campanha nacional, conquistar direitos que impactam concretamente a vida da maioria da classe trabalhadora. Foi o caso da luta pela valorização do salário mínimo. A Direção Nacional da CUT tem o potencial de abrir um novo ciclo de campanhas nacionais, que enraízem-se em cada sindicato filiado, que alimentem expectativas da classe trabalhadora para as transformações em suas vidas. Como afirmou o presidente uruguaio, Pepe Mujica, “mudanças que o povo possa pegar com as mãos”.

Recentemente, os assentados da reforma agrária começam a potencializar novas relações sociais de produção. Um programa de reforma agrária deve combinar-se com um projeto amplo e histórico de construção da agricultura familiar e da soberania alimentar do povo brasileiro, incorporando os valores formados nas tradições dos movimentos camponeses, incorporando elementos do feminismo e integrando metas de financiamento, investimento científico-tecnológico, produção agrária e industrial e redes de distribuição. As mulheres têm uma forte participação na produção rural. Nosso programa deve incorporar na sua centralidade a visibilidade e valorização do trabalho doméstico e do cuidado realizado pelas mulheres rurais, que se traduz na sustentabilidade. As mulheres devem ser consideradas como sujeitas ativas e capazes da economia rural, efetivando a sua autonomia econômica. A juventude rural, por sua vez, demanda políticas públicas que garantam sua permanência no campo, em condições de estudar, qualificar-se para a produção agrícola e ter igualdade de tratamento no acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica.

A CUT reúne a maior parcela da militância sindical que luta por reforma agrária e que tem contribuído com os avanços recentes na construção do novo modelo de desenvolvimento rural no país. Dirigindo o campo CUTista do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, fortaleceremos as luta por mudança dos índices de produtividade e o combate à violência no campo. O poder de desapropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo – se





aprovada a PEC do Trabalho Escravo – provocará uma mudança qualitativa na relação do Estado com a propriedade. Podemos imprimir grandes vitórias sobre o bloco liberal-conservador em sua versão ruralista. Para tanto, a CUT tem a urgente tarefa de unificar sua base agrária em torno de campanhas com este fim.

Devemos realizar, em todos os estados, encontros da militância cutista das áreas rurais e dos Territórios da Cidadania. A partir de tais encontros, as direções das estaduais da CUT poderão articular suas ações com o desenvolvimento do programa Brasil Sem Miséria. Tal programa tem três eixos fundamentais: transferência de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva. É uma grande oportunidade de ampliarmos o potencial da CUT de representar e organizar a maioria da classe trabalhadora do país. A nova classe trabalhadora, em ascensão, tem emergido de iniciativas como essas, de participação nos Territórios e a partir de programas de combate à pobreza e inclusão produtiva.

Para o objetivo histórico da CUT, que é representar e organizar a maioria da classe trabalhadora brasileira, precisamos atualizar a estratégia de organização da juventude. Desafiaremos os sindicatos CUTistas a desenvolver formas de organização sindical que agreguem jovens trabalhadores/as que não estão em suas bases sindicais. Jovens trabalhadores que estão na informalidade, em busca de emprego e em formação profissional estão excluídos das organizações representativas da classe trabalhadora.

Por condições estruturais para uma opinião pública democrática

A construção de um programa da revolução democrática deve necessariamente caminhar para a formação de uma comunicação pública.

A CUT trouxe para o primeiro plano da luta sindical a defesa de uma comunicação pública e democrática. Nossa Central tem o potencial de dirigir a mais ampla luta pela formação das condições estruturais de uma opinião pública democrática no Brasil.

Fortalecer o caráter internacionalista da revolução democrática.

Temos consciência que há forte relação entre o processo em curso no Brasil e a atual crise liberal de direção e de dominação do sistema mundial. O sindicalismo combativo CUTista tem se comportado, nesse novo período político, como articulador e divulgador da experiência brasileira junto ao movimento sindical internacional, particularmente nas Américas.

Com efeito, tem contribuído para fortalecer e atualizar uma visão internacionalista das lutas da classe trabalhadora. O aspecto mais fundamental é a pressão pública para que os governos progressistas que ascenderam em países latino-americanos assumam plataformas sociolaborais que visem a superação completa do neoliberalismo. Aspectos como a regulação pública do trabalho, a liberdade sindical plena e a desmercantilização dos direitos sociais e das políticas públicas estruturam tais plataformas.





Por meio da CSA, a atuação CUTista tem incidido para que a integração latinoamericana não se limite aos aspectos estruturais e econômicos. Nossa atuação sindical internacionalista busca promover uma real integração dos povos, com redução das assimetrias, não só de infra-estrutura, mas de condições de trabalho e de vida, convertendo-se, assim, num real processo de desenvolvimento regional.

O bloco na rua

O bloco social e político do qual a CUT faz parte se contrapõe antagonicamente ao bloco liberal-conservador, consecutivamente derrotado em nosso país e em grande parte dos países latino-americanos.

As alianças construídas pela CUT não devem ocorrer de forma fragmentada, mas coerente com a nossa estratégia diante do novo período. Precisamos sempre estabelecer pontos de contato entre iniciativas com algum movimento social, em particular, com as coalizões construídas em conjunto com diversos movimentos. A Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS – é estratégica para a conformação dessa coalizão de movimentos que impulsionam a revolução democrática brasileira.

O sentido das alianças é fazer avançar as tarefas no rumo das mudanças. Para tanto, é imperativo que a CUT redimensione a aposta na CMS. Significa maior centralidade da direção da CUT, engajamento de maior número de dirigentes nacionais, organização da pauta política em nossas instâncias e responsabilização de dirigentes em todas as estaduais da Central. O objetivo central deve ser o aumento do protagonismo da CUT na construção da CMS, tanto nacional, quanto estadualmente.

Não cabe na estratégia da CUT a construção de alianças, mesmo que pontuais, com setores orgânicos do bloco liberal-conservador. Nenhuma das tarefas estratégicas da CUT necessita de unidade com setores do empresariado nacional. Não é com o empresariado que fortaleceremos o setor público, nem democratizaremos o Estado, muito menos as relações de trabalho. Será a partir do confronto com os seus interesses que conquistaremos a democratização das relações de trabalho e a redução da jornada de trabalho, o fim do Fator Previdenciário, a recuperação do poder de compra das aposentadorias, a ratificação das Convenções 158, 156 e 189 da OIT, a atualização dos índices de produtividade, dentre outras bandeiras históricas da classe trabalhadora brasileira.

Nossas alianças sociais e políticas se orientam por essa direção. Com liberdade e autonomia, celebraremos a vitalidade de 30 gloriosos anos bem vividos, no combate. E cantaremos a alegria de sermos eternos aprendizes da construção conjunta, democrática e solidária, do mundo no qual desejamos viver.

Rosane da Silva, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT
Rosana Sousa de Deus, Secretária Nacional da Juventude da CUT
Dary Beck Filho, Executiva Nacional da CUT





Contribuição do Setorial Sindical da Articulação de Esquerda

CUT: Radicalizar na Luta e na democracia interna, consolidando a maior central sindical do Brasil

Conjuntura

A crise deflagrada nos Estados Unidos em 2007 é parte de uma crise sistêmica do capitalismo, a mais profunda e duradoura crise desde 1929, de graves consequências, seja para bem ou para o mal. Para o bem, por despertar para a necessidade de combater o capitalismo e lutar pelo socialismo. Para o mal é o aprofundamento da barbárie, da miséria, das guerras, e mesmo uma sobrevida do capitalismo.

Trata-se de uma crise do capitalismo e de seu modelo neoliberal, acentuada pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos e pela tendência ao deslocamento do centro geopolítico mundial em direção ao Oriente e ao Sul do mundo.

Frente a esta situação, os governos dos Estados Unidos, da Europa e do Japão insistem em soluções neoliberais e acentuam seu comportamento imperialista e militarista, especialmente sobre as regiões produtoras de matérias-primas.

A política monetária expansionista dos Estados Unidos e o ajuste fiscal ortodoxo na Europa buscam, através de caminhos distintos, o mesmo objetivo: proteger o grande capital, fazendo as camadas populares e as periferias do mundo pagarem o custo da crise.

Na Europa, está em curso a destruição do que sobrou do Welfare State. Ao mesmo tempo, crescem as ameaças contra as liberdades democráticas e a soberania dos países mais fracos. Hungria e Grécia são dois exemplos disto.

Parte importante da esquerda social-democrata europeia é cúmplice ativa das políticas de “austeridade” e de “imperialismo humanitário” (pretexto utilizado nos casos da Líbia, Síria e Irã).

É preciso perceber que esta cumplicidade contribui para e também se alimenta de uma variável mais profunda, a saber: a reação conservadora de amplos setores da população europeia, vinculada ao deslocamento do centro geopolítico mundial em favor das periferias.

Nos países centrais, também há outra esquerda que, embora minoritária, busca ser consequente na defesa da democracia, do bem-estar social e do socialismo; investe na retomada da mobilização social; e conduz uma crítica ideológica ao neoliberalismo e ao capitalismo.

Mas esta esquerda é minoritária e na maioria dos casos ainda não conseguiu construir uma estratégia que lhe permita ser futuramente hegemônica.

A crise está afetando, em maior ou menor medida, todos os países, inclusive os chamados BRICS. A depender do impacto que tenha sobre a China, que possui vínculos profundos com os Estados Unidos e que responde por parte importante do dinamismo da economia mundial, a crise pode atingir um patamar ainda mais grave.





Além dos efeitos econômico-sociais, a crise é uma das causas da crescente instabilidade política e conflitos militares. A guerra em larga escala passou a ser uma variável considerada em todas as análises, mesmo por aqueles que ironizavam como “superados” os vínculos entre imperialismo e conflitos militares.

O cenário latino-americano e caribenho (ALC) é *relativamente distinto* do cenário internacional, pois, está em curso, com maiores e menores dificuldades, em importantes países, modelos distintos de desenvolvimento econômico e social.

Brasil

No caso do Brasil, a política adotada no segundo mandato de Lula permitiu resistir aos efeitos da crise internacional iniciada em 2007. A resistência à crise continua durante o governo Dilma, mas sob dificuldades crescentes, o que se traduz numa redução da velocidade das mudanças: a economia cresce, mas cresce menos; o emprego cresce, mas cresce menos; a desigualdade cai, mas cai menos.

Em parte isto ocorreu devido a algumas decisões “ortodoxas” adotadas no início do governo Dilma, especialmente pelo Banco Central. Mas a causa de fundo já foi apontada por nós, ainda durante a campanha de 2010: para dar continuidade e aprofundar as mudanças, é preciso mais recursos orçamentários e mais força política. Esta depende de reforma política e democratização da comunicação. Aqueles dependem de reforma tributária e redução na taxa de juros.

A classe trabalhadora brasileira não pode pagar pela crise, neste sentido, o balanço do primeiro ano de mandato da presidenta Dilma e dos primeiros meses do segundo ano é crítico. Desde uma postura intransigente com o funcionalismo público federal, do contingenciamento do orçamento para as áreas das políticas sociais, passando por uma posição retrancada na defesa da reforma do código florestal, culminando com o grave erro da concessão/privatização de três importantes aeroportos. Na economia, as taxa de juros caem, mas muito lentamente, o que beneficia os especuladores.

A pauta dos trabalhadores no Congresso até agora só foi derrota. No âmbito do governo federal podemos resumir em uma vitória: o Compromisso Nacional para Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, assinado em março pelo governo, empresários da construção civil e trabalhadores que estabelece condições de trabalho, segurança e representação sindical diretamente no local de trabalho. Apesar de tudo, saudamos as recentes iniciativas do governo Dilma em imprimir uma pauta política e econômica positiva para enfrentar a crise.

Para enfrentar a crise, e para continuar mudando o país, será necessário acelerar e muito a queda dos juros; combinando isto com medidas mais intensas de proteção da economia regional e nacional, entre as quais o controle do câmbio. Além disso, é preciso construir uma estratégia que permita implementar reformas estruturais no país. A Reforma Agrária, a reforma urbana, a reforma fiscal e tributária. O marco regulatório dos meios de comunicação social, a reforma política, a forma do sistema financeiro. O subfinanciamento da educação e da saúde que continua sendo um limitador ao desenvolvimento e a aquisição de cidadania do povo.

Para que isso ocorra, entretanto, é preciso derrotar a resistência dos neoliberais e dos social-liberais, que hegemonizaram parte do governo Lula e seguem presentes no governo Dilma;





além de terem o controle de importantes parcelas do parlamento, do judiciário, de governos estaduais e municipais, dos meios de comunicação e, por suposto, das grandes empresas.

O papel da CUT na luta de classes

Defendemos radicalmente a CUT como principal instrumento da classe trabalhadora brasileira, seu fortalecimento e a retomada de sua combatividade. A CUT nasceu na luta, combatendo a ditadura militar, por necessidade da classe trabalhadora brasileira. Tinha como tripé de sustentação os princípios da Democracia Operária, da Independência de Classe e da Luta estratégica pelo Socialismo.

Avaliaremos criticamente sua condução pelo setor majoritário. Seja pela insistência na falta de democracia interna, que se traduz numa falta de debates público e político nas instâncias, seja pela orientação política ideológica da direção majoritária da CUT que, paulatinamente, vem adotando a concepção clássica da social democracia europeia, que aqui se expressa na defesa do nacional-desenvolvimentismo, e que se traduz no compromisso entre as classes sociais tendo como objetivo o crescimento econômico.

Na Europa, após a II Guerra Mundial, em função do fortalecimento da União Soviética e do campo socialista no leste europeu, do fortalecimento dos diversos setores socialistas, comunistas e social-democratas dos países centrais, mas também devido as possibilidades abertas para a valorização do capital naquele momento histórico, o capitalismo europeu incorporou direitos sociais e melhorias consideráveis em termos de salários, redução de jornada etc. no que ficou conhecido como Estado de Bem Estar Social.

Isto foi compensado com um forte investimento no desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o aumento da produtividade do trabalho nos países centrais, e com um aumento da extração de mais-valia e exploração da força de trabalho, no controle das fontes de matéria prima e do mercado consumidor dos países de periferia.

Sem essa combinação não haveria condições de financiamento do Estado de Bem Estar Social.

É nesse contexto que a social-democracia europeia fez do “crescimento econômico” a condição sine qua non de suas conquistas trabalhistas, sociais e políticas.

Acontece que a dinâmica do capital é contraditória, provocando crises cíclicas e periódicas, cujas conseqüências, na maior parte das vezes, são transferidas da burguesia para os trabalhadores, bem como dos países centrais para os periféricos.

Frente a crise dos anos 1970, a burguesia iniciou um desmonte do Estado de Bem Estar, desmonte que ainda hoje está em curso. E a social-democracia, comprometida com a noção de que o crescimento é a base do bem-estar, se vê sem condições ideológicas e políticas para enfrentar globalmente este desmonte, sendo ora derrotada pela direita, ora fazendo ela própria o serviço sujo da burguesia.

Quanto mais crescimento, maior pode ser a distribuição de renda e de riqueza. Mas o crescimento nos marcos do capitalismo como o brasileiro traz consigo a ampliação da desigualdade, bem como da concentração do poder e da dependência externa.





As lutas da classe trabalhadora nesse marco assumem um duplo caráter: elevar o nível imediato das condições político-econômicas dos/as trabalhadores/as e acumular forças para a superação das relações capitalistas de produção.

Não negamos a necessidade de desenvolvimento nem a necessária distribuição de renda, mas achamos que ter isso como objetivo estratégico é insuficiente e enganador, pois o capitalismo não suporta níveis crescentes de bem-estar social dos trabalhadores.

Por outro lado, quando o desenvolvimento capitalista é acompanhado de reformas democrático-populares (como na Europa do pós-Segunda Guerra, ou em algumas experiências na periferia do capitalismo), o sistema cria dificuldades e limitações crescentes a este processo, até no limite derrotar e reverter as reformas como está acontecendo nos últimos 40 anos com a crescente destruição do estado de bem estar social.

Por isto, é preciso ir além do nacional-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. É preciso implementar uma estratégia de desenvolvimentismo democrático-popular, que articule reformas estruturais com o objetivo de construir outra forma de organização social, a sociedade socialista como transição para uma sociedade que acabe com a exploração da força de trabalho, com a propriedade privada dos meios de produção, com as classes sociais e com o Estado.

Avaliamos que a estratégia formulada pelo setor majoritário da CUT (e também do PT), nos anos 1990, tem forte parentesco com a estratégia adotada pela social-democracia europeia após a Segunda Guerra. Mas há uma diferença importante: a esquerda brasileira vai se tornando mais e mais social-democrata, no exato momento em que as condições de sobrevivência da social-democracia estão sendo destruídas pelo neoliberalismo e pela crise do capitalismo.

Defendemos que a estratégia da CUT articule as lutas cotidianas, com a luta por reformas estruturais e, portanto com a luta pelo socialismo.

As lutas cotidianas por melhorias nas condições de salário e de trabalho impulsionando as conquistas de direitos e criam um ambiente que permite elevar a consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ter um horizonte estratégico que vá além do “pacto pelo crescimento econômico com distribuição de renda”, incorporar as reformas estruturais e o questionamento do capitalismo, permitiria à CUT fortalecer a consciência de classe e uma adequada compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista.

A política industrial de um governo de esquerda pode incluir medidas de proteção e isenções. É fato, também, que a redução da taxa de juros interessa a setores do empresariado. Entretanto, as ações conjuntas da CUT com a FIESP e com a Força Sindical na defesa da “indústria nacional” simplesmente desconsideram as conexões entre o grande empresariado “produtivo” e “especulativo”, assim como acabam, a pretexto de defender a “indústria nacional”, fazendo o jogo de monopólios transnacionais.

Outro aspecto negativo deste período recente foi a baixa combatividade da CUT na luta contra as concessões privatistas dos aeroportos por parte do governo federal, o que colocou a militância sindical numa defensiva, trazendo graves prejuízos para a luta política e ideológica.

Para enfrentar essa nova (velha) crise, o caminho deve ser exatamente o inverso: exigir medidas que aumentem os recursos públicos para investimentos em políticas sociais, infra-estrutura





e geração de empregos; mudança na política econômica, com maior redução nas taxas de juros; e investimento na reforma agrária e na agricultura familiar, para através a ampliação da oferta de alimentos reduzir os riscos de inflação. Como medidas paliativas, que dificultem as demissões, defendemos também o aumento da multa por demissão, de 40% para 100% do saldo do FGTS, além da aprovação da convenções 87 e 158 da OIT.

Portanto, nosso caminho não é o do pacto social, deve ser o da mobilização, não apenas para impedir que os trabalhadores paguem a conta da crise, mas também para exigir do governo medidas contra a crise que permitam ao país continuar crescendo com redução da desigualdade, ampliação dos empregos, da capacidade produtiva e da soberania nacional.

A CUT deve investir nas mobilizações de massa, na solidariedade entre os trabalhadores, na exigência de que o grande capital financeiro e monopolista pague a conta da crise, na defesa de políticas de ampliação do emprego e renda. E combinar isto com uma denúncia da ordem capitalista.

A nova direção precisa radicalizar na luta, a aprofundar a democracia interna

Para enfrentar os desafios apontados, defendemos que a nova direção da maior Central sindical do país aposte na mobilização da classe trabalhadora, na sua história como locomotiva de luta, com ações programáticas, e que tenha como centro as reformas estruturais, o fim das concessões/privatizações, das PPP, das fundações privadas, das OS e OSCIPS, a defesa do reajuste dos salários e aposentadorias. O Brasil cresce, o bolo cresce e deve ser dividido agora. O rendimento do trabalho no Brasil em relação ao PIB é um dos mais baixos do mundo. Só é possível construir de fato a alternativa socialista se houver mobilização, se a juventude e a massa que esta ocupando os novos postos de trabalho sejam ganhos ideologicamente para esta disputa. O capital precisa da força de trabalho para se transformar em lucro e se multiplicar e nós precisamos de organização forte e ideologicamente preparadas para dar o enfrentamento e ganhar a disputa.

Atualmente, as disputas existentes no interior na ARTSIND não expressaram diferenças programáticas que possibilitassem às demais correntes optarem pelas candidaturas apresentadas. O debate político se resumiu a uma discussão corporativa e despolitizada por cargos na futura direção da CUT.

Além disso, existe um verdadeiro bloqueio à democracia interna da CUT. A existência da absurda cláusula de barreira de 20% impede que as forças minoritárias estejam representadas na direção executiva da CUT, salvo através da participação em chapas mais amplas.

Como parte de nossa tática para a disputa da CUT, a AE irá procurar dialogar com as demais correntes que compõem a esquerda cutista, incluindo grupos regionais, independentes, lideranças isoladas, etc., com vistas à preparação de um seminário capaz de aglutinar este campo em torno de um programa e chapa únicos a serem apresentados no próximo CONICUT.

Vamos à luta, viva a CUT, viva a Classe Trabalhadora!

*Expedito Solaney, Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT
Marina da Silva, Direção Nacional da CUT
Rubens Marques, Direção Nacional da CUT*





Contribuição da CUT Independente e de Luta

O que está em jogo no 11º CONCUT?

Mais do que nunca a defesa da independência da CUT

Apresentação

Este texto de Contribuição ao Debate do 11º CONCUT baseia-se nos princípios e compromissos que constituíram a nossa central em 1983: independência diante dos patrões e governos, autonomia diante dos partidos políticos e engajamento na luta de classes na via da emancipação dos trabalhadores de toda a forma de exploração e opressão.

Neste momento (março de 2012) a CNTE acaba de liderar uma greve nacional dos professores exigindo a aplicação integral da Lei do Piso, conquista de anos de luta, pois governadores e prefeitos manobram para não cumpri-la. Ao mesmo tempo a Lei do Piso começa a ser atacada no próprio Congresso Nacional com a tentativa de alterar seu critério de reajuste anual (Custo Aluno-Qualidade do Fundeb) para o INPC (inflação).

Neste momento, diante dos impactos da crise mundial no Brasil, grandes empresários fazem pressão sobre o governo federal pela diminuição de impostos e pela desoneração da contribuição em folha para a Previdência dos trabalhadores. Como se não bastasse encontram eco no governo, as entidades dos patrões (CNI, FIESP, Abimaq) contam também com o apoio de sindicatos e centrais para a sua pauta de “redução do custo Brasil” e aumento de “competitividade”. Que pelegos da Força Sindical e outras centrais façam esse papel, pode-se entender. O que é inaceitável é que sindicatos filiados à CUT endossem essa “parceria” com nossos exploradores e inimigos de classe.

A situação de crise capitalista mundial e os desafios que se colocam para o Brasil e o destino da classe trabalhadora que o constrói atualizam, mais do que nunca, a necessidade de uma CUT independente e de luta.

a) Crise do capital e sindicalismo

A situação mundial é de crise aguda do modo de produção capitalista. É todo um sistema que naufraga e não um “modelo neoliberal” que poderia ser substituído por outro “modelo” capitalista mais “humano”.

Em menos de dois anos, Grécia, Itália, Portugal, Irlanda, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha sofreram 24 “planos de austeridade”, ditados pela “troika” (FMI - União Européia - Banco Central Europeu). Entre cortes nos serviços públicos e aumentos de impostos, foram empurrados cerca de 1 trilhão de euros para o ralo do capital financeiro. O resultado é recessão, desemprego, corte de direitos, mas também resistência dos trabalhadores e povos: greve geral em Portugal em março, manifestações de 1,5 milhão na Espanha em 19 de fevereiro e na Itália, greves gerais sucessivas na Grécia etc.





A recente greve geral de 120 milhões de trabalhadores na Índia, um dos “emergentes” de grande crescimento econômico segundo a mídia (com o povo na miséria), é mais uma prova do caráter global da crise e também da resistência dos trabalhadores e povos.

A existência do G20 em nada altera a situação, pois o poder de decisão continua nas mãos do imperialismo mais poderoso, os EUA, cabendo aos demais países, como os chamados “emergentes” ou BRICS, dentre eles o Brasil, representar papel coadjuvante.

Foi em resposta aos efeitos da crise que, no norte da África, começou um processo revolucionário na Tunísia, ainda inacabado, que influenciou as mobilizações no Egito onde as massas expulsaram Mubarak do poder e hoje voltam a mobilizar-se contra a Junta Militar que o substituiu. Diante dessa situação, que não é “específica” dos países árabes e que, como na Grécia, já bate às portas da Europa, o imperialismo intervém militarmente. A guerra sempre foi para ele uma “saída” para situações de crise do sistema.

Tal como no passado fez no Iraque, transforma ex-aliados, como os ditadores Kadafi (Líbia) e agora Assad (Síria), em “inimigos da humanidade” para justificar intervenções militares que, longe de restabelecer a “democracia”, reforçam sua dominação direta sobre recursos naturais e dilaceram as nações. Ontem foi a Líbia, hoje e amanhã a Síria ou o Irã.

A posição independente das organizações dos trabalhadores só pode ser a **oposição frontal a qualquer intervenção militar imperialista nestes países**, de solidariedade com os trabalhadores, defendendo que as nações definam seus destinos de forma soberana.

Consenso na “governança” ou resistência na luta contra o capital?

Qual o papel de uma organização sindical neste cenário? Servir de muleta para um sistema em crise, aceitando sacrifícios dos trabalhadores para salvá-lo, ou defender todas as posições conquistadas através de muita luta – salários, direitos, empregos, liberdades sindicais e democráticas – da destruição em nome da “união de todos para sair da crise” que apregoam capitalistas e governos?

Não falta vontade de luta e resistência dos trabalhadores e povos, mas existem direções sindicais que aceitam a política do “consenso” com governos e capitalistas que vão despejar os sacrifícios nas costas dos trabalhadores. O que orienta a cúpula da CSI (Confederação Sindical Internacional) é a chamada política da “governança democrática da globalização”, que prega a colaboração dos sindicatos com as instituições multilaterais – ONU, FMI, Banco Mundial, União Européia etc – para “democratizá-las”, na verdade legitimando as suas políticas através da retórica da “participação social nas decisões” (as quais continuam nas mãos de quem sempre decidiu, o poder econômico e político a ele ligado).

Uma política que se desdobra na União Européia onde a Confederação Européia de Sindicatos (CES) convocou manifestações em 29 de fevereiro para criticar “o tratado de austeridade permanente” que os governos adotaram em 1º de março, elogiando ao mesmo tempo que o tratado proponha “crescimento para criar empregos”, como se isso fosse possível com o corte brutal dos orçamentos dos países membros que o mesmo exige!

Na Espanha, as duas principais centrais sindicais (UGT e CCOO), assinaram com o governo “socialista”, que em seguida perdeu as eleições para a direita, um “pacto” de aumento da idade de aposentadoria de 65 para 67 anos! Na Alemanha, a central DGB enviou uma carta ao





parlamento exigindo “medidas duras” contra a Grécia, as mesmas que vão atacar de frente os trabalhadores gregos. Direções sindicais que se negam a separar-se das instituições do capitalismo em crise, como a União Européia, que atrelam o seu destino ao destino dos capitalistas, acabam por contribuir na destruição de sua própria base de existência: os trabalhadores, seus direitos e conquistas.

Uma central como a CUT deve recusar tal política de acompanhamento da aplicação das medidas do FMI, Banco Mundial ou do G 20, que repercutem inclusive na OIT. A 101ª conferência anual da OIT (junho 2012) tem na pauta a adoção do chamado “piso mínimo de proteção social” (uma espécie de “bolsa família” que deveria substituir os regimes existentes de proteção), isso quando já existe a Convenção 102 que trata exatamente do que deve ser o mínimo em matéria de Seguridade Social (Previdência, Assistência e Saúde) e que hoje se quer “flexibilizar”.

Na reunião do G-20 realizada em Cannes ao final de 2011, veio a público um inédito documento comum entre o “G 20 sindical” (articulado pela CSI) e o “G 20 empresarial” que saúda “os esforços de muitos governos” para sair da crise e declara o acordo que existiria entre sindicatos e empresários dos “20 países mais ricos” (que inclui o Brasil), sobre o “piso mínimo de proteção social”!

Em junho teremos aqui no Brasil a Conferência da ONU Rio + 20. Nela as organizações dos trabalhadores são chamadas a participar, ao lado de ONGs que não representam ninguém, de instituições patronais, governos e agências do imperialismo (FMI, BM) que aplicam os planos “austeridade” contra as massas, para buscarem “em comum” medidas “criativas” para conviver com a crise do capital.

Para defender os trabalhadores e as nações contra os efeitos destrutivos da crise e impulsionar uma contraofensiva, **mais do que nunca é necessária a independência de classe das organizações sindicais** diante das armadilhas “participativas” montadas para neutralizá-las e comprometê-las com a salvação do sistema capitalista em crise.

Assim, nos foros internacionais em que participa – como a OIT, CSI e CSA – a CUT deve pautar a sua intervenção pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores – em particular a Seguridade Social e a convenção 102 da OIT, atacadas pela proposta de “Piso mínimo” - ameaçados de destruição. A CUT deve ser contra qualquer “pacto” ou “consenso” com os patrões que vise a redução ou flexibilização de direitos e salários em nome de uma crise pela qual os trabalhadores não são responsáveis. Reafirmamos que “os trabalhadores não devem pagar pela crise” e a defesa da independência e liberdade sindical para enfrentar nossos inimigos de classe e os governos a seu serviço.

A CUT deve pronunciar-se contra a ingerência das potências imperialistas nos assuntos internos dos diferentes países, condenando as intervenções militares feitas pela OTAN ou com cobertura da ONU.

A CUT deve reafirmar a defesa da soberania do povo irmão do Haiti, país ocupado militarmente por tropas da ONU sob comando militar do Brasil, com seus trabalhadores submetidos à superexploração em “zonas francas” controladas por multinacionais. Ao exigir a retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti, a CUT reafirma seus laços de solidariedade e cooperação com as organizações sindicais independentes haitianas e sua luta.





b) Brasil – é preciso cobrar outra política do governo Dilma!

Se é inevitável que a América Latina sofra os efeitos de “contágio” da crise dos sistema capitalista mundial, dado o grau de internacionalização da economia, não é inevitável que um país como o Brasil, seus trabalhadores e a maioria da nação, pague o mesmo preço que nossos irmãos de classe estão pagando, por exemplo, na Europa!

A América Latina até recentemente não sofria o peso brutal da crise (a exceção do México e países da América Central muito dependentes do mercado dos EUA). Em última análise isso se deveu à luta dos povos da região contra a política imperialista dos EUA (por exemplo, a ALCA que foi barrada), a mesma luta que levou ao poder, numa série de países, governos com base popular. Sob pressão dessa luta dos povos, esses governos adotaram políticas de distribuição de renda (salários, terras) alguns chegaram a reestatizar setores da economia. Mas, hoje todos estão submetidos às pressões destrutivas da crise e são pressionados a recuar no que avançaram. Como são governos que tem audiência nas massas, ao invés de ceder aos “investidores” e especuladores internacionais, eles podem avançar numa política de ruptura com o imperialismo e suas instituições (FMI, OMC, Banco Mundial).

Como central sindical independente, a CUT deve ter uma visão lúcida sobre a evolução recente do Brasil e apresentar suas próprias posições e propostas para defender a nação e sua principal força produtiva, a classe trabalhadora, dos efeitos da crise!

Defender os trabalhadores e a nação da crise!

A CUT, desde os dois mandatos de Lula, vem criticando a política macro-econômica baseada nas altas taxas de juros, na ditadura do superávit primário (bilhões para pagar juros da dívida pública, que não são investidos na melhoria das condições de vida de nosso povo) e no favorecimento ao agro-negócio exportador, inimigo mortal da Reforma Agrária!

A eleição de Dilma não mudou esse cenário. Seu governo conta com a presença reforçada do PMDB (vice e ministérios importantes), um tradicional inimigo dos trabalhadores. Não houve avanços nas reformas estruturais que a construção de um Brasil soberano exige (reforma agrária, tributária, até mesmo a tímida reforma política não passou pelo crivo dos “aliados”, o que coloca a discussão sobre uma Assembléia Constituinte Soberana que dê a palavra ao povo).

O ano de 2012 começou com um novo corte no Orçamento Federal de 55 bilhões (em 2011 tinha sido de 50 bilhões), na privatização de três aeroportos (Guarulhos, Viracopos e Brasília) e com a aprovação pela “base aliada” do fundo complementar dos servidores federais que reduz o teto de sua aposentadoria.

Metade dos cortes do Orçamento atingem investimentos do governo. A Educação perde R\$ 1,9 bilhões e a Saúde R\$ 5 bilhões. Outros R\$ 13 bilhões são cortados de ministérios como os da Assistência Social, Integração Nacional, Cidades, Transportes, Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Além disso, R\$ 7,7 bilhões em benefícios previdenciários. Toda a verba do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e do complemento do governo federal ao FGTS foi eliminada.

O governo alega que precisa ter “responsabilidade fiscal”. A quem afinal o governo deve os R\$ 1,8 trilhões (quase 40% do PIB) de dívida pública? Bancos, fundos de investimento e se-





guradoras são donos de 75% dos títulos federais. Estrangeiros detêm outros 11%. O negócio principal deles é viver dos juros do governo. Por isso a CUT deve continuar defendendo o Fim do Superávit Primário.

Ora, a maioria do povo e dos trabalhadores votou na candidata do PT, Dilma, para barrar a volta dos privatistas tucanos e pelas mudanças estruturais necessárias para fazer do Brasil um país que atenda às reivindicações represadas de seu povo. E a CUT, pelo papel que jogou nesse processo, tem toda a autoridade e o dever de cobrar do governo Dilma outra política, diferente da que vem sendo aplicada em nome da “austeridade para enfrentar a crise”.

É preciso outra política, que valorize os salários nos setores públicos e privado, fortalecendo assim o mercado interno. É preciso a Reforma Agrária, acabando com o latifúndio e incentivando o pequeno produtor, é preciso romper com o pagamento de juros aos especuladores e com o incentivo ao agro-negócio.

O Brasil não pode ser um exportador de “commodities” para um mercado mundial em retração, respeitando o “livre jogo do mercado” que escancara as fronteiras para importados de todo o tipo, o que já provoca uma perigosa desindustrialização do país, onde quem perde empregos são os trabalhadores (pois os capitalistas locais, sócios menores de multinacionais, acabam se virando, fechando fábricas aqui e abrindo em outro país com mão de obra mais barata).

A atual política de juros altos, para atrair capital externo que foge do atoleiro europeu ou da recessão nos EUA, combina a especulação com a desnacionalização da economia e, ao contrário de defender o Brasil da crise, aumenta a sua vulnerabilidade. Ao contrário de ficar ao sabor das “oscilações do mercado”, o governo federal deve intervir e garantir a estabilidade no emprego (na Zona Franca de Manaus 5 mil trabalhadores foram demitidos), centralizar o câmbio (estabelecendo diferentes cotações dólar/real para diferentes produtos e serviços), taxar os importados com similar produzido aqui.

A CUT deve exigir do governo o reforço do papel do Estado na economia, retomando o que os tucanos privatizaram. Deve exigir que se garanta o Pré-sal para a nação, com uma Petrobras 100% estatal como propõe a FUP, retomando o monopólio estatal do petróleo e que o governo Dilma volte atrás na privatização dos Aeroportos (anulando as três já realizadas e cancelando as que estão na fila).

Se aplicar essas medidas implica para o governo romper com “aliados” ruralistas ou que defendem interesses contrários aos do povo trabalhador, que se rompa com eles. Os trabalhadores e os setores populares darão base de sustentação a decisões de governo que venham nessa direção!

É esse conjunto de medidas de defesa dos trabalhadores e da nação que a CUT, com toda independência e autonomia, deve exigir do governo federal. Elas são também a base para a unidade de ação com todos os setores explorados e oprimidos, que formam a maioria da nação, com suas organizações (MST, MAB, UNE etc), inclusive as demais centrais sindicais que queiram acompanhar-nos nessa luta.

Nenhuma parceria com nossos exploradores!

Mas não é possível assistir setores importantes de nossa central, como os metalúrgicos do ABC, participarem de uma “união” ou “parceria” com a CNI, FIESP, Abimaq e outras as-





sociedades empresariais, mais os pelegos da Força Sindical, UGT e outras centrais menores, para pressionar por uma pauta que só interessa aos patrões, como a isenção de impostos e a desoneração da folha da contribuição previdenciária, em troca de uma menção genérica a “ampliar o nível de emprego” (que sabemos, pode significar ainda maior rotatividade para os trabalhadores).

Desde o seminário conjunto dos metalúrgicos da Força Sindical e da CUT com a FIESP de meados de 2011, várias atividades foram feitas junto com os empresários. Em nenhum momento os patrões abandonaram sua posição de “reduzir o custo Brasil”, “desonerar a folha de pagamento” e manter os salários “competitivos”. Todo o tempo eles exigem menos impostos, o que significa menor investimento estatal e arrocho salarial para os servidores públicos. As organizações dos trabalhadores não podem prestar-se ao papel de massa de manobra dos empresários.

Esta colaboração com a CNI, que é contra as 40 horas, com a FIESP, com as montadoras (100% multinacionais com matrizes na Europa, EUA e Japão, para onde remetem seus lucros), e a pelegada é um tiro no pé da CUT, em tudo e por tudo contraditório com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Em defesa da Previdência Pública e Solidária

A CUT não pode aceitar a proposta de substituir a contribuição previdenciária dos patrões, feita sobre a folha de pagamento (20%), por um imposto sobre o faturamento das empresas, o que inicialmente o “Plano Brasil Maior” do governo federal tinha criado como “exceção” para alguns setores (têxteis, softwares, couro) e que agora pode virar regra. Há uma fila de grandes empresários no gabinete do ministro Mantega pedindo exoneração na folha da Previdência e negociando níveis menores de imposto do que os 1,5% propostos originalmente pelo governo. E o ministro diz que está disposto a aceitar essa desoneração que é um ataque em regra ao Sistema de Previdência Pública!

Os companheiros e companheiras da CNTSS sabem bem o que isso significa para a Previdência Pública no Brasil. Fazer a Previdência depender do faturamento das empresas, ainda mais numa situação de crise, é destruir os seus fundamentos. Não é por acaso que a evolução da contribuição patronal sobre a folha de pagamento (que para o trabalhador é uma forma de salário indireto que o patrão é obrigado a pagar) sempre supera a evolução do PIB, como os técnicos do Ministério da Previdência demonstram. O governo diz que se o imposto sobre o faturamento não cobrir o que seria arrecadado com a folha, o Tesouro complementa! Pior ainda, pois os recursos da União, que poderiam ser investidos nos Serviços Públicos, por exemplo, vão suprir o que os patrões deixarem de pagar para financiar a Previdência! É o Estado defendendo o lucro privado com dinheiro público!

c) A Estratégia e plataforma de reivindicações que a CUT deve levantar

A atividade da CUT deve estar essencialmente voltada para organizar e centralizar a luta dos trabalhadores brasileiros. Se estamos de acordo em geral com o Eixo 2 de Estratégia da CUT do Texto Base para o 11° CONICUT, isto é, com a afirmação da CUT na luta por Liberdade e Autonomia Sindical com o fim do Imposto Sindical, manifestamos nossa divergência com o que





é apresentado como “prioridade” do Eixo 1, a saber, a “a ampliação da participação da CUT em espaços institucionais”, ou seja, nos numerosos “conselhos” e “conferências” promovidas pelo governo com os “atores da sociedade civil”.

O eixo de intervenção da CUT deve ser a luta de classe, a intervenção decidida em defesa dos interesses dos trabalhadores e da nação brasileira, em tudo opostos aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais.

Por isso pensamos que o debate deve se dar em torno de propostas concretas, dentre as quais destacamos:

Mais e melhores salários e empregos: O que exige uma política de valorização do Salário Mínimo que avance mais rapidamente. O atual mecanismo de cálculo do reajuste do Mínimo, fruto de um combate liderado pela CUT, não pode ser “intocável”. Assim, se o Salário Mínimo de 2012 é de 622 reais, com aumento real, não esqueçamos que em 2011 não houve qualquer aumento, apenas a correção da inflação, pois o PIB de 2009 foi negativo. Fazer o Mínimo oscilar de acordo com PIB+inflação, não garante a sua valorização. Não seria mais apropriado fixar uma meta a ser atingida (o salário mínimo constitucional ou o do Dieese) em “X” anos?

Investimentos públicos na Educação e Saúde Públicas: As verbas públicas devem ser destinadas única e exclusivamente aos serviços públicos, em particular na Educação e Saúde. Hoje uma parte dos recursos públicos é desviada para escolas e hospitais privados, seja no SUS, seja em programas de Ensino Superior ou Técnico.

É preciso exigir o **cumprimento integral da Lei do Piso do Magistério** por governadores e prefeitos, e ao mesmo tempo, exigir do governo federal que condicione o repasse de verbas do FUNDEB ao cumprimento da Lei!

Retomar a pauta dos trabalhadores bloqueada no Congresso Nacional – **redução da jornada para 40 horas** sem redução de salários, respeito ao **direito de greve** e pela aplicação da **Convenção 151 da OIT**, que garante negociações entre sindicatos de servidores e seus empregadores, pela **liberdade e autonomia sindical** (Convenção 87 e fim do imposto sindical), **fim do fator previdenciário**, não à anistia aos desmatadores.

Fim da política de superávit primário, revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (que privilegia o pagamento das dívidas e bloqueia a valorização salarial dos servidores)

Pela Revogação da Lei das Organizações Sociais, que se combina com a luta contra a Terceirização, reivindicando o fim da terceirização nos Serviços Públicos como medida emergencial.

Contra as Privatizações – anular os leilões dos três aeroportos e barrar a continuidade das concessões.

É claro que outras reivindicações encontrarão seu lugar num Plano de Lutas da CUT e o processo de discussão rumo ao nosso 11º CONICUT certamente as apontará. Sim, pois mais do que nunca a classe trabalhadora brasileira precisa de uma CUT Independente e de Luta.

Julio Turra, Executiva Nacional da CUT
Jacqueline Albuquerque, Direção Nacional da CUT
Lourival Lopes, Direção Nacional da CUT
João Batista Gomes, Direção Nacional da CUT





Contribuição da Esquerda Popular Socialista Sindical

A militância que se organiza na Esquerda Popular Socialista Sindical, se apresenta aos delegados e delegadas do 11 ° CONCURT para dialogar sobre os desafios colocados na conjuntura do Brasil e do mundo, sobre a necessidade de conduzir a CUT a cumprir sua vocação nata de combatividade e principalmente, de ser ferramenta da classe trabalhadora na construção do socialismo.

Conjuntura

A classe trabalhadora vivencia as crises sistêmicas do modo de produção capitalista desde a origem do mesmo. A classe dos detentores dos meios de produção sempre se movimenta para que a conta do prejuízo e do “concerto” da engrenagem de acumulação de capital seja paga pelos/as trabalhadores/as. Esse quadro é característico do próprio sistema, esteve presente em 1929, no final do século XX e está presente na conjuntura atual.

Essas fendas históricas devem ser ocupadas pela classe trabalhadora, fazendo ruir a lógica vigente de exploração do ser humano por ele mesmo e construindo as condições para o socialismo. Mas o panorama visualizado não é este.

O capitalismo sai de suas crises atacando cada vez mais os/as trabalhadores/as, é preciso ampliar a mobilização na defesa de um projeto democrático-popular que agregue energias na construção de uma sociedade igualitária e soberana, onde o desenvolvimento almejado seja sustentável social e ecologicamente.

O quadro conjuntural em termos nacionais e internacionais se torna crítico. Mundialmente, temos o aprofundamento da crise do capitalismo, que se expressa – principalmente, mas não exclusivamente – na chamada “crise das dívidas” da Europa, na queda da atividade econômica da China, na dita guerra cambial, nas guerras de ocupação e derrubada de governos, sob pretextos humanitários, mas que na prática significam disputas por petróleo ou controle geopolítico regional (como na ameaça de guerra civil na Síria e na ofensiva contra o Irã).

No plano nacional seguem os esforços de enfrentamento dos efeitos da crise internacional, as ações da direita para sitiar o governo Dilma, a tensão pré-eleitoral que instabiliza sua base de apoio no Congresso, as crescentes demandas dos movimentos sociais, sobretudo do mundo do trabalho, na garantia de seus direitos.

A crise financeira internacional, manifestação contemporânea, mais forte, da crise estrutural do capitalismo, repercute em todos os níveis na vida de trabalhadores e trabalhadoras. No plano político, os banqueiros, credores de dívidas – em grande somas, ilegítimas – praticamente “nomeiam” governantes em vários países. Nem mesmo governantes deveriam se chamar, mas gestores das citadas dívidas. Vários desses novos governantes vieram da relação direta com instituições bancárias, seja na forma de funcionários, consultores ou parceiros em organismos multilaterais. As medidas adotadas para debelar a chamada crise das dívidas são conhecidas: corte nos gastos públicos (principalmente nos sociais), diminuição de direitos trabalhistas e





previdenciários, recessão, desemprego, arrocho salarial, precarização de serviços prestados à população. Isso tudo com seus impactos ambientais e com a queda brutal das condições de sobrevivência da maioria das pessoas.

No Brasil vive-se uma situação atípica frente à mencionada crise internacional. Resultado de políticas adotadas ainda nos dois governos Lula, e que tem continuidade no Governo Dilma, a repercussão da crise aqui, nem de longe reflete o quadro desesperador que ocorre na Grécia e em países como Itália, França, Portugal, Espanha etc. Em nosso país, ainda que a diminuição da atividade econômica já apareça como um dado da crise, o fato é que as políticas distributivas herdadas do governo Lula, as desonerações de impostos para algumas atividades voltadas à produção de bens duráveis e de consumo geral da população (ativando o consumo), as intervenções conservadoras do Banco Central, para controle do câmbio e da inflação e linhas de financiamentos para algumas cadeias produtivas tem surtido efeito.

Entretanto essas medidas , apenas apaziguam os efeitos da crise e o que se faz necessário é que empurremos o Governo Federal para mais próximo das bandeiras históricas que fortalecem as classes trabalhadoras através das reformas estruturais que revertam a concentração das riquezas produzidas.

É fundamental que pautemos a aprovação e consolidação de políticas de estado no que tange a temas como a reforma agrária, urbana, democratização da comunicação, bem como as reformas política e tributária.

Contudo, o que se vislumbra é que nos dois primeiros anos de Governo Dilma caminhamos em passo inverso ao decidido e deliberado pelas urnas. A pauta dos derrotados é que permeia as ações políticas do executivo, tais como a privatização dos aeroportos, a criação da Empresa Brasileira de Hospitais Universitários, o aumento da terceirização e das Organizações Sociais na saúde e o avanço das fundações de direito privados em áreas essenciais da política de estado.

A atuação da Central Única dos Trabalhadores deve estar no rumo da defesa intransigente do papel estado como indutor do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e empoderamento dos/as trabalhadores/as, e, sobretudo como garantidor das políticas sociais universais públicas, gratuitas com qualidade social.

As despesas de cada trabalhador/a com saúde, educação e transporte hoje oneram pesadamente os orçamentos domésticos. Mesmo com os avanços conquistados nessas áreas na última década, o acesso universal a estas políticas públicas está longe de ser alcançado.

Programas como Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família trataram de diminuir o déficit habitacional e a miséria em nosso país, mas não influenciaram diretamente na desconcentração da riqueza produzida. Os programas federais não se configuram como reformas estruturantes capazes de alçar o desenvolvimento do país a um patamar universalizador de direitos fundamentais e de influenciar diretamente no aumento da qualidade de vida, funcionando como paliativos as demandas dos/as trabalhadores/as e historicamente defendidas pelas forças da esquerda.

Defender e cobrar o acesso universal a educação, previdência, saúde, assistência social, habitação, transporte deve estar entre as prioridades da CUT, não se pode admitir qualquer diminuição desses direitos.





Trabalho decente

A idéia de que a classe trabalhadora precisa submeter-se a massacrantes rotinas de trabalho, condições insalubres e inseguras, para poder receber o santo salário no final do mês, manter a família e consumir é uma das heranças negativas da década de 90.

Em nome de uma suposta eficiência na gestão do Estado e de empresas, patrões e governos não se cansam de precarizar as condições de trabalho, explorando os/as trabalhadores/as com a falta de condições de trabalho adequadas, que chegam a ser muitas vezes degradantes, usurpando todo seu tempo e destruindo sua qualidade de vida.

A luta aguerrida pela regulamentação da convenção 151 da OIT é o primeiro passo na busca pelo trabalho decente, por verdadeiras condições de trabalho, mais empregos, pelo fim das desigualdades entre homens e mulheres, mais tempo livre com a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, com direitos sindicais e de organização livre e respeitados.

Combate à terceirização e à precarização do trabalho

É necessário que CUT assuma uma postura mais ousada, que dispute na própria sociedade o significado do impacto destruturador que resulta das terceirizações: criadas como forma de dinamizar a produção de linhas distintas dentro de ramos e cadeias específicas, como ideário na década de 1970, as terceirizações chegam ao século XXI como um mero mecanismo para diminuir custos de produção, pela via do achatamento salarial. Resultado: queda na qualidade dos produtos e serviços do próprio setor privado, ofertados no mercado (exemplo disso são as crescentes reclamações nos procon's, os recalls, a lentidão, interrupções ou apagões em serviços de tele-atendimento etc). Agrava-se o quadro, quando passamos a analisar o impacto negativo das terceirizações no serviço público: além da baixa qualidade do serviço, temos o aumento de acidentes de trabalho, alta rotatividade de mão de obra etc. Ou seja, TERCEIRIZAÇÃO É UM BARATO QUE SAI CARO!

Liberdade e Autonomia Sindical

Na atual conjuntura do país, o governo federal sinaliza e aprova medidas que são verdadeiros ataques aos/as trabalhadores/as, como cortar recursos do orçamento federal já aprovados, suspender concursos públicos, endurecer nas negociações com as diversas categorias de servidores, principalmente nas cláusulas econômicas.

No setor privado, persistem as perseguições e demissões de dirigentes, associadas às posturas antisindicalistas de intimidação da base levando-a a afastar-se da sua entidade, da sindicalização e das lutas.

É fundamental a organização dos trabalhadores para lutar contra qualquer ataque aos direitos já conquistados, mobilizar-se por novas conquistas, fortalecendo seus sindicatos, pelo direito a Organização por Local de Trabalho, imunidade sindical, pela ampliação ao direito e garantia das Convenções Coletivas de Trabalho, por liberdade e autonomia sindical, com a aprovação imediata da convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.





A Esquerda Popular Socialista Sindical defende a manutenção da total autonomia frente aos governos e aos patrões, acredita ser fundamental que os próprios trabalhadores discutam e construam a melhor maneira de organizarem os rumos das mobilizações e as formas de financiar as entidades que os representam.

Para evitar atrelamentos e bloqueios à luta dos/as trabalhadores/as é necessário acabar com o imposto sindical, que foi deliberadamente criado na era Vargas com intuito de calar a voz da classe, taxando os/as trabalhadores/as sem autorização dos/as mesmos/as, repassando dinheiro para as direções dos sindicatos, ferindo a necessária liberdade sindical.

Este imposto serve para pulverizar e enfraquecer a luta dos/as trabalhadores/as, além de deflagrar a criação aleatória de sindicatos e centrais meramente cartoriais, distantes dos embates e desafios colocados pelos governos e patrões. Quem deve decidir sobre como lutar para defender e ampliar direitos são os/as próprios/as trabalhadores/as de forma livre e autônoma, e não através de uma lei criada e aprovada pelos deputados e governo.

Contra todas as formas de opressão

Sempre na luta pelas garantias dos direitos de trabalhadores/as, a CUT deve primar pelo fim do mito da democracia racial, que mascara a discriminação de trabalhadoras negras e trabalhadores negros, os quais mesmo exercendo o mesmo trabalho recebem remunerações menores.

Essa mão de obra, em sua maioria não conseguiu completar os estudos, por ter entrado no mercado de trabalho cedo, pela falta de equidade nas condições sociais, econômicas e culturais. E quando, a parcela desses trabalhadores/as são as mulheres a desigualdade salarial é ainda maior e o assédio moral e sexual é recorrente.

Além disso, ainda no ambiente do trabalho, muitos e muitas trabalhadoras e trabalhadores são obrigados a conviver com a violência verbal, psicológica e física por serem Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Vale destacar, que ao homossexual travesti o mundo do trabalho lhe é restrito, pois em geral não lhe são dadas oportunidades para outras atividades que não a prostituição (que não é regulamentada) ou atividades do ramo da estética.

O combate permanente ao racismo, ao machismo, à homofobia, lesbofobia, transfobia e em defesa dos direitos humanos, dos direitos da juventude, dos idosos e das pessoas com deficiência, é necessário para que trabalhadoras e trabalhadores superem a exploração econômica, mas também a opressão simbólica, tendo a emancipação humana como ponto de chegada daqueles e daquelas que constroem a luta por uma sociedade justa, igualitária e livre de opressões.

Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais

A redução da carga horária da jornada de trabalho é uma reivindicação histórica da classe trabalhadora. No Brasil, a luta em curso é para que as 44 horas de trabalho por semana diminuam para 40 horas.

Mesmo sendo uma bandeira consensual entre as centrais sindicais e vista com muita simpatia pelo conjunto de trabalhadores/as, ainda é motivo de muita resistência do patronato. Vale lembrar que nas primeiras fases da revolução industrial as jornadas de trabalho chegavam a 16 horas corridas e que a continua diminuição dessa carga foi fruto de intensas mobilizações oriundas do chão da fábrica.





A pauta da redução de jornada segue muito atual, pois na presente fase do capitalismo os exércitos de reservas vêm sendo ampliados enquanto trabalhadores/as são pressionados a serem “funcionários multi-tarefas”, vítimas de precarização e, em muitos casos, assédio moral/sobrecarga.

A diminuição desse fardo traz como conseqüência a ampliação dos postos de trabalho e a melhoria na qualidade de vida do/a trabalhador/a, pois dessa forma é possível encontrar tempo para desenvolver atividades lúdicas, culturais e de mais participação crítica e cidadã em nossa sociedade.

Devemos ser mais propositivos e afirmativos: demonstrando que os ganhos de produtividade do capital há décadas, já propiciam as condições para uma redução ainda mais drástica da jornada de trabalho. Sem a demonstração concreta acerca da viabilidade da proposta, inclusive com a manutenção das taxas de lucros das empresas, a campanha pela redução da jornada de trabalho corre o risco de não atrair o apoio, nem mesmo dos potenciais beneficiados no mundo do trabalho.

Paridade entre trabalhadoras e trabalhadores

Para alcançar estas e outras vitórias a CUT não pode perder de vista que tanto nos números da população quanto no mundo do trabalho, as mulheres chegam a ser 50% da totalidade.

Assim, o pleito de fazer refletir essa realidade nos espaços de direção da Central e orientar que seus sindicatos filiados façam o mesmo, esta alicerçado no objetivo de ser coerente com a política de representatividade na base defendida nos espaços CUTistas desde a sua fundação e da formulação do novo sindicalismo no Brasil.

As mulheres vêm, ano após ano, conquistando espaços em postos de trabalho, inclusive nas chefias, de modo a impor derrotas ao machismo. Mas a marcha em curso está muito longe do fim e para impulsioná-la é necessário empoderar as trabalhadoras garantindo a paridade nas instâncias da Central, mas também realizando cursos e atividades capazes de contribuir na construção de quadros femininos para as lutas e para a tomada de decisões.

Educação

Cumprimento do PISO NACIONAL DA EDUCAÇÃO e 10% DO PIB para o ENSINO PÚBLICO. A CUT deve intervir nesse debate e propor mobilizações que envolvam a discussão do Petróleo e de outras commodities minerais, como outras bases para a formação do fundo garantir dos “10% do PIB” para a educação pública.

Fim do Fator Previdenciário

É forçoso reconhecer que a materialização dessa reivindicação encontra muitos obstáculos; no entanto, é decisivo para o movimento sindical assumir essa luta, mais do que como mera





formalidade. Primeiro, porque o Fator Previdenciário frustrou as expectativas de várias gerações que contavam com o direito adquirido; segundo, por que o prolongamento da presença de trabalhadores no mercado de trabalho, apenas para capitalizar o caixa da previdência tem se revelado como algo perverso; terceiro, que a própria mudança da dinâmica da acumulação capitalista, na chamada Divisão Internacional do Trabalho, com duras consequências nos níveis de penosidade, periculosidade e insalubridade, exige uma discussão mais global sobre o direito à aposentadoria.

A PEC do Trabalho Escravo:

“Dormindo” nas gavetas da Câmara dos Deputados, a PEC 438, desde sua proposta original tramita há 15 anos. Aprovada no senado, cabe à Câmara dos Deputados sair da letargia, desde de 2004, e deliberar sobre a mesma, sem relativar o confisco de terra dos “escravagistas”, e sem prejuízo, de outras penalidades. Nossa proposta é focar na Câmara, com o seguinte mote: DEPUTADO NÃO TRABALHA E A “ESCRAVIDÃO” CONTINUA!

Valorização do servidor público:

Perspectivar a carreira é a meta para que tal campanha mobilize os próprios servidores; no entanto, interessa ao conjunto da sociedade, não só a melhoria das condições de trabalho, mas a ampliação do atendimento ao público, inclusive com a realização de novos concursos e aumentos de vagas. Sobretudo nas frentes da educação, da saúde e da assistência. Estabelecer a correlação entre números de servidores e a população do país; defender o fim das discrepâncias entre municipais, estaduais e federais; discutir com a própria sociedade o financiamento do setor público, tendo em vista a prioridade na perspectiva de uma carreira atraente. Tudo isso se contrapõe à lógica das profundas discrepâncias existentes entre os níveis da Federação e entre as carreiras, em si.

Enfrentar a política de corte de investimentos/combate ao reajuste zero

O mundo do trabalho foi surpreendido em 2011 com a apresentação, pelo governo federal, de mais uma etapa de política industrial para o país (Plano Brasil Maior). A CUT reagiu e reivindicou a participação nesses debates, para apresentar os pleitos do mundo do trabalho. Logo veio a direita reclamar que as desonerações fiscais fortaleceriam o protecionismo (revista Veja), num claro discurso de submissão a interesses externos. Empresários beneficiados nem sequer se manifestaram em defesa do plano. E as centrais sindicais, tratadas apenas como objeto da política, e não como sujeitos, não se sentiram motivadas a defendê-la. A questão é exatamente esta: o mundo do trabalho não pode ser apenas “beneficiário” de uma política industrial; temos de ser sujeitos ativos em sua elaboração, retificação e implementação. Uma política industrial não é “dos” e nem “para” empresários, apenas. É da e para a nação! Nesse sentido, queremos ser ouvidos previamente nas iniciativas de construção de políticas de desenvolvimento.





CUT radicalmente democrática

Isto significa aprofundar a democracia no interior da Central, garantindo não somente a ampla manifestação de teses nos fóruns, mas principalmente o direito de disputá-los efetivamente inscrevendo chapas que não tenham sobre si a espada da ditadura da cláusula de barreira. Para tanto, a aplicação da proporcionalidade qualificada é imprescindível.

Outros princípios fundamentais como as convenções CUTistas para formação de chapas e a limitação no número de mandatos consecutivos, são práticas que vem sendo cada vez mais deixadas de lado na Central. Defender a sua retomada é garantir o fortalecimento da história da CUT no presente e preservar a militância como ferramenta das lutas e conquistas, evitando a inversão da lógica instrumentalização.

Shakespeare Martins, Executiva Nacional da CUT

Gilberto Diogenes, Direção Nacional da CUT

Maria de Fátima Veloso Cunha e Vicente Gonçalves, CUT-Goiás

Abdon Guimarães e Ângela Maria de Oliveira, CUT-Minas Gerais

Eliete Viera da Silva e Luiz Antônio R. Freire, CUT-Rio Grande do Norte

Wilma Moura Conceição Pereira e Antônio César, CUT-Bahia

Elida Rachel, CUT-Alagoas

Vicente Eduardo Soares, CUT-Brasília





Contribuição da Esquerda Marxista

A Grécia é o mundo amanhã

Em 2008, os economistas burgueses sofreram um choque. As bolsas de valores caíram repentinamente, companhias que eram o “esteio” da sociedade – como a General Motors – faliram, assim como Bancos imensos. Os governos do mundo, desesperados, despejaram trilhões de dólares nos cofres desses bancos e dessas empresas. O mundo, disseram eles, foi salvo. Lentamente, a verdade começou a surgir: os governos todos fizeram dívidas imensas para “salvar” bancos e empresas. E alguém tinha que pagar as dívidas: o povo em geral, pequenos empresários e principalmente os trabalhadores e agricultores estão pagando com sangue, suor e lágrimas a crise do mundo.

Nos EUA, milhões estão desempregados e multiplicam os acampamentos de trailers, reunindo famílias que antes viviam em casas confortáveis. Milhões foram despejados de suas casas e os bairros vazios prenunciam uma nova onda de romances sobre fantasmas e cidades abandonadas. Na Europa, os sopões se tornaram rotinas, famílias doam filhos para a caridade por não poderem sustentá-los. Sim, alguém está pagando pela crise e somos nós, a classe trabalhadora no mundo inteiro.

Mas dizem que tudo está sendo resolvido, que os EUA estão retomando o crescimento e a Grécia acabou de ter um novo pacote. O problema é que as soluções não tocam na raiz do problema. A verdade é que 2008, ao contrário do que diziam todos os economistas burgueses, iniciou uma crise por causa de um velho problema: o capitalismo produz muito mais do que a economia burguesa capitalista pode consumir. Explicando: o capitalismo produz de forma desordenada, visando o lucro. Quando não tem como vender, temos o crédito (que não para de crescer no Brasil). Até que se atinge um limite e cobra-se o que se deve. Então, tem-se o que vender, mas não há compradores, que não têm dinheiro – nem crédito.

As maiores economias do mundo têm algo em torno de 200% a 400% do seu PIB em crédito (somando o crédito público, a tal da dívida pública, com o crédito privado, crédito de empresas e de consumidores individuais). Devem de duas a quatro vezes o que produzem no ano. Como resolver isso?

No caso da Grécia, é simples: começa-se cobrando o crédito público, implantando uma espécie de LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) por lá, em que diga que primeiro se pagam os bancos depois se cuida dos interesses sociais. Assim, a Grécia é rebaixada de imperialismo de terceira ou quarta linha para um país atrasado, subordinada aos demais países imperialistas, via a Troika (um representante do FMI, do Banco Central Europeu e um da União Européia). Que ironia! No passado, o fiscal do FMI ditava as normas no Brasil, agora a Troika dita as normas na Grécia.

E as normas são duras: dezenas de milhares de servidores demitidos, quebra dos serviços públicos a ponto dos monumentos não terem mais vigias e os tesouros antigos serem saqueados, redução de 10%, 20%, talvez 50% dos valores de aposentadorias e pensões. Consequência: queda do PIB, desemprego em massa. Os trabalhadores pagam a crise.

Ainda bem que é só a Grécia, suspiram aliviados. Mas o suspiro dura pouco e olham com desconfiança para Portugal, Itália, Espanha. Afinal, o problema continua: quem consumirá as





mercadorias que o sistema produz? Sim, porque o sistema não consegue produzir a comida que os famintos da África necessitam, a saúde que os povos do mundo inteiro precisam, a educação que o Brasil, a África, a América Latina, a Ásia precisam. Mas produz carros que não podem ser vendidos, telefones celulares aos bilhões e bilhões a tal ponto que cada pessoa pode hoje possuir dois ou três...

E todos olham encantados a China. Ah, a China! Onde as empresas e bancos despejaram trilhões de dólares para remontar fábricas desmontadas em todo o mundo, com uma “nova-velha” forma: fábricas com refeitórios e dormitórios anexos, onde a pessoa trabalha doze, quatorze, dezesseis horas e se necessário dobra o turno. Relembra um velho clássico da economia: a descrição que o Capital fazia das fábricas inglesas antes dos sindicatos. Milhões de camponeses despejados dos campos, por uma “reforma” que “permitiu” a venda de suas propriedades, que foram vendidas à força... Parece a história da Inglaterra, com a destruição das antigas aldeias feudais e o lançamento de milhões de pessoas no mercado de trabalho “livre”. Assim se fez na China e lá também a classe trabalhadora começou a fazer sua história, com greves, manifestações, revoltas. E agora os olhares se voltam para a Indonésia, para o Vietnã, porque lá os trabalhadores são frescos, novinhos, sem revolta ou organização. Mas nada salva o capitalismo, e quanto mais se produz, menos se consegue vender. E a crise continua... Sim, é verdade, ainda aumenta a produção na China, ainda a China importa muito ferro do Brasil, muita soja. Mas a importação total de ferro diminuiu (diminuiu a importação da Austrália e do Irã). E os trens de ferro super-velozes que não podem andar depressa demais senão quebram, os trens construídos sem passageiros porque a passagem é muito cara, os conjuntos habitacionais de ricos que não encontram compradores, lembram dolorosamente o nosso próprio país.

Entre 1930 e 2012

A crise de 1930 atingiu diferentemente os países. O Brasil sofreu demais na época, e teve que queimar café que tinha demais no mercado. Foi a época da ditadura Vargas, das greves derrotadas, da destruição dos sindicatos livres. A crise desta época só foi debelada com a segunda guerra mundial, com seu cortejo de milhões de mortos, da destruição massiva de fábricas, plantações, da economia inteira que então se ergue sobre os cemitérios.

Hoje, ninguém pode prever os ritmos e prazos da crise atual. A economia é totalmente caótica, obedecendo a uma só lei: a concorrência e a busca do lucro. Assim gira o mundo, assim as “novidades” no mundo do trabalho, as “novas formas”, os “robôs”... Tudo isso tem um objetivo: produzir mais, vender mais, com menores salários e menores direitos. E todas as empresas buscam vender mais barato para poder ocupar seu lugar ao sol e acabar com as concorrentes. Mas para tal precisam diminuir o principal “custo”: os salários, os direitos dos trabalhadores. Assim é na China, nos EUA, na Grécia, no Brasil.

E, tal qual na crise da década de 30, as coisas se passam de forma diferente em diferentes países. Hoje, o Brasil é destinatário dos maiores investimentos que se fazem no mundo. Então, a crise ainda não chegou aqui como chegou em outros países. Aqui, o crédito era pequeno e agora cresce violentamente. Existe um mercado que pode ter crédito e que pode comprar. O desemprego nunca foi tão pequeno neste país. Quanto tempo vai durar isso? Ninguém sabe. O que todos sabem é que um dia o conto de fadas acaba, particularmente quando a China parar de comprar nosso ferro e nossa soja, porque os países já não compram os produtos chineses. Enquanto isso, o tal governo de “coalizão” entre o PT e os partidos burgueses toma medidas para ajudar os capitalistas no atual e no próximo momento.





As medidas do governo atual

Num governo de coalizão com uma presidente que veio de um partido burguês (o PDT) e foi para o PT, o PT ainda detêm alguns ministérios chaves (Economia, Justiça) mas não detêm outros (Comércio e Indústria, Agricultura). A Reforma Agrária é esvaziada. As propostas do governo preparam o futuro, previnem que numa situação semelhante a da Grécia tudo estará montado para atacar os trabalhadores sem grandes mudanças legislativas:

- A reforma tributária começa esvaziando os tributos diretos (imposto de renda, impostos sobre salários) e aumentando os indiretos (impostos sobre circulação, IPI, sobre faturamento). O bolo da cereja é a desoneração da folha e sua substituição pelo imposto sobre faturamento, ou seja, deixam de pagar os empresários (o imposto sobre a folha é um salário indireto) e passam a pagar todos os consumidores (principalmente os trabalhadores).
- O Fundo de pensão dos servidores, que tira do governo a responsabilidade de pagar as aposentadorias dos servidores.
- As desonerações tributárias, que sempre vêm para os empresários e nunca para os trabalhadores. O imposto direto sobre os salários (chamado de Imposto de Renda na Fonte sobre salários ou o imposto que se paga na declaração) nunca é corrigido, mas dezenas de empresas conseguiram isenções tributárias.
- A manutenção e ampliação das privatizações, mantendo as concessões de telefonia, criando novas como a dos aeroportos, o não questionamento das privatizações como o da Vale do Rio Doce, a não revogação das medidas que progressivamente vão privatizando a Petrobras.
- A reforma da CLT anunciada, que flexibiliza os direitos trabalhistas.
- A constituição das polícias nacionais (Força Nacional, reforço da Polícia Federal) e a manutenção da divisão entre polícia civil e polícia militar – que mantém o papel cada vez mais repressivo contra os trabalhadores, como se viu no despejo de Pinheirinhos.

No governo de coalizão, a “base” aliada pesa muito mais que o PT e o PCdoB e o que se vê são os trabalhadores ficando de lado enquanto a burguesia, em todos os seus jornais e revistas, clama por sangue do governo e sorri satisfeita com os seus resultados.

Por uma política dos trabalhadores

A CUT tem inscrito em seus estatutos a luta por uma sociedade socialista. Para tal, é necessário que lutemos por um governo dos trabalhadores, sem patrões. Por isso, a primeira e principal medida que a CUT deve aprovar neste congresso é a exigência de que o PT rompa com a “base aliada”, com o PMDB, PSB, PDT, PP e tantos outros e constitua um governo do PT, baseado nas organizações populares como CUT, UNE, MST para atender as medidas do povo trabalhador.

A CUT necessita rever a sua política de “acordos” com patronais, de mesas tripartites e outras. Como é possível que organizações da CUT como a Confederação dos metalúrgicos





assine com a Força Sindical e a Fiesp um manifesto em defesa da “desoneração tributária” e outras medidas que só beneficiam os patrões em troca de um genérico “estudar medidas para preservar e melhorar empregos”? Preservar e melhorar empregos é a aplicação da convenção contra a demissão imotivada da OIT, é a redução da jornada de trabalho.

Como é possível que a CUT defenda a “contribuição negocial” que são os patrões pagando os sindicatos, afastando-se dos seus princípios de que os filiados é que devem garantir o funcionamento do sindicato? São medidas que ligam a CUT ao patronato e contradizem frontalmente o princípio da independência de classe.

Além disso, é necessário que as críticas (justas) que a CUT faça ao governo se traduzam em medidas concretas de organização da luta, de apoio às categorias em luta. É muito mais que aprovar “jornadas de luta”. Por exemplo:

- Presença do Presidente da CUT no congresso nacional por ocasião da votação do Funpresp, prestando solidariedade aos servidores. Notas e artigos nos jornais da CUT de apoio aos servidores, reuniões com os sindicatos de servidores e convidando outros sindicatos para esta discussão, etc.
- A imprensa já fez o levantamento de todos os estados que não estão pagando o piso nacional dos professores. Pedido de audiência da Direção Nacional da CUT a todos estes governadores e exigência que cumpram a lei; visita ao congresso nacional, para pedir apoio do congresso para pressionar por estas medidas; nota pública exigindo que se pague primeiro aos professores e depois aos credores, etc.
- No caso da privatização dos aeroportos, ficamos em negociações inúteis com o governo que terminou onde terminou, com a CUT criticando o governo... no dia dos leilões. Justo. Mas para impedir os leilões é preciso uma política de mobilização anterior. É preciso a crítica ao governo por não ter revertido nenhuma privatização do governo FHC, uma política de combate à privatização e pela reversão do que foi feito. Assim, teríamos antecipado a discussão, deixando o governo desconfortável para levar adiante qualquer tentativa de privatização.

Em outras palavras, é preciso que saiamos da política de “apoios abstratos” e que cumpramos o papel de uma verdadeira Central que organiza a luta junto com a sua base, respaldando cada uma de suas iniciativas e confrontando o governo até o fim.

Além disso, necessitamos ter claras as nossas bandeiras e reivindicações:

- Nenhum direito a menos, contra a “Reforma” da CLT que retira direitos;
- Reverter todas as privatizações feitas, inclusive a concessões atuais;
- Reforma Agrária dirigida pelos trabalhadores;
- Redução da jornada de trabalho para 40h semanais sem redução de salário;
- Indexar as aposentadorias ao salário Mínimo, evitando que todo ano os aposentados percam;
- Estatizar a previdência, estatizando todos os fundos de pensão existentes e voltando ao regime de benefício garantido, acabando com a farsa da “contribuição garantida”;
- O fim do fator Previdenciário;





- Correção imediata do teto previdenciário para 10 salários mínimos (hoje é R\$ 3.916,00 – equivalente a 6,3 salários mínimos);
- Reverter a Reforma da Previdência dos servidores, garantido a volta de seus direitos e benefícios e progressivamente estendê-los a todos os trabalhadores da iniciativa privada, aumentando o teto da previdência;
- Acabar com o “teto de contribuição” da previdência que beneficia os diretores e chefes;
- Contra a desoneração da folha de pagamentos. Aumento dos tributos diretos (sobre a Folha de pagamentos, Propriedade e a Renda) e diminuição dos indiretos (Impostos sobre consumo, IPI, ICMS e outros);
- Proibir as demissões imotivadas;
- Instalar o Contrato Nacional Coletivo, estendendo as garantias conquistadas pelas maiores categorias para todos os trabalhadores;
- Acabar com o Imposto Sindical, sem contribuição negocial: quem sustenta o sindicato são seus filiados;
- Cumprimento imediato da Lei do piso nacional para os professores;
- Lutar pelo fim da criminalização aos movimentos sociais.

Severino Nascimento (Faustão), Direção Nacional da CUT





Glossário de Siglas e Abreviaturas

- AMG:** Acordo Marco Global
- ANTDJ:** Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude
- BNDES:** Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- BRICS:** Bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- CAGED:** Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CCJ:** Comissão de Constituição e Justiça
- CCSCS:** Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul
- CGTB:** Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
- CGTP do Peru:** Confederação Geral de Trabalhadores do Peru
- CLT:** Consolidação das Leis do Trabalho
- CMN:** Conselho Monetário Nacional
- CMS:** Coordenação dos Movimentos Sociais
- CNTE:** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- COB:** Central Obrera Boliviana
- CONAETI:** Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
- CONFECOM:** Conferência Nacional de Comunicação
- CONTRACS:** Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços
- COPOM:** Comitê de Política Monetária
- COSATE:** Conselho Sindical de Assessoramento Técnico
- CPLP:** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSA:** Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas
- CSI:** Confederação Sindical Internacional
- CTASP:** Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público
- CTB:** Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CTC Cuba:** Central dos Trabalhadores de Cuba
- FAT:** Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FENATRAD:** Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
- FGTS:** Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FMI:** Fundo Monetário Internacional
- FNDC:** Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- FSI:** Federações Internacionais de Ramo
- G20:** grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia.
- GT:** Grupo de Trabalho
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSS:** Instituto Nacional do Seguro Social





IOF: Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT : Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul, formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai
MMM: Marcha Mundial das Mulheres
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
NCST: Nova Central Sindical de Trabalhadores
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA: Organização dos Estados Americanos
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OLT: Organização por Local de Trabalho
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
OS: Organização Social
OSB: Organização Sindical de Base
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PEA: População Economicamente Ativa
PIB: Produto Interno Bruto
PIT-CNT-Uruguay: Plenário Intersindical de Trabajadores (PIT) y Convención Nacional Trabajadores (CNT)-Uruguay
PNE: Plano Nacional de Educação
PPP: Parceria Público Privada
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS: Relação Anual de Informações Sociais
SDRT: Sistema Democrático de Relações de Trabalho
SELIC: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - A taxa SELIC é um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil
SIGTUR: Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights
Sistema S: formado por organizações e instituições referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas
SRI: Secretaria de Relações Internacionais
STF: Supremo Tribunal Federal
SUS: Sistema Único de Saúde
UGT: União Geral dos Trabalhadores
UNE: União Nacional dos Estudantes





11° Congresso Nacional

Expediente

Coordenação Nacional do 11° CONCURTO Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores:

Quintino Severo – Coordenador-geral

Aparecido Donizeti da Silva

Julio Turra

Rosane da Silva

Rosane Bertotti

Expedito Solaney P. de Magalhães

Carmen Helena Ferreira Foro

Manoel Messias Nascimento Melo

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

2012







MIGORA / 2012



www.cut.org.br

